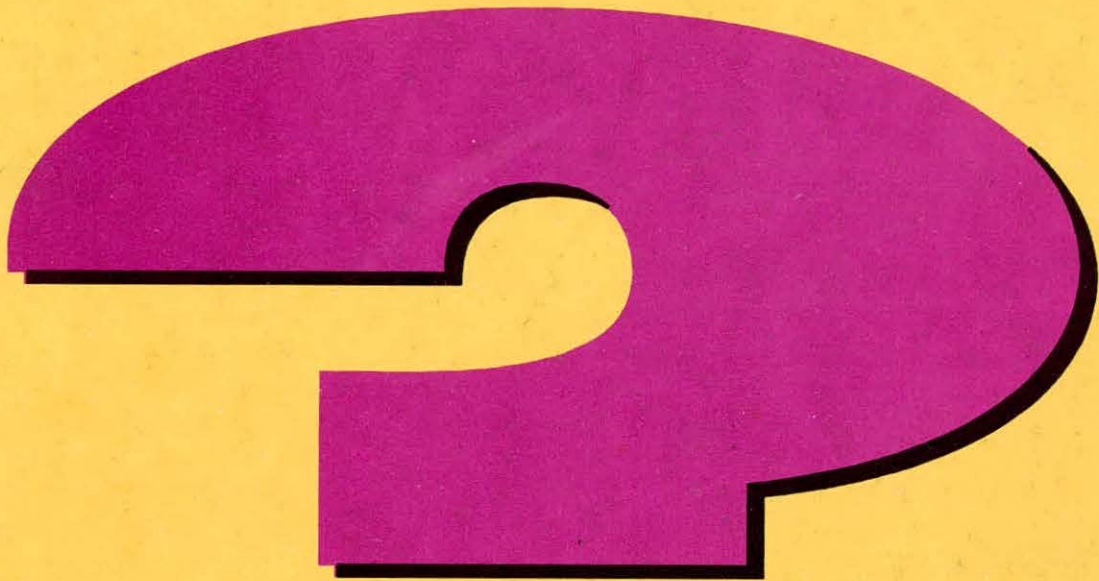


proposta

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR



QUAL **DESENVOLVIMENTO**

**Desafios das ONGs e movimentos sociais
na Conferência de Meio Ambiente
e Desenvolvimento**

**EDIÇÃO ESPECIAL
RIO-92**

LEIA PROPOSTA

Nº53 - Qual desenvolvimento?

Nº52 - Educação básica: essa crise tem solução

Nº51 - A questão étnica e os movimentos sociais

Nº50 - Organização sindical nos locais de trabalho

Nº49 - Violência e direitos humanos: uma guerra do Brasil

Nº48 - Amazônia oriental: trabalhadores rurais e meio ambiente

Nº46 - Barragens: movimento ecológico e luta pela vida

Nº45 - Administrações populares

Nº44 - Trabalhadores rurais: fazer nossa a política agrícola

Nº43 - Vídeo popular: as outras cores da imagem

Nº42 - Assalariados rurais: para onde vai a organização?

Nº41 - Mulheres: a política no cotidiano

Nº40 - Comissões de fábrica: uma década do novo sindicalismo

Nº39 - Lutas urbanas: o desafio da articulação

Nº38 - Pescadores artesanais: entre o passado e o futuro

Nº36 - Agricultura alternativa: viabilizando à pequena produção

Nº34 - Luta e organização camponesa: balanço de um trabalho alternativo

Nº33 - Operário em construção

Nº32 - Norte sul: a cooperação internacional e as iniciativas privadas

Nº27 - Tecnologias alternativas na agricultura.

ASSINATURA ANUAL

Cr\$ 20.000,

NÚMERO AVULSO

Cr\$ 5.500,



(021)285-2998

FASE - Rua Bento Lisboa, 58 - 22221 - Catete - Rio de Janeiro - RJ

Qual desenvolvimento?

Sumário

Cartas 2

Editorial

Meio ambiente e diversidade social
(Conselho Editorial) 4

Meio ambiente, desenvolvimento e cooperação

Modelo de desenvolvimento: mudança real ou adaptação?
(Jean-Pierre Leroy) 5

Meio ambiente e cooperação internacional
(Entrevista de Jorge Eduardo Saavedra Durão) 10

Políticas ambientais do Brasil
(Tricia Feeney) 17

Meio ambiente e direitos humanos numa sociedade global
(Pedro Dalcero) 22

Biodiversidade e sociodiversidade

Ameaças à biodiversidade
(Angela Cordeiro) 28

Os pescadores artesanais e a questão ambiental
(Antônio Carlos Diegues) 31

Complexos florestais de celulose: o mito da modernidade
(Leandro Lamas Valarelli) 35

Ecologismo e questão agrária na Amazônia
(Francisco de Assis Costa) 41

Industrialização e meio ambiente

Modelo industrial e ecologia humana
(Cunha Bocayuva) 45

Vale do Aço (MG): consciência social contra poluição industrial
(Maria Thereza Azevedo) 48

Questão Urbana

Meio ambiente e desafio urbano
(Franklin Coelho) 52

Saneamento, meio ambiente e pobreza na Baixada Fluminense
(Orlando Alves dos Santos Jr.) 57

Próximo número:

Gestão democrática da cidade e participação popular

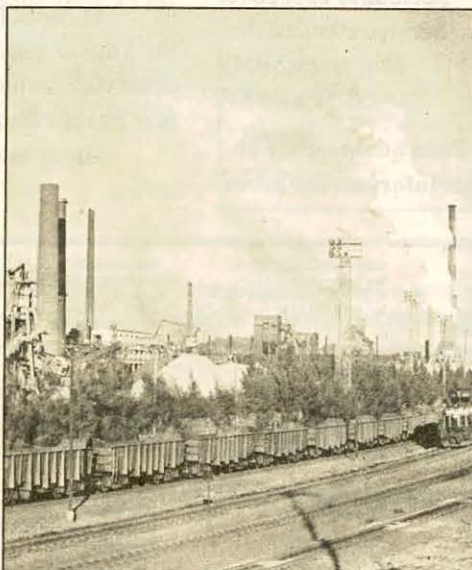


ONGs e movimentos sociais enfrentam o desafio de influenciar o modelo de desenvolvimento global (páginas 5 e 10)



J.R. Ripper / Imagens da Terra

Pescadores artesanais, pequenos agricultores e povos indígenas provam que preservar a biodiversidade exige sociodiversidade (página 28)



Waldemar Sabino / AJB

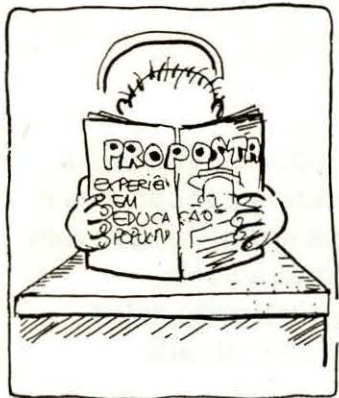
O crescimento industrial não é mais justificativa para a poluição (página 45)



CARTAS

CARTAS é um espaço aberto aos leitores de **Proposta** para troca de informações, críticas, polêmicas, sugestões, etc. As cartas devem vir assinadas e com endereço do remetente. Podem ser selecionadas para publicação no todo ou em parte. Devem ser enviadas para revista **Proposta**, Rua Bento Lisboa, 48 - Catete, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22221.

Trabalho comunitário



Faz quatro anos que assino a revista **Proposta**. Por meio desta revista recebi muitas informações úteis para o meu trabalho junto às pessoas da comunidade onde atuo. Venho por meio desta expressar a minha gratidão pelo

serviço de informação prestado por vocês da FASE(...).

Dieter Juergen Thiel
Palmitos, SC

Semana do migrante

Há vários anos, o SPM (Serviço Pastoral dos Migrantes), vem realizando a "Semana do Migrante", um tempo especial de reflexão, debates e eventos culturais, com o objetivo de sensibilizar as Igrejas e a opinião pública da problemática das migrações.

O tema sempre acompanha o da Campanha da Fraternidade - CNBB -, porém, refletindo na ótica das migrações. Para este ano, o tema é "Juventude e Migração" e o lema "Buscando Saídas".

Neste sentido, nos dirigimos a este valioso veículo de comunicação, solicitando divulgação do evento(...).

Um forte abraço e um bom trabalho.

Pe. Alfredo J. Gonçalves
Secretário executivo
Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM)
São Paulo SP

Para quem quiser obter mais informações sobre

a **Semana do Migrante**, o endereço completo é: SPM, Rua Arciprestes Ezequias, 633, CEP 04271, Vila São José, Ipiranga, São Paulo, SP. Telefone e fax (011) 63-7064.

Curso de Engenharia do Desenvolvimento



Agradecemos se os senhores divulgarem aos leitores de **Proposta** que o Ciedel (Centre International d'Études pour le Développement Local) oferece cursos de formação em Engenharia do Desenvolvimento (curso superior).

O curso é calcado sobre o uso dos instrumentos de desenvolvimento, e visa formar atores capazes de:

-fazer análise de situações;

-contribuir com as iniciativas de organizações de base feitas em conjunto com parceiros institucionais;

-elaborar programas de desenvolvimento.

Os 12 modelos propostos (para um período de dois anos), podem, eventualmente, ser seguidos em separado. Os cursos são destinados a pessoas que tenham: formação de base universitária ou profissional de nível mínimo (segundo ciclo mais dois anos de curso superior); e experiência de campo de ao menos quatro anos em cargo de responsabilidade na área de desenvolvimento.

Agradecemos antecipadamente vosso esforço para divulgar o conteúdo desta junto aos seus leitores, e pedimos que aceitem nossas sinceras saudações.

Elisabeth Vaillé

Responsável pela formação
Ciedel
Paris, França

Para maiores informações sobre o curso de Engenharia do Desenvolvimento, o endereço do Centre International d'Études pour le Développement Local é: Université Catholique de Lyon, 30, rue Sainte-Hélène 69002 Lyon - France - Tél (33) 78 37 83 24 - Fax (33) 72 41 99 88.

FASE

FASE-NACIONAL

Rua Bento Lisboa, 58
Catete
22221 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 285-2996

FASE-RIO

Av. Pres. Wilson, 113 - Conj. 1302
Centro
20030 - RIO DE JANEIRO - RJ
Tel.: (021) 220-7196 e 262-2565

FASE-SÃO PAULO

Rua Igelren, 1651 - C/6
Via Clementino
04040 - SÃO PAULO - SP
Tel.: (011) 549-3888 e 549-1307

FASE-VITÓRIA

Rua Graciano Neves, 377
29015 - Centro - VITÓRIA
Tel.: (027) 223-7436

FASE-JABOTICABAL

Rua Mimi Alemagna, 37 - Centro
14870 - JABOTICABAL - SP
Tel.: (0163) 22-5219

FASE-PORTO ALEGRE

Rua Gaspar Martins, 470
90220 - PORTO ALEGRE - RS
Tel.: (051) 225-0787

FASE-RECIFE

Rua Joaquim de Brito, 112
Boa Vista
50070 - RECIFE - PE
Tel.: (081) 221-5478

FASE-MACEIO

Rua Gonçalves Dias, 62
Farol
57055 - MACEIO - AL
Tel.: (082) 221-0667

FASE-ITABUNA

Rua Barão do Rio Branco, 93/1º
California
45600 - ITABUNA - BA
Tel.: (073) 211-4498

FASE-FORTALEZA

Rua Prof. João Bosco, 73
Parque Aracá
60430 - FORTALEZA - CE
Tel.: (085) 223-4050

FASE-BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329
66030 - BELÉM - PA
Tel.: (091) 222-0316

FASE-ICO

Rua Dr. Inácio Dias, 2148
63430 - ICO - CE
Tel.: (085) 731-1064

FASE-SÃO LUÍS

Rua do Pesponto, 250 - Centro
65010 - SÃO LUÍS - MA
Tel.: (098) 221-1175

FASE-IMPERATRIZ

Rua Brasil, 794
65900 - IMPERATRIZ - MA
Tel.: (098) 721-4474

FASE-ABATETUBA

Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330
68440 - ABAETETUBA - PA
Tel.: (091) 751-1181

FASE-MARABÁ

Foina 27, Q. 07 - Lote 07
68500 - MARABÁ - PA
Tel.: (091) 322-1591

FASE-MANAUS

Rua Major Gabriel, 443 - Centro
69013 - MANAUS - AM
Tel.: (092) 234-6761

FASE-CAPANEMA

Av. Pres. Médice, 1992
68700 - CAPANEMA - PA
Tel.: (091) 821-1716

FASE-VALE DO GUAPORÉ

Rua Diarco de Freitas Queiroz, 1160
Centro
78250 - PONTES E LACERDA - MT

"Educação para Cidadania"



Dentro de sua programação anual, o Centro Heleno Fragoso pelos Direitos Humanos realizará, neste mês de maio (mês do falecimento do consagrado jurista Heleno Fragoso), em caráter nacional, a entrega do "Prêmio Heleno Fragoso", procurando reforçar a proposta de "educar para a cidadania", através do realce da exemplaridade.

A iniciativa objetiva homenagear personalidades e/ou organismos que se notabilizam em favor da promoção humana, que se destacam por uma efetiva contribuição em prol do desenvolvimento e da justiça social, e, que se lhes reconheçam efetivas atuações na busca de um mundo melhor e solidário.

Até o ano findo, o troféu vinha sendo conferido a uma

celebridade nacional e outras locais, consideradas representativas de determinadas áreas profissionais. Desta feita, para a sua quarta edição, o "Prêmio" será atribuído com base nos seguintes critérios: a) um homenageado com atuação nacional e até três com atuação no Paraná, considerados no âmbito dos objetivos apontados no parágrafo anterior; b) a escolha independerá do campo de trabalho habitual do laureado. (...)

Wagner Rocha D'Angelis
presidente
Centro Heleno Fragoso
Curitiba, PR

Nota

Registramos com pesar o falecimento do nosso companheiro de trabalho Renato Rocha Pitzer (1963-1992), em 14 de março passado. Renato trabalhava na equipe sindical da FASE no Rio de Janeiro. Era candidato do Partido Popular Socialista (PPS) a vereador pelo município de Petrópolis (RJ). O falecimento de Renato consternou a família, amigos, colegas de trabalho e do movimento sindical.

ASSINE

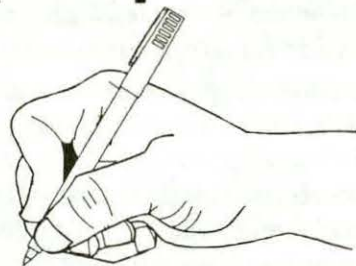
REVISTA PROPOSTA

Cr\$ 20.000,

ANUAL - 4 números

INFORMAÇÕES

Tel.: (021) 285-2998



Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Estado: _____

Tel.: _____

A FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - é uma sociedade civil brasileira, de utilidade pública federal, sem fins lucrativos. Seu compromisso fundamental é com o desenvolvimento social e cultural de grupos e setores marginalizados da população, através de um trabalho de educação popular, nas áreas rural e urbana.

Situada no campo das Organizações não-Governamentais, a FASE define-se por um projeto institucional próprio, independente do Estado e dos partidos políticos. As ONGs são organizações vinculadas à sociedade civil, comprometidas com o processo de construção da autonomia de suas entidades representativas, ligadas aos movimentos populares.

Os principais beneficiários deste trabalho são os trabalhadores do campo - pequenos produtores, assalariados, sem terra - operários, moradores da periferia e favelas.

Meio ambiente e diversidade social

Esta edição de **Proposta** procura contribuir especificamente para os debates que serão realizados pela sociedade civil durante a Conferência sobre Meio ambiente e Desenvolvimento de junho próximo no Rio de Janeiro e, de maneira mais geral, para a discussão sobre a necessidade e urgência de um novo modelo de desenvolvimento no Brasil e em escala global.

Os artigos que publicamos estão divididos em quatro blocos temáticos:

Meio ambiente, Cooperação e Desenvolvimento; Biodiversidade e sócio-diversidade; Modelo industrial e Meio ambiente; e Questão Urbana.

O primeiro discute o papel no debate global sobre a construção de um novo modelo de desenvolvimento e a crítica do atual, que pode ser desempenhado pelas ONGs brasileiras, com suas características próprias, experimentais, não apenas de contribuição teórica mas também de intervenção social junto aos setores populares que mais têm sofrido com o processo de exclusão política, cultural e social do capitalismo periférico no Brasil e no Terceiro Mundo. Além disso, enfrenta as principais questões do atual debate internacional sobre meio ambiente e desenvolvimento.

O segundo bloco entra nas questões vinculadas ao debate sobre as conseqüências do atual modelo de desenvolvimento sobre as populações rurais e costeiras, discutindo os complexos agroindustriais, o impacto da biotecnologia, o campesinato na Amazônia e a pesca artesanal.

O terceiro bloco procura mostrar, de um lado, que o debate atual sobre os rumos da política industrial no Brasil colide frontalmente com a política ambiental do governo - a tendência é que o país continue com indústrias que abusam da utilização dos recursos naturais, sendo esta a sua inserção no mercado mundial. Por outro lado, discute também - a partir da experiência do Vale do Aço (MG) - como as populações de zonas industriais, que viveram a euforia do "desenvolvimentismo", começam a se conscientizar dos males da poluição industrial para os trabalhadores dentro das fábricas e para sociedade e ambiente natural em volta.

O último bloco debate a questão urbana, a apropriação desigual do solo e a precariedade das políticas públicas de saneamento, indispensáveis à existência de um meio ambiente saudável para as classes populares.

Seja no debate internacional sobre Meio ambiente, desenvolvimento e relações Norte-Sul, seja na discussão dos caminhos da agricultura e da agro-indústria, do modelo industrial e das grandes metrópoles, a FASE procura dar sua contribuição a partir do acúmulo de trabalho com sujeitos coletivos populares, ao longo de sua trajetória como ONG brasileira, nos últimos 30 anos.

Conselho Editorial

FEDERAÇÃO DOS ÓRGÃOS P/ ASSISTÊNCIA
SOCIAL E EDUCACIONAL
Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
Rio de Janeiro, RJ, 22221

Diretoria Executiva da FASE

Jorge E. Saavedra Durão (Coordenador Nacional) ·
Maria Emília L. Pacheco (Coordenadora Nacional
Adjunta) · Virgílio Rosa Neto (Diretor
Administrativo Financeiro) · Mateus Enricus
Oterloo (Coordenador Regional Norte) ·
Lorenzo Zanetti (Coordenador Regional Sudeste-Sul) ·
José Orlando Falcão (Coordenador Regional Nordeste)

proposta

Experiências em Educação Popular
Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial

Alberto Lopez Meija · Alfons Klausmeyer ·
Haroldo Baptista de Abreu · Jean-Pierre
Leroy · João Ricardo Dornelles ·
Jorge E. Saavedra Durão · Leandro Lamas
Valarelli · Lourdes M. Gryzbowski ·
Maria Emília L. Pacheco ·
Pedro Claudio Cunha Bocayuva ·
Ricardo Tavares

Coordenação Geral

Maria Emília L. Pacheco

Coordenação de Publicações

Alfons Klausmeyer

Editor Responsável

Ricardo Tavares
(Mtb. 18135)

Edição de Arte e Capa

Marcelo Riani Marques

Organização

Jean-Pierre Leroy
Pedro Dalcerro

Ilustração

Ykenga

Editoração Eletrônica

LZ Design

Promoção e Divulgação

Felícia A. de Moraes

Revisão

João Luiz Pacheco
Inácio Dorado

Redação

Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
Rio de Janeiro - RJ - 22221
Tel.: (021)2852998

Modelo de desenvolvimento: mudança real ou adaptação?

Jean-Pierre Leroy*

Freqüentemente somos levados a pensar que o modelo de desenvolvimento é algo exterior a nós, arquitetado, planejado, construído com coerência, senão com perfeição; inexorável. Mão invisível do mercado, ditames do FMI...: "Meus filhos, não há outro caminho que não seja o do ajuste estrutural; é verdade que a vida se complica para alguns e que os indicadores sociais indicam um certo empobrecimento, mas a economia volta a crescer". O modelo vence contra homens e mulheres.

Esquece-se que este modelo de desenvolvimento que conhecemos é fruto amargo de um longo embate de forças sociais ao longo de vários séculos da história humana, nos quais certos valores, certas formas de conhecimento e de exercício do poder se impuseram sobre outros.

Talvez resida aí o primeiro interesse deste grande debate do fim de século, marcado pela decomposição do bloco soviético, pela Guerra do Golfo, pela recrudescência do racismo, pela volta das intolerâncias é dos fundamentalismos, pelo empobrecimento do "Terceiro Mundo" e do "Quarto Mundo" (e dos sempre mais numerosos excluídos do "Primeiro Mundo"), pelas graves ameaças ao nosso meio ambiente: o "modelo" de desenvolvimento não esconde mais a miséria da humanidade e da Terra.

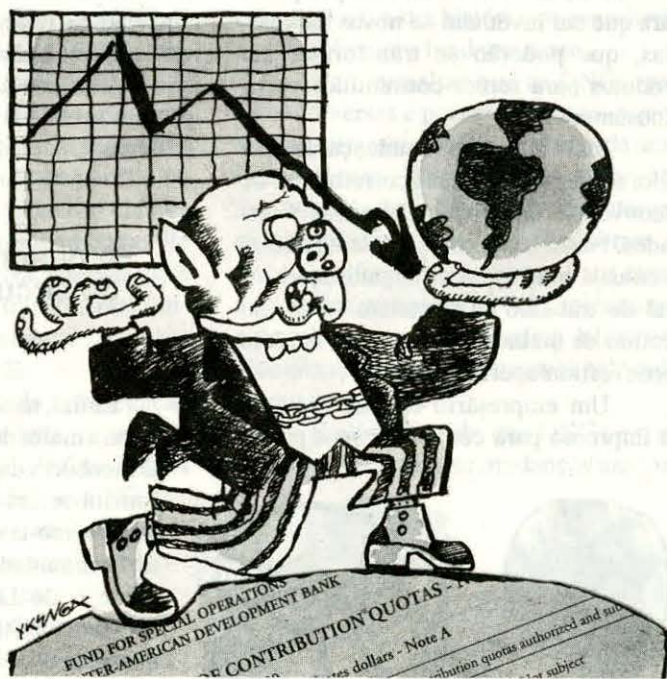
Assim, os encontros do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras

e Comerciais), do Banco Mundial ou do G-7, a "conclusão" da construção da Comunidade Européia, os 500 anos de colonização das Américas, a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio-92, transformam-se em eventos da política mundial.

Quebra-cabeça

Se há crise generalizada da humanidade, forçosamente o modelo de desenvolvimento capitalista, na hora mesmo em que os seus guardiões promovem o seu triunfo, se inscreve nesta crise. Pertence, portanto, a cada um de nós, a cada organização e setor desta sociedade e das outras do mundo, às gerações vivas e às próximas, reconstruir pacientemente o quebra-cabeça de uma humanidade reconciliada consigo mesma. Vamos reinventar valores, conhecimentos e tecnologias, novos exercícios de poder e de relações entre os seres humanos. É isto que está no horizonte da presença da sociedade civil na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O modelo de desenvolvimento que temos está assentado sobre vários elementos: um padrão tecnológico, grande consumidor de recursos naturais não renováveis e grande poluidor; uma organização social do trabalho adaptada a esse padrão tecnológico de tal modo que lhe permite render o máximo em termos de produtividade e, no fim da linha, um



lucro; um regime de acumulação em que os setores da economia, produtores de grande riqueza, se deslocam do setor primário (atividades agropecuárias e extrativas), para o setor industrial (e dentro deste, da produção de produtos pouco elaborados para produtos que incorporam valor agregado) e para o setor dos serviços (bancos, comunicação, consul-

* Educador. Membro da coordenação nacional do Fórum das ONGs brasileiras preparatório para a Rio-92 e coordenador do Setor de Pesquisas e Debates (Sepede) da FASE.

toria etc.); os modos de regulação dos Estados e mais recentemente das instâncias internacionais que impulsionam o modelo por suas políticas e ao mesmo tempo administram os conflitos que o modelo provoca, concedendo aos explorados alguns anéis de bijuteria para que outros não percam algum dedo (ver Francisco Menezes, org., "Política Agrícola no Governo Collor", Fase/Aspta, Rio, 1991).

Sob a pressão dos argumentos científicos e dos movimentos ambientalistas - e também porque são pessoas que têm filhos e porque pensam no seu futuro, senão no nosso - vários setores dos vencedores do atual modelo estão dispostos a reconsiderar o atual padrão tecnológico. Passa-se a falar de desenvolvimento sustentável: econômico no uso dos recursos naturais e na produção de dejetos, para que possa se manter ao longo do tempo, na escala dos séculos. Não se trata, porém, de mudar a relação entre ciência-tecnologia-produção. Substituem-se tecnologias por outras, mas continua-se a pesquisar para que daí inventem-se novas tecnologias, que poderão se transformar em produtos para serem consumidos vertiginosamente.

Mais do que de mudança de modelo, seria portanto mais correto falar de reconversão do modelo às novas realidades. Neste contexto, é evidente que as eventuais mudanças na organização social do trabalho só poderiam se dar no sentido de melhor adaptação ao modelo reconvertido/aperfeiçoado.

Um empresário carioca escrevia na imprensa para convencer seus pares:



venham para o desenvolvimento sustentável. Têm dinheiro a ganhar. De fato, a coisa está muito clara. Já que é inevitável uma certa reconversão industrial, é melhor fazer dela uma oportunidade de novos lucros. Abre-se também espaço para novos produtos, com uma nova clientela ecológica. Mais profundamente, e provavelmente mais decisivo para o futuro, as descobertas na área da biotecnologia, coincidindo no tempo com a nossa época de consciência ambiental, apontam para uma acentuação do regime de acumulação industrial. Vão dar um novo fôlego aos setores da química, da energia, da alimentação, da indústria da saúde, etc.

Se as biotecnologias permitem pensar numa agricultura menos devoradora de insumos e pesticidas químicos, certos pesquisadores chamam a atenção sobre a possibilidade que oferece de maior subordinação da agricultura à agroindústria e à bioindústria, transformando-a em mero fornecedor de matéria-prima. Intensificar-se-ia, assim, o tipo de acumulação já promovido pela revolução verde, que já tinha deslocado o grosso do enriquecimento das atividades agrícolas para as atividades agroindustriais e industriais.

A quadratura do círculo

Enfim, na área da regulação política, reina a maior desordem internacional. Os senhores da guerra comercial rearmam-se em blocos (Japão e complexos sino-coreanos e Ásia do sudeste; Comunidade Européia e Europa do Norte e do Leste; EUA e Canadá, México), na tentativa de resolver a quadratura do círculo: manter o discurso neoliberal do mercado e de encolhimento dos Estados e, ao mesmo tempo, garantir o predomínio das multinacionais do seu bloco e o enriquecimento de parte das suas populações necessário para a sustentação do poder; ampliar esse discurso à dimensão do mundo e ao mesmo tempo manter "os novos bárbaros" na sua condição de coadjuvante.



Cada instância internacional exerce o seu papel próprio na tentativa de regulação internacional que perpetue a atual dominação: FMI, Clube de Roma e o GATT reafirmam que as regras do jogo são ditadas pelos países ricos em seu favor. O Banco Mundial, embora mostrando que as regras de fato nos são impostas, quer nos fazer acreditar que é em nosso favor. Quanto à ONU, gostaria de fazer acreditar que as regras são fixadas democraticamente por todos. Como não é verdade, resvala assim na impotência ou na hipocrisia. A regulação política está no impasse. Criou-se um vazio no plano dos Estados - que não conseguem mais e não querem colocar o cabresto no capital -, sem que se substituam a eles instâncias internacionais que possam administrar os conflitos oriundos da nova pobreza nos países desenvolvidos e entre estes e os países do Sul.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento seria um enorme sucesso para os países do Norte se ela mais uma vez consagrasse, através do desenvolvimento sustentável, o seu domínio tecnológico e econômico, bem como sua direção política, e para isso conseguisse estabelecer mecanismos de transferência de tecnologias e de recursos financeiros, que, sem afetar a sua preponderância, respondessem aos anseios dos países do Sul. Como isso não acontece, evidentemente, continuam o impasse e o vazio.

É frente a este modelo de desenvolvimento, esta nova ordem internacional, que se situa parte da sociedade civil,



das mal denominadas ONGs e dos movimentos sociais. Frente e não fora. Isso significa que por nos colocarmos “frente” a ele, tentamos fazer a sua crítica global e apontar para a necessidade de repensar um outro horizonte para a humanidade. Mas como não estamos “fora” dele, sabemos que os passos a dar não podem acontecer num outro espaço social, político e econômico do que este. Inscrevemo-nos entre a utopia e o concreto das reformas possíveis no dia-a-dia. Se voltar para o concreto, sem essa dimensão da utopia, de querer uma outra terra dos seres humanos, conduziria a um pragmatismo que pode resvalar para a submissão. A força das idéias e do poder dominantes acaba circunscrevendo o possível a espaço de ações marginais e a ajustes que satisfazem a consciência do promotor de reformas, sem trazer reais soluções.

Cuidado portanto para não transformar essa tensão entre a utopia e o concreto no *slogan* “pensar globalmente, agir localmente”. Nosso agir deve ser tensionado pela recusa firme do que está na nossa frente, recusa que nos projeta para a defesa de um novo horizonte. Nossa práxis se soma a outras práxis - recusa e afirmação -, na busca de sentido coletivo e de impacto real: que as reformas não sejam apenas pintura de fachada.

O que é pequeno é mesmo bonito, necessariamente? É preciso não apenas tirar um grupo de meninos e meninas da rua, mas encarar de frente o sistema que despeja a cada dia um contingente sempre renovado dessas crianças. Reformar não é agirmos como salva-vidas. A per-

versão é, também, achar que salvar vida é coisa de herói, quando deveria ser o primeiro sentimento de solidariedade humana. Reformar é deslanchar um processo de mudança que mude a vida de grupos sociais que estão “por fora”, senão fora.

Uma agenda para as ONGs

Neste espaço, o que a Conferência de Junho/92 nos inspira?

1. Deveríamos desconfiar de nós mesmos. Vejam bem quanta honra! A ONU e as ONGs, frente a frente, o secretariado da ONU para a Conferência afirmando que a presença da sociedade é tão importante quanto a dos governos! Talvez possamos entender isso além do reconhecimento do papel preponderante exercido pelas ONGs ambientalistas e de solidariedade Norte-Sul/Sul-Norte, neste debate, como a confirmação de uma trágica impotência da parte da ONU e dos Estados. E, de modo mais insidioso e mais profundo, como a afirmação que não há mais espaço para a regulação política, que é a hora do mercado e do setor privado. ONGs e iniciativas empresariais são confundidas e rotuladas de “setor independente”. Não haveria mais políticas de desenvolvimento, mas iniciativas privadas, sem o ônus da burocracia estatal e da corrupção.

Tomamos registro da desagregação política e portanto de uma certa corrupção da democracia. E, de fato, vemos surgir movimentos sociais e ONGs com um sentido verdadeiramente público, ultrapassando interesses peculiares e corporativistas para contribuir na consolidação da democracia e na “coisa pública”. Porém, mais do que substituir os partidos, deveriam trabalhar na reconstrução do político, fornecendo forças, idéias e experiências novas para renovar a vida política, indispensável para que as maiorias não sejam esmagadas em nome de um desenvolvimento sustentável das minorias.

2. As ONGs e os movimentos sociais, na sua multiplicidade e in-

fusão, são a expressão da diversidade das culturas, dos povos e das nações. Profundamente enraizadas num chão bem definido, ao mesmo tempo, os seus ativistas, por enfrentarem problemas sociais e ambientais e tecer solidariedades transfronteiriças, se sentem cidadãos do mundo. Querem contribuir para a criação e para a gestão da *civitas*, da cidade política estendida às dimensões espaciais e temporais do mundo. O enraizamento faz com que o seu internacionalismo não ameace a defesa das soberanias, que por ela é baseada no povo, no “universo sócio-cultural”, que vai elaborando num determinado espaço e assegurando pela construção dos seus direitos de cidadão.

A soberania não é só geopolítica - controle de um território - e econômica - controle sobre as coisas (Henri Acselrad, “Amazônia, soberania e interesses”, in *Políticas Governamentais*, nº. 77, Rio de Janeiro, Ibase, fevereiro/março de 1992, p. 23); é “sócio-cultural”, pois nesse espaço nacional convive um povo, que através do tempo construiu nele a sua casa (*oikos*), a sua história, os seus direitos. A soberania funda-se nisso.

Vale ressaltar que as ONGs, por serem diversas e por ser o que são, representam interesses diferenciados, cada uma isoladamente - não podem pretender ser as campeãs da soberania. O seu internacionalismo faz com que não abram o flanco aos fundamentalismos e aos etnocentrismos, precursores das intolerâncias e do racismo, nem se rendam à internacionalização de uma economia colocada acima dos povos.

É neste sentido que ONGs e movimentos reivindicam mudanças nas ins-



As maiorias podem ser esmagadas em nome do desenvolvimento sustentável das minorias

tâncias de decisões, da menor, no território de um município ou no espaço de um setor de atividade bem delimitado, até as maiores, como a ONU: expressão da diversidade, transparência, controle, criação de poderes independentes, contrapesos às forças do mercado etc.

3. A leitura dos documentos preparados pela Cima - Comissão Interministerial preparatória à Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, organismo do governo brasileiro - para o IV Prepcom de Nova Iorque (março de 92), mostra que o governo brasileiro considera como pontos centrais na Conferência a transferência de tecnologia e a de recursos. Paralelamente, recusa qualquer monitoramento internacional que condicione essas transferências. Essa posição, compartilhada pela quase totalidade dos governos do Sul, mostra que a visão dominante é a de que precisamos reproduzir no Sul o modelo proposto pelo Norte.

Reafirma o que colocávamos acima: são técnicas que estão sendo questionadas, não o modelo. É certo que, como credores sociais e ambientais do Norte, devemos exigir tecnologia e recursos, mas fazer disso uma questão central é paralisante. É como dizer: já que não receberemos grande ajuda, não poderemos fazer muita coisa. Na realidade, talvez seja uma chance para nós. Os poucos recursos que chegam deveriam servir para dinamizar, enriquecer projetos endógenos, soluções baratas e criativas adaptadas à nossa realidade, que aliam governo (no nível do projeto), cientistas e técnicos, comunidade envolvida via suas organizações e ONGs e empresas, se for o caso. É isso que realmente desestabiliza o modelo tecnológico, subtraindo-o à lógica do lucro antes de tudo, para colocar a tecnologia a serviço da sociedade, pondo-o em discussão, como

instrumento da democracia, pela sociedade.

As ONGs e os movimentos não podem passar ao largo desse debate.

Se já tem um acúmulo razoável no campo da cultura agroecológica, faz-se urgente se envolverem com experiências em questões como transporte, lixo, saneamento etc., criando, por exemplo, cooperativas, órgãos de gestão paritária, que contribuam para amarrar as tecnologias a outras formas de organização social.

4. Se a tendência do regime de acumulação dominante, no que diz respeito ao "desenvolvimento sustentável", for de reforçar o setor industrial (química fina, agroindústria, bioindústrias), isso não quer dizer que devemos aceitá-la como se estivesse escrito nas estrelas ou na tábua das leis. Trava-se uma batalha incessante sobre o preço das matérias-primas e das *commodities*, quase sempre perdida pelos produtores e fornecedores (a Opep dos anos 70 foi uma das pouquíssimas exceções). Um comércio internacional mais justo é evidentemente uma reivindicação fundamental para os países do Terceiro Mundo. No entanto, não deveria ser o alvo prioritário, à medida que assistimos à pilhagem de parte dos nossos recursos minerais só para fins de pagamento da dívida.

Além de acentuar a degradação do nosso meio ambiente, essa exploração não reverte para um crescimento industrial gerador de empregos, como é o caso da exploração da bauxita e das indústrias do alumínio no norte do Brasil, que exportam a sua produção, sem sofrer transformação para produtos que dariam maior lucratividade. A exploração agrícola, em muitos setores, também se volta para a exportação. Esse sistema acentua a dependência internacional, a concentração na indústria e na agricultura e as desigualdades sociais.

É preciso reequilibrar o modelo de acumulação e, portanto, reafirmar a necessidade de políticas públicas nos países do Terceiro Mundo, que resistam a uma internacionalização ditada pelo mercado e grandes monopólios e oligopólios internacionais. Verticalização e descentralização industriais, reforma agrária e reforçamento da pequena produção, vão de par com políticas sociais que visariam

garantir uma renda mínima, para criar uma dinâmica de consumo, com políticas de reordenamento do espaço brasileiro e reocupação do espaço rural integrado com cidades pequenas e médias etc. Supõe novas relações entre setores governamentais, a começar pelos municípios, micro e pequenos empresários, ONGs e movimentos sociais.

Democracia e complementaridade

Esses temas estiveram em debate por ocasião da preparação da Conferência Rio-92. Em conclusão - e ao mesmo tempo para ampliar a discussão - , me pergunto o que a experiência do Fórum de ONGs brasileiras preparatório à Conferência Rio-92 permite avaliar sobre as possibilidades de intervenção das ONGs sobre as questões do desenvolvimento.

Poder-se-ia mencionar, para não sermos ingênuos, alguns dos nossos problemas, defeitos, limitações: defesa corporativa da "minha entidade", dos interesses que represento; em consequência, dificuldade em assumir compromissos e responsabilidades reais, para além dos usuais, dentro de coletivos mais amplos; discurso dito "militante", superficial, com pouca fundamentação; pouco investimento em estudos.

Em contrapartida, o Fórum mostrou setores procurando ultrapassar o corporativismo, se abrindo a outros discursos e outras práticas, pensando e agindo além do seu horizonte anterior. Mostrou que é possível criar dinâmicas de integração e trabalho comum ao redor de objetivos bem determinados.

Vamos reinventar valores, conhecimentos e tecnologias, novos exercícios de poder e de relações entre os seres humanos

De fato, o problema ambiental, por colocar em questão o próprio modelo de desenvolvimento, favorece a fixação de objetivos muito amplos, que por isso mesmo não podem ser alcançados (pelo menos por esta geração) - não são mais objetivos. Leva-se por aí à diluição e à dispersão. Para fugir a esse risco, temos que delimitar e priorizar claramente os objetivos. Neste sentido, a experiência dos foruns estaduais, criados ou não dentro do quadro do Fórum Nacional de ONGs para a Rio-92, pode ser bastante promissora, pois se dá numa escala de intervenção mais factível, mais operacional.

A intervenção das ONGs e movimentos sociais no plano nacional deve ser objeto ainda de um longo investimento. Há poucas entidades da sociedade civil trabalhando numa perspectiva nacional. As redes e articulações ainda são débeis, como mostra a experiência do Fórum Nacional. Por sua vez, o movimento ambientalista é muito rico em sua diversidade. Precisa de tempo para se consolidar em articulações, como por exemplo os Encontros Nacionais de Entidades Ambientais Autônomas (ENEAA's).

Além disso, o movimento ganharia em ser apoiado por entidades com características de ONGs, que lhe permitiria fundamentar as suas propostas e ações ao nível regional/nacional. Entendo como características dessas ONGs a possibilidade de acumular conhecimentos e informações e trabalhá-los em termos de análises e interpretações; a estabilidade, baseada por exemplo no número de associados; a profissionalização ou semiprofissionalização de quadros; a continuidade de sua direção; a possibilidade de executar projetos e programas de médio prazo; a garantia de recursos financeiros.

É irrealista, no quadro atual, achar que é viável uma multiplicação de ONGs desse tipo. Trata-se, portanto, de trabalhar numa perspectiva de complementaridade. Complementaridade entre movimentos sociais e ONGs, mas também entre movimentos e ONGs ambientalistas e de outras tradições. A experiência do Fórum mostrou que é impensável e impossível, por exemplo, se preocupar com a conservação do meio ambiente sem cuidar das reformas econômicas e so-

Os senhores da guerra comercial rearrumam-se em blocos. Querem enriquecer parte de sua população e conter os "novos bárbaros"

ciais. Um dos motivos de pressão sobre os mananciais e áreas de conservação é claramente a ausência de espaço para os moradores urbanos e a ausência de política urbana de habitação popular; e a ausência de reforma agrária, que impele os pequenos agricultores a ocupar áreas "vazias", e de política agrícola, que dê aos pequenos agricultores condições de viabilizar economicamente a sua posse/pequena propriedade, sem precisar buscar novas áreas.

A poluição industrial afeta em primeiro lugar aos próprios trabalhadores da indústria. Desde já vários sindicatos, a CUT e provavelmente outras centrais sindicais discutem e agem conjuntamente para mudar o panorama, com associações de bairro e movimentos ambientalistas. Essa dinâmica leva um conjunto de atores a repensar o modelo de industrialização.

Complementaridade também com a pesquisa científica. Neste momento de desmonte de muitos programas e instituições de pesquisa no país, de um lado, e de outro de necessidade da parte dos setores organizados da sociedade afinar suas propostas e mostrar - por suas ações e experiências - a sua viabilidade, é indispensável que movimentos e ONGs contribuam para resgatar a função social da pesquisa, proponham temas de pesquisa e possam se beneficiar dos seus resultados.

A democracia não é estática. Se realiza quando os cidadãos se projetam para o futuro, na busca de projeto para a sociedade. Como essa busca envolve a participação complementar de muitos atores, a luta por uma democracia plena exige que procuremos convergências. Avançar em reformas que apontam para um novo modelo de desenvolvimento é, assim, inseparável de um projeto técnico, econômico, democrático e ético. ■

La Praxis por la Vida



Onde adquirir:
CLAES - Centro Latino Americano de Ecología Social
Casilla de Correo 13000
11700- Montevideo - Uruguai
Fax: 0598-2-921117 Atn:CLAES

América Latina: opciones estratégicas de desarrollo



Onde Adquirir:
ALOP: Assoc. Latinoamericana de Promoción
Apartado 2651350
San José - Costa Rica

Desenvolvido para a Morte



Onde adquirir:
Ed. Gaia Ltda.
Cx. Postal, 45329
Cep: 04092 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 572-4473

Meio ambiente e cooperação internacional

Entrevista de **Jorge Eduardo Saavedra Durão*** a Pedro Dalcero e Ricardo Tavares

A entrevista que se segue procura aprofundar o significado para as ONGs brasileiras da experiência de preparação da Conferência Rio-92, bem como refletir sobre a interconexão das temáticas do meio ambiente e do desenvolvimento, a partir da contribuição que vem sendo dada e que pode vir a ser dada pelas ONGs. O próprio caráter dessas organizações, seus problemas e perspectivas no caso brasileiro e em comparação com outros países do mundo, fazem parte do debate. O que a questão ambiental coloca de novo para a discussão sobre modelos de desenvolvimento? Que questionamentos novos suscita? Que impasses enfrenta? São questões enfrentadas nesta entrevista.

Que esperar da Rio-92?

Proposta - A nova consciência da dimensão da crise ambiental da biosfera abre um amplo campo de atuação e cooperação para as ONGs de diversos países. Em que medida você acredita que a conferência paralela da Rio-92 pode representar um salto qualitativo nessa cooperação?

Jorge Eduardo - Bom, eu acho que essa pergunta pode ser enfocada de dois ângulos. Em primeiro lugar, penso que se nós tomarmos o universo das ONGs brasileiras, ela já estimulou um certo salto qualitativo. Eu acho que uma série de fatores menores e problemas de relacionamento entre atores que não estavam acostumados atuar em conjunto, particularmente a relação entre as chamadas ONGs de desenvolvimento e movimentos sociais (que entre si têm bastante tradição de relacionamento), de um lado,

e de outro as chamadas ONGs ambientalistas.

Acho que o processo de preparação das atividades da sociedade civil paralelamente à Rio-92 já produziu um avanço que, espero, vai ter um caráter permanente. Quer dizer, eu não acredito que terminada a Rio-92 as coisas voltem ao status quo anterior. Eu acho que haverá realmente, primeiro da parte de quem tem uma tradição maior de apoio aos movimentos populares e de preocupação com as questões sociais, bem como de um questionamento do modelo de desenvolvimento - haverá uma maior incorporação das preocupações e de uma ótica ambientalista na leitura da questão do desenvolvimento. Por outro lado, espero também que as ONGs ambientalistas vão incorporar novas dimensões no seu trabalho. Acredito que haverá mais vínculos práticos entre essas organizações.

No programa de trabalho desse primeiro ano da Associação Brasileira de ONGs, foi aprovado por consenso explicitamente a inclusão de um item relativo à busca de uma aproximação maior com as ONGs ambientalistas.

De um ponto de vista mais duradouro, a Rio-92 produziu, pelo menos

internamente no Brasil, um espaço sem precedentes para que as ONGs fossem reconhecidas como atores na sociedade brasileira e mesmo ao nível internacional. A responsabilidade social das ONGs cresce na medida em que isto acontece. Esse processo impõe para as ONGs também novos padrões de transparência. É mais um motivo para que elas invistam seriamente na superação daquilo que nós chamamos de síndrome da clandestinidade, porque se você tem uma instituição privada, mas cujas funções estão todas voltadas para a esfera pública, para interesses sociais, para a defesa de interesses dos setores populares, para a formulação de propostas alternativas relativas à discussão do modelo de desenvolvimento, políticas públicas, formas de produção mais sustentáveis... tudo isso af requer das ONGs um outro tipo de relação com o público. Isto é, a injunção de um compromisso, que eu acho que as ONGs têm quase como um elemento constitutivo na sua maneira de ser, com a construção de uma sociedade democrática no Brasil. Isto significa também que elas têm de se submeter a um certo crivo da opinião pública, a um certo controle, a um debate sobre a eficácia, sobre a validade de seus objetivos.

A Rio-92 colocou as ONGs na boca do povo. Por exemplo: eu trabalho na FASE desde 1977; durante doze, treze anos era difícil explicar o que era a FASE para pessoa comum, mesmo para uma pessoa razoavelmente informada. Era mais fácil, no caso, você explicar o que era a FASE para as lideranças populares. Talvez só as lideranças dos movimentos sociais conhecessem entidades desse tipo, ou pessoas de círculos restritos, da Igreja, de governos ou órgãos multilaterais de cooperação. De repente, basta você dizer: eu trabalho em uma ONG. Na verdade, as pessoas continuam não sabendo exatamente o que você faz, mas já passa a haver, pelo menos, um reconhecimento.

Retomando a pergunta inicial, em segundo lugar eu colocaria a questão internacional. Talvez até a pergunta de vocês esteja mais centrada nisso. Eu não sei se poderia chamar de salto ou mudança qualitativa, mas eu espero que as atividades da sociedade civil agora em junho contribuam para o estabelecimento

* Coordenador Nacional da FASE e presidente da Associação Brasileira de ONGs.

de certas agendas comuns, certos acordos de trabalho e que sejam um passo significativo no sentido disso que se tem chamado, mais recentemente, de constituição de uma sociedade civil planetária.

A minha visão é muito mais no sentido de tomar a Rio-92 como um marco inicial do que como um ponto de chegada. Para mim, seria já um ganho muito grande se da conferência resultasse não tanto mudanças significativas a curto prazo, nas quais eu não acredito, mas se pelo menos do ponto de vista das ONGs e de outros atores da sociedade civil em escala internacional resultasse numa consciência maior da própria natureza das dificuldades e dos obstáculos a esse processo de mudança.

Já a capacidade de lobby da sociedade civil com relação à tomada de decisões na conferência oficial me parece coisa secundária. São muito complexos os jogos de interesses que se desenvolvem como pano de fundo dessa conferência. São difíceis os acordos entre os governos. Os diferentes blocos de países se apresentam fortemente apegados aos seus interesses específicos, às suas diferentes posições no cenário internacional e na economia mundial. Acho que a conferência será o resultado do que se conseguir produzir como acordos limitados e parciais, que estão se dando, estão sendo negociados antes da conferência.

Tenho pouco domínio dessa diplomacia internacional para ter uma avaliação própria, mas algumas pessoas interpretam que a conferência no Rio de Janeiro é quase um mero espetáculo político, quer dizer, é um momento em que serão apresentados à opinião pública mundial os resultados de decisões que serão tomadas previamente. É possível que sob o efeito da pressão da opinião pública dos países do Norte, dos países

capitalistas desenvolvidos e de algumas circunstâncias conjunturais como as eleições nos Estados Unidos, as dificuldades do processo de unificação na Alemanha, etc... que os governantes dos países ricos procurem fazer algumas concessões ou avanços de última hora. Então, isso poderia dar um certo elemento de surpresa. Mas não creio que isso vá alterar radicalmente a marcha da conferência.

Originalidade das ONGs brasileiras

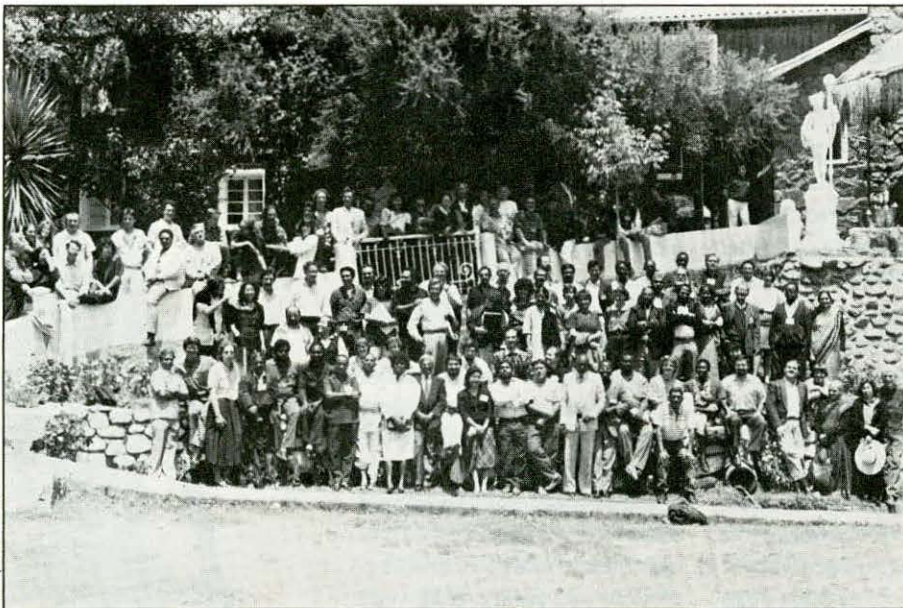
Proposta - Herbert de Souza, do Ibase, disse que a originalidade das ONGs brasileiras face às suas irmãs da América Latina e do resto do mundo é não terem tentado substituir o Estado ou o mercado. No Brasil se optou por investir na educação e conscientização populares, ao invés de em serviços ou em atividades produtivas. Você concorda com esta avaliação? Quais são os riscos e desafios que o novo cenário internacional da década impõe sobre essa originalidade brasileira?

Jorge Eduardo - Em primeiro lugar, eu concordo com a afirmativa do

Betinho. Acho que ele aí aponta um traço fundamental das ONGs brasileiras. Recentemente estive no Chile, em um seminário de constituição de uma entidade internacional chamada "El Taller", que pretende ser um centro de capacitação, intercâmbio, reflexão e produção de idéias para as ONGs de todo o mundo. Foi um encontro muito interessante, porque havia ONGs africanas, asiáticas, latino-americanas, européias, inclusive russas, húngaras, tchecas, polonesas, enfim, uma oportunidade privilegiada para se observar um pouco o quadro das ONGs a nível internacional.

Se você compara, por exemplo, ONGs latino-americanas com ONGs de países como a Índia ou Bangladesh, ou então com as ONGs africanas, realmente a gente percebe que são diferenças extraordinárias, justamente do ponto de vista das relações que as ONGs mantêm com o Estado, com a sociedade civil, com o mercado. Por exemplo: se nós consideramos as ONGs africanas, a natureza da sociedade civil é diferente em países africanos. Talvez até esse conceito de sociedade civil tenha de ser repensado fora do contexto das sociedades de tipo ocidental. Mas, enfim, as ONGs africanas me pareceram, pelo menos pelo que pude observar nas discussões e nas práticas descritas pelo representante dessas ONGs,

que são ONGs que têm vínculos muito fortes com os seus Estados. Algumas delas, por exemplo, são agentes de políticas de desenvolvimento, de programas que são coordenados pelo Estado. Imagine um governo estabelecendo uma certa divisão de trabalho da execução de políticas de desenvolvimento, que o próprio governo define, e ONGs que assumem funções dentro disso, sob coordenação governamental. No mínimo, é uma relação



"El Taller": dirigentes de ONGs de todo o mundo reunidos no Chile em novembro de 1991

O compromisso com uma sociedade democrática é um elemento constitutivo da própria maneira de ser das ONGs

bastante estreita com o Estado, mesmo que não seja uma relação de subordinação.

Além disso, havia pelo menos uma ONG indiana e outra de Bangladesh que têm milhares de funcionários. Imagine uma ONG com 30 mil funcionários. ONGs que são verdadeiros sucedâneos, substitutos da ação estatal em áreas de trabalho e regiões em que o Estado está pouco presente. Lá, elas atendem assistencialmente as populações. É muito difícil comparar esta situação com o que nós chamamos de ONG aqui no Brasil, onde você tem muitas vezes as pequenas organizações com 10, 12 funcionários e uma capacidade de produção de significado na ação que é extremamente desproporcional aos meios materiais com os quais elas contam. Algumas pessoas gostam de dizer que a FASE é um monstro, é uma grande ONG, e nós vemos que a FASE tem cerca de 200 funcionários e está de um certo modo até diminuindo, por uma decisão própria de racionalização de recursos.

Então, é evidente que essas ONGs africanas e asiáticas têm um outro padrão. Mesmo em termos latino-americanos. Em alguns países andinos você tem ONGs que eu acho que estariam mais próximas do modelo de certas empresas públicas, tipo a Embrater ou Embrapa, cumprindo funções diretas no sentido de apoio às atividades produtivas, assessoria técnica no campo da agricultura, da saúde. São entidades cuja ação também se expandiu num certo contexto de vazios da ação estatal. Talvez as ONGs de países como o Brasil, Uruguai, Argentina e México tenham características mais próximas. Mas de modo geral, incluindo os próprios países andinos, eu acho que são entidades que têm um papel muito mais político, uma tradição de apoio ao pro-

cesso organizativo dos setores populares. E hoje acho que estão confrontadas com reforçar esses movimentos no enfrentamento de novos desafios (por exemplo, a questão das políticas públicas e a discussão sobre o questionamento do modelo de desenvolvimento).

No Brasil, podemos ver, por exemplo, dirigentes da CUT dizendo que é preciso pensar grande; que é preciso caminhar de uma luta reivindicatória restrita para uma luta muito mais ampla; que não adianta, numa situação de crise, se ater à defesa de interesses corporativos, sem levar em conta, por exemplo, o processo de reestruturação da economia brasileira, as mudanças da política industrial, os impasses no tocante à luta pela reforma agrária, sem entrar na discussão da política agrícola, etc.

Agora eu queria dizer o seguinte: concordando com essa afirmativa do Betinho e até me sentindo bastante identificado com essa característica das ONGs brasileiras, eu acho que isso representa para nós, também, um fator de dificuldade no trato com a cooperação internacional.

Proposta - Quais dificuldades seriam essas?

Jorge Eduardo - Antes de falar sobre isso, vou fazer uma pequena digressão.

ONGs e cooperação: questionamentos

Está cada vez mais claro que nós estamos diante de um modelo de desenvolvimento completamente falido. Falido do ponto de vista de não ser sustentável, de ser arrasador com relação ao meio ambiente e falido no sentido de que é um modelo cujo cerne é um processo de verdadeiro **apartheid** social em escala mundial. É um modelo cada vez mais excludente. Inclusive, onde você tinha perspectivas de incorporação de certos países do Terceiro Mundo aos padrões de desenvolvimento ou de cresci-

mento econômico do Norte, você vê que esse início da década de 90 fez aflorar uma realidade em que voltamos a nos defrontar com um novo patamar de subdesenvolvimento ou, vamos dizer assim, aquilo que se anunciava como um salto para frente, acabou resultando em um longo período de estagnação e de crise.

Então, impõe-se que os nossos esforços estejam direcionados para a busca de alternativas a esse modelo. E essas alternativas passam pela crítica do modelo existente. Por exemplo: alternativas com relação ao modelo energético, à política dominante no campo das tecnologias, o problema das tecnologias apropriadas ou das tecnologias alternativas, etc.

Não se trata apenas de uma crítica teórica. Um elemento importante na caracterização de uma ONG enquanto tal, é que sua contribuição à crítica do modelo vigente ou à formulação de alternativas ou de subsídios à elaboração de alternativas por parte de uma ONG não é apenas um processo de produção intelectual e teórica. As ONGs se caracterizam pela sua ação no terreno, seu trabalho junto aos grupos populares, a sua ação experimental.

Talvez essas características das ONGs brasileiras a que aludiu Betinho sejam dadas também pela celeridade e pela natureza do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, nas últimas décadas. Poucos países passaram por um processo de expropriação no campo, por



um processo de proletarização e de urbanização tão acelerado quanto o Brasil. Então, quando nós trabalhamos, hoje, com os assalariados agrícolas, é um trabalho junto a um segmento da população em um grau extremo de miséria e de dominação, de privação de direitos de cidadania. Mas é muito difícil você desenvolver uma ação efetiva no sentido de prover necessidades dessas pessoas. A nossa ação é, pelas próprias características desse processo de desenvolvimento, muito orientada para interpelar o Estado. Quer dizer, na verdade é muito difícil pensar mudanças na sociedade brasileira que não sejam mediadas pela reorientação das políticas públicas. Mas um outro projeto de Estado não passa pela negação de um papel relevante do Estado na mudança dessa realidade das condições de vida...

Proposta - Não é o projeto neoliberal?

Jorge Eduardo - Veja. Se as ONGs, por diferentes razões históricas, tanto dos países quanto das próprias ONGs, se colocam como instrumentos auxiliares do Estado ou mesmo que numa perspectiva às vezes radicalmente oposta ao Estado do ponto de vista da orientação política, como sucedâneo do Estado, elas são muito mais facilmente assimiláveis e cooptáveis pelo projeto neoliberal.

Eu acho que as ONGs brasileiras são pouco assimiláveis pela sua própria natureza. As ONGs brasileiras estão enfrentando e vão enfrentar esse projeto.



Esse otimismo tem uma base objetiva. Não é tanto porque eu idealize as ONGs brasileiras, e sim pelo próprio perfil das ONGs brasileiras, que na minha opinião dificulta a sua incorporação a esse projeto.

No entanto, isso significa uma conjuntura bastante difícil para as ONGs brasileiras, do ponto de vista das suas relações com a cooperação internacional, ainda que nós tenhamos de relativizar o impacto do projeto neoliberal sobre o universo da cooperação internacional - sobretudo o seu impacto sobre as políticas das agências não-governamentais de cooperação, com as quais as ONGs brasileiras se relacionam bastante e das quais dependem de maneira acentuada do ponto de vista de sua sobrevivência financeira.

De uma certa maneira, o impacto do neoliberalismo e também desse triunfo aparente do capitalismo, com as mudanças do Leste é ambivalente com relação às ONGs. Esse processo se caracterizou, num primeiro momento, por uma grande valorização das ONGs, no sentido de que a valorização das ONGs é bastante compatível com uma crítica dos Estados, com uma política de retirada do Estado. Por outro lado, houve também uma identificação nas ONGs de uma certa capacidade de ação, de uma certa agilidade, do valor instrumental das ONGs, da possibilidade de - através delas - fazer chegar recursos a setores carentes da população e executar programas com honestidade, sem desvios de fundos, problema que até mesmo o Banco Mundial identificou, no caso brasileiro, com relação às políticas sociais ao nível estatal.

Mas eu acho que o quadro é extremamente complexo, porque também existe um crescente questionamento da ação das ONGs. Questionamento do seu impacto, da pouca importância que elas dariam, particularmente no caso da América Latina, mas talvez num sentido mais amplo, aos resultados quantitativos. E aí existe todo um terreno de luta política e ideológica. ONG é uma sigla gestada nos marcos

A crítica das ONGs ao modelo vigente não é apenas teórica; é também experimental, em seu trabalho com os grupos populares

da cooperação internacional e utilizada por organismos das Nações Unidas, Banco Mundial, etc. Até que ponto esse instrumento ou essa forma institucional corresponde a conteúdos e a projetos totalmente diferentes? Quando a gente vê, muitas vezes, essas "big NGOs", essas ONGs do tipo das asiáticas, que eu mencionei anteriormente, que têm até milhares de funcionários, atuam em não sei quantas aldeias, comunidades, enfim... até que ponto elas representam ou não isso que nós aqui no Brasil entendemos como sendo característico das ONGs, até que ponto elas preservam ou não as características de contribuir para o fortalecimento da sociedade civil, para o reforço dentro na sociedade civil das organizações populares?

Há ONGs que foram criadas para executar projetos determinados, há ONGs que são criações do Norte e às vezes grandes ONGs criadas *ad hoc* para a realização de um determinado projeto, que não é necessariamente um projeto autônomo, endógeno, gerado naquela sociedade.

Proposta - Quais são as fontes desse questionamento das ONGs? De onde advêm?

Jorge Eduardo - Em primeiro lugar, é importante a gente levar em conta que as ONGs do Norte também se relacionam de maneira diferenciada com os governos dos respectivos países. Então, acho que a gente vai se dando conta de que essa problemática institucional e política das ONGs é muito mais complexa do que a gente pensa. A idéia de uma separação nítida de campos, entre o campo estatal, governamental, e o campo da sociedade civil, onde estariam as ONGs é, digamos assim, uma relativa simplificação.

É preciso levar em conta que nos últimos vinte anos houve um crescimento acentuado da dependência das ONGs do Norte com relação a fontes de financiamento governamentais. Muitas ONGs do Norte, que nós aqui no Brasil chamamos normalmente de agências, trabalham com 80%, 90% ou mais de recursos públicos. O estatuto da relação entre essas ONGs e os governos é bastante diferenciado. Muitas vezes, os seus programas para diferentes países estão sujeitos a avaliações da parte do governo, ficando elas portanto sujeitas, também, a pressões políticas, mudanças da opinião pública, evolução da mentalidade dominante na sociedade, onde hoje se dá o crescimento do individualismo, do racismo... A direitização da Europa, hoje em curso, repercute fortemente sobre as ONGs.

Nesse contexto, a cooperação internacional fica no foco de uma contestação que a gente pode ver tanto pela direita quanto pela esquerda. Porque, evidentemente, existem setores progressistas nos países do Norte que são bastante críticos com relação ao alcance das políticas de cooperação internacional.

Proposta - Existiria por parte dos governos do Norte uma concepção de "Welfare State" global?

Jorge Eduardo - Não. Eu acho o discurso dos governos do Norte cada vez mais vazio. Falando da Europa, com a qual, inclusive, as ONGs brasileiras têm relações mais estreitas, acho que a idéia desenvolvimentista está em crise. Então, como eu relaciono isso com a sua pergunta sobre esse Welfare State internacional? Na própria Europa houve um recuo acentuado do Welfare State. O avanço do neoliberalismo se dá em detrimento do Welfare State. Ora, se se assume cada vez com mais clareza e determinação, com relação às suas próprias sociedades, uma política que é geradora de desigualdades e, inclusive, uma política de enfraquecer ou suprimir os instrumentos de ação estatal que compensavam, que minoravam os efeitos de produção de desigualdades no interior desse sistema, em relação ao Terceiro Mundo, ao resto do mundo, eu acho que é evidente que a Europa está cada vez mais numa postura de estabelecer barreiras, quer dizer, eu acho que hoje há um temor imenso na Europa com relação à invasão do Leste... os "novos

bárbaros" - sem falar em nós, os velhos bárbaros, os selvagens.

Proposta - Existe uma percepção de que as mudanças no Leste são ruins para o Brasil, no sentido de nos afastar dos centros dinâmicos do sistema internacional. Acredita que este isolamento pode afetar o fluxo de recursos das agências financiadoras para as ONGs brasileiras?

Jorge Eduardo - Eu não vejo por aí um possível impacto negativo das mudanças ocorridas no Leste Europeu. Os laços de cooperação são estabelecidos em relações de confiança mútua, de construção de percepções aproximativas sobre problemas, etc. E efetivamente é um desafio à criação de laços intersociais.

Durante o regime militar, a sociedade brasileira criou laços intersociais com a Europa, o Canadá e outros países do Norte. Esses laços têm sido permanentemente renovados. Ninguém que criou laços quer abrir mão disso, numa sociedade que está se globalizando. Mas também eu acho que nós não podemos ver o que está acontecendo na relação da Europa e do Primeiro Mundo com o Leste, de uma maneira um pouco rígida, do tipo: bom, eles vão deslocar os nossos recursos. Devemos, antes de tudo, saudar a emergência de novos atores na sociedade civil do Leste Europeu como aliados em potencial. Eu não compartilho desse simplismo. Não podemos pensar a problemática da cooperação como um reflexo mecânico das mudanças em curso no capitalismo internacional. Eu tendo muito mais a valorizar as mudanças no ambiente político, cultural, dos países do Norte e seus impactos sobre as relações

As ONGs brasileiras são pouco assimiláveis pelo projeto neoliberal



de cooperação. Os países do Norte não são monolíticos, não são homogêneos, é fundamental, eu acho, que do nosso ponto de vista do que deve ser a cooperação internacional, identificar esses laços e as bases sobre as quais estão estabelecidos para um conjunto de alianças Norte-Sul e Sul-Sul, inclusive de natureza ética.

No Seminário sobre Desenvolvimento e Cooperação Internacional, promovido por ONGs brasileiras com o apoio do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que ocorreu em agosto do ano passado, acho que não por acaso se deu destaque a esses dois elementos. De um lado, há um certo imperativo ético que tem que presidir essas relações de cooperação. Eu acho que cabe às ONGs do Norte e do Sul nadar contra a corrente desse sistema, já que há uma tendência a se criar um processo brutal de exclusão ao nível mundial. Nosso papel é ir contra essas tendências, mesmo que isso fique, num certo momento de perplexidade ou de extrema dificuldade, quase como... aparecendo como um imperativo ético que se contrapõe à lógica econômica.

Isso não é quixotesco, embora possa parecer, porque é uma resistência que está enraizada nas contradições inúmeras desse sistema. Às vezes fazemos críticas com relação à cooperação internacional, mas está implícito o seguinte: quando nós estamos lidando com ONGs do Norte, que têm vínculos com segmentos progressistas das sociedades daqueles



países, com as Igrejas, com os compromissos éticos dessas Igrejas, e ao mesmo tempo a gente tem relações fortes e dependência financeira com relação a governos, ministérios da Cooperação, etc., a gente vê o seguinte: é uma luta também. Muitas vezes nós estamos detectando que essas organizações enquanto nossos aliados estão trabalhando num terreno cada vez mais difícil, por seu turno. Mas por outro lado, se a gente pegar o impacto da destruição ambiental e a crescente consciência ecológica ao nível internacional, também existe em muitos países do Norte e em escala de massa uma consciência crescente de que as coisas não vão bem. Temos que lidar com uma realidade que é muito mais complexa e contraditória.

Proposta - Acha que a questão ambiental vai ser o campo onde esses vínculos éticos vão ter condições de se fortalecer e resistir a essa direitização do mundo, essa fastistização do mundo? E o que vai unificar esses projetos?

Jorge Eduardo - A questão ambiental é um fator objetivo de solidariedade enorme nas relações Norte-Sul, ainda que essa dimensão de solidariedade seja bastante complexificada pela própria desigualdade de situações do ponto de vista econômico. Ou seja, há um lado dessa contradição que aponta para a solidariedade. Há um interesse imediato mais forte da população dos países do Norte com relação a uma mudança do quadro ambiental. Desse ponto de vista, a ameaça os atinge de maneira iminente.

Agora, do ponto de vista das mudanças necessárias para fazer face a problemática ambiental, temos o inverso.

Proposta - Max Van de Berg, diretor da agência de cooperação holandesa Novib, afirmou que uma das principais tarefas das ONGs era mudar o Norte, demonstrando a essas populações que seu modo de vida é insustentável e provoca exploração e opressão no Sul. O que você pensa sobre isso?

Jorge Eduardo - Isso aí é contraditório. Eu estava lendo na revista **Tempo e Presença** (Cedi, número 261, ano 14, p. 40-42) o artigo de Celio

Bermann, "Limites e Perspectivas para um Desenvolvimento Sustentável". E ele dá os seguintes dados: atualmente 6% da população mundial consomem 1/3 dos recursos naturais do mundo. É ilusão, portanto, apresentar ao Terceiro Mundo o mesmo padrão de desenvolvimento dos países industrialmente avançados. Com os restantes 2/3, poder-se-ia levar no máximo 18% da população mundial até aquele nível, reduzindo definitivamente à miséria os outros 82%.

Max Van de Berg também dá muitos dados com relação a essa concentração do consumo dos recursos naturais, que deveriam pertencer ao conjunto da humanidade, por uma parcela ínfima da população. O problema é que mudar isso é muito complexo. Significa mudar radicalmente o modo de vida Ocidental. Isso é uma tarefa para várias gerações.

Eu acho que isso tem que ser levado em conta quando se pensa na Rio-92.

Há uma consciência ecológica confusa nos países do Norte, que não identifica os fatores de destruição das florestas

Eu tenho a sensação, muitas vezes, de que há expectativas ingênuas com relação à Rio-92 e que há interesses concretos em estimular essas ilusões, em inflar essas expectativas. Nosso trabalho é o inverso. O de não negar a importância desse evento (me refiro à conferência oficial), mas de mostrar que os avanços que proporcionarão muito provavelmente serão bastante parciais.

As ONGs têm modesta contribuição a dar. É um processo de mudança que só pode se dar com a constituição de um mais amplo espectro de aliança, com a participação de organizações sindicais, populares, partidos políticos... ONGs têm um papel específico aí dentro, mas são atores com uma capacidade bastante reduzida de interferência no processo efetivo de tomada de decisões. Acho que há problemas de poder que são centrais no enfrentamento dessas questões. Não que o poder não passe, também, pelo terreno da cultura, das idéias, da educação da população, onde as ONGs têm um papel importante a desempenhar. Mas os processos de tomada de decisão ainda estão bastante centralizados.

Desenvolvimento sustentável?

Proposta - Na sua opinião, o conceito de desenvolvimento sustentável ajuda a perspectiva de mudança do modelo e é capaz de gerar algum consenso ou é muito fluido? Ele tem sido utilizado por atores muito diferenciados? Existe algum elo fundamental entre todas essas visões? Acha que alguma coisa unifica o que a Companhia Vale do Rio Doce e a Aracruz falam e o que o Greenpeace fala? Acha que alguma coisa unifica o discurso desses atores em algum sentido, em algum momento?

Jorge Eduardo - O que unifica é apenas uma consciência difusa e que cresce internacionalmente de que o atual desenvolvimento está levando a humanidade para um beco sem saída. As práticas econômicas dominantes estão pondo em risco a própria sobrevivência da humanidade. Agora, eu acho muito difícil identificar qualquer coisa de mais

concreto, de mais substantiva a que se possa atribuir o caráter de um consenso. Eu acho difícil pensar em consenso, e não digo isso apenas porque não acredito que pessoas como Gilberto Mestrinho e outros defensores do desenvolvimento a qualquer custo tenham qualquer preocupação com a idéia de desenvolvimento sustentável, muito pelo contrário.

Acho que há, ainda, muitas forças políticas, muitas pessoas, muitas lideranças empresariais e políticas que assumem uma postura de clara secundarização de quaisquer preocupações ecológicas. Em segundo lugar, em relação àqueles que reclamam, que manifestam a sua identificação com essa meta de um desenvolvimento sustentável, acho também que a idéia de um consenso não resiste a uma análise mais aprofundada. Existem tentativas, sim, de conciliar o inconciliável, de fazer médias entre propostas incompatíveis. Quando Van de Berg diz "mudar o Norte", ele está dizendo que a Europa deve se preparar para uma política de crescimento zero. Ele defende que durante muitos anos a Europa tenha um crescimento zero ou um crescimento muito pequeno e que os países do Terceiro Mundo, também, optem por uma política de crescimento moderado e que assim se busquem alternativas e formas de compatibilizar o crescimento econômico, sobretudo em benefício das parcelas mais pobres da população mundial, com o cuidado de que há recursos não renováveis, há recursos limitados.

Outros procuram conciliar a idéia de desenvolvimento sustentável com a proposta de um crescimento ilimitado. E quando você vê isso então a nível do pensamento de grandes grupos econômicos internacionais, falando em desenvolvimento sustentável, a idéia que me fica é a seguinte: desenvolvimento sustentável é deixar o mercado funcionar livremente sem qualquer tipo de restrição ao ritmo da acumulação, mas ao mesmo tempo procurar fazer algumas mudanças tecnológicas que minorem os impactos negativos sob o meio ambiente. Quer dizer, a discussão de fundo, sobre os padrões de vida, de consumo, da acumulação, a relação entre capital e trabalho, nada disso se questiona.

Em alguns casos, acho que chega às raias do cinismo. Por exemplo: a Vale


do Rio Doce falar em preocupações ambientais depois de ter sido um dos agentes principais da implantação do programa Grande Carajás... O que pode ser a preocupação ecológica no contexto de uma ação que está no centro de uma tremenda agressão ao meio ambiente?

Proposta - Os financiamentos aos projetos ambientais e ou de desenvolvimento sustentável guardam algumas semelhanças com os antigos projetos de microdesenvolvimento, superados na tradição das ONGs brasileiras. Como harmonizar esses novos projetos, com uma ampliação da conscientização e mobilização populares?

Jorge Eduardo - Bom, isso teria de ser analisado caso a caso, conforme a escala, as características do projeto. Mas eu entendo a pergunta, eu acredito que há uma certa tendência a se tentar realizar projetos desse tipo, até para produzir efeitos de demonstração política, efeitos exemplares. Quando eu digo que nossa

ação deve ter um esforço globalizante, acho que ela deve procurar sempre questionar os mecanismos mais amplos que definem os limites desses projetos, sobretudo levando em conta que o nosso enfoque (af eu me refiro, de modo geral, à posição das ONGs que estão filiadas à Associação Brasileira das ONGs) dá à questão ecológica um tratamento em que a ótica social, das condições de vida das populações envolvidas, é determinante. Então, isso é incompatível com essa idéia de projetos ecológicos que sejam realizados numa ótica apolítica. Eu acho que nossa experiência deve nos vacinar em relação à reprodução, em outra escala, dessas experiências frustradas de anos anteriores.

Por outro lado, eu acho importante as ONGs terem o acompanhamento dos programas que o Banco Mundial apóia no país, tendo em vista os efeitos desastrosos de vários projetos apoiados pelo Banco Mundial. ■



ASSINE

R E V I S T A

proposta

**Anual: (4 números)
Cr\$ 20.000,**

**Número avulso
Cr\$ 5.500,**



Impressa em papel reciclado

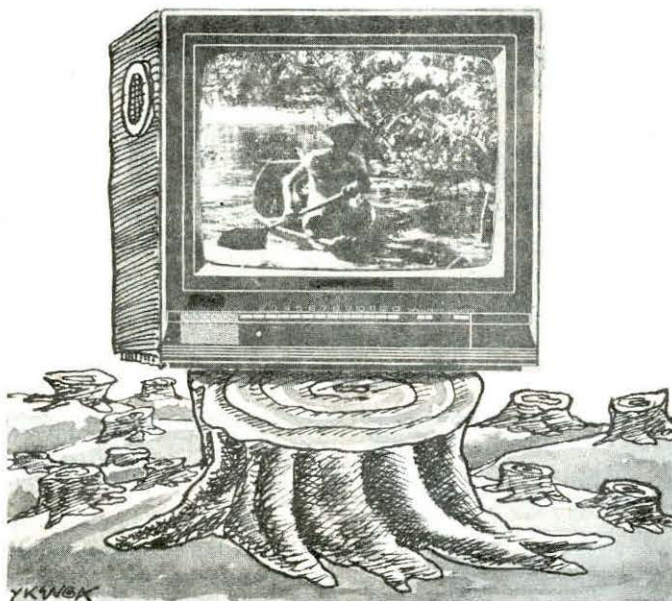
Políticas ambientais do Brasil - desenvolvimento na prática

Tricia Feeney *

Em junho próximo Fernando Collor de Melo, presidente do Brasil, receberá a Conferência da Terra - a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - no Rio de Janeiro. E ele assim o fará em uma posição de considerável prestígio internacional devido a abordagem bastante ousada de sua administração relativamente às questões ambientais. Tal posição privilegiada seria impensável para seu antecessor, José Sarney, cujas posições, quanto ao meio ambiente, podem ser resumidas em uma frase sua: "Que venha a poluição, sempre que se transfirmam indústrias."

Nos últimos dois anos o governo Collor colocou o meio ambiente em posição de destaque na agenda política do Brasil, secundado apenas pela economia. O respeitado agrônomo e antigo crítico dos projetos financiados pelo Banco Mundial no Brasil, José Lutzemburger, foi escolhido para presidir a Secretaria do Meio Ambiente, apesar dos ainda poderosos militares. Todavia, os objetivos professados pela administração Collor não foram total-

mente alcançados. Sua política e novos programas tendem ao fracasso antes de serem completados. Uma das razões para isto é o estado bastante delicado em que se encontra a economia brasileira. A dívida externa do Brasil é de 123 bilhões de dólares.



Apesar dos cinco choques econômicos nos cinco últimos anos, a taxa de inflação em outubro era de 25% - e se mantém nesta faixa desde então. O Brasil se propôs a reduzir a taxa anual de inflação para 20% em 1993, através de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os gastos públicos, supostamente a principal fonte da inflação, serão cortados, o sistema tributário reformado, e as importações e privatizações encorajadas. Estas medidas de austeridade, contudo,

podem ser de difícil execução, pois desde que Collor assumiu os salários reais caíram em 30%. O Brasil tornou-se uma das sociedades mais desiguais do mundo.

Os 20% mais ricos ganham 65% da renda nacional, enquanto que os 20% mais pobres ganham menos de 3%. A taxa de mortalidade infantil é o dobro da China. Um outro agravante é o fato de Collor não ter um forte apoio no Congresso, o que o faz buscar apoio em outros grupos políticos, muitos dos quais têm interesses em terras e mineração. Assim, apesar daquilo que o Banco Mundial e outros percebem como um "novo espírito de cooperação" com o qual as autoridades brasileiras tratam as questões ambientais atualmente (principalmente se comparados com a posição adotada no governo Sarney), muitas pessoas, tanto no Brasil como no exterior, questionam se, de fato, houve alguma mudança real ou progresso significativo quanto a estas questões.

O marketing ecológico

Isto especialmente porque uma das marcas da administração Collor é a grande ênfase dada às relações públicas, à criação de imagem, à promoção da aparência do estilo sobre a substância. A revista *Meio Ambiente no Brasil*, uma publicação do governo editada em inglês e distribuída no mundo inteiro, dá um relato otimista das várias medidas de proteção ambiental adotadas pelo Brasil. Um dos grandes êxitos foi a redução das queimadas da floresta na região Amazônica, conforme relatada na publicação de janeiro, 1991:

"Levantamentos feitos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que usa satélites para monitoração da região Amazônica, indicam que as queimadas de floresta e o desmatamento diminuíram em 60% comparado com o ano anterior. Esta queda se deve às medidas de fiscalização por parte do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e

* Assessora para Política de Desenvolvimento da Oxfam, onde monitora políticas de ajuda oficial. Ex-pesquisadora do Departamento de América Latina da Anistia Internacional, em Londres, investigando violações dos direitos humanos. Este artigo foi originalmente publicado em *Development in Practice*, Vol. 2, Number 1, 1992 (publicação da Oxfam). A tradução para o português é de Mariângela de Moraes Sá.

A preocupação com o marketing do atual governo também se refletiu numa ofensiva junto à opinião pública internacional

Recursos Renováveis), como parte da chamada 'Operação Amazônica,' iniciada em julho passado. Durante esta operação, que teve apoio da Força Aérea Brasileira e da Polícia Federal, foram apreendidos 100.000 m³ de madeira extraídos ilegalmente, bem como peles e carne de animais selvagens, pássaros, armas e motosserras. O Ibama aplicou multas, num total de 9 milhões de dólares, às companhias e indivíduos com operações ilegais na Amazônia''.

Alguns comentaristas políticos brasileiros acreditam que este sucesso apresentado deve-se não tanto à eficácia do Ibama, mas sim a uma rara estação chuvosa prolongada, e ao efeito geral da recessão econômica. Comentou-se, também, que embora muitas multas tenham sido lavradas, poucas foram realmente pagas.

Em suas propostas de governo, quando assumiu em março de 1990, o presidente Collor anunciou algumas me-

didadas e objetivos relativos à proteção ambiental que foram recebidos com entusiasmo pela comunidade internacional, mas com hostilidade pelos políticos influentes e pelos proprietários de terra da região Amazônica. Pela primeira vez um plano nacional sobre meio ambiente havia sido redigido, e, de acordo com um relatório especial publicado pela Unidade de Inteligência de *The Economist*, o financiamento do plano, bem como o financiamento da Secretaria do Meio Ambiente (Sema), criada por Collor, já estavam assegurados antes mesmo que a Sema estivesse criada formalmente.

Dentro da mais concreta indicação de ênfase dada atualmente ao meio ambiente pelas instituições multilaterais, o Banco Mundial concedeu um empréstimo de 117 milhões de dólares, em março de 1990, para o programa ambiental do governo brasileiro, cujos custos totais estimados para sua implementação eram de 166,4 milhões de dólares. E mais, abriu mão da contrapartida, permitindo que a contribuição do governo brasileiro fosse de apenas 25%...

O presidente, quebrando com a política do governo anterior de tácito encorajamento à mineração nas áreas indígenas - que são geralmente de grande importância ecológica -, também se comprometeu publicamente a expulsar os milhares de garimpeiros que em 1987 invadiram a área dos índios Yanomami

trazendo morte e destruição. A demarcação do território Yanomami era amplamente tida como uma prova concreta da intenção do governo em realizar mudanças reais na sua política quanto às questões ambientais e dos direitos humanos na região Amazônica.

Para tanto, devia-se desativar os incentivos para criação de gado, inicialmente concedidos durante o governo militar para a área da Amazônia - de acordo com o então programa federal para o desenvolvimento da região, coordenado pela Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), e que eram vistos como uma das forças motoras mais poderosas do desmatamento na Amazônia.

Os anos de pique do desmatamento ocorreram entre 1983-87. Também durante este período aumentou o número de assassinatos de líderes rurais e de seus companheiros. A maior parte das queimadas foram feitas por pessoas que obtinham subsídios para o aproveitamento da terra para a agricultura, que eles nunca tiveram intenção de usar, mas que através de sua posse poderiam angariar subsídios como prova de que pelo menos haviam limpadado a área; e que esta estava livre de índios ou posseiros colonizadores. Os subsídios para agricultura e fazendas de pecuária aumentaram bastante no ano de 1987, devido à incerteza sobre quais os benefícios que poderiam ser retirados



J.R. Ripper / Imagens da Terra

Cortador de cana: à margem dos planos do Banco Mundial

"Global Environment Facilities": facilidades para quem?

Global Environment Facilities (GEF) é como se chama um fundo de 1 bilhão e 500 mil dólares estabelecido em novembro de 1990 pelas Nações Unidas e pelo Banco Mundial para financiar projetos de investimento e assistência técnica nos países em desenvolvimento em quatro áreas específicas: limitação de gases formadores do efeito estufa; proteção à camada de ozônio; solução para a poluição das águas internacionais; e conservação da biodiversidade.

O GEF tem recebido questionamentos de ONGs e governos dos países do Sul. As ONGs desconfiam dos critérios políticos de definição dos financiamentos e os países em desenvolvimento suspeitam que as nações mais ricas impõem suas prioridades. Embora tenha participação de organismos das Nações Unidas, como o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o GEF vem sendo cada vez mais administrado pelo Banco Mundial. O Secretariado do Painel de Assessoria Técnico-Científica (a sigla em inglês é Stap) tem 250 especialistas, e entre eles não existe um só cientista social.

A primeira parte dos projetos financiados pelo GEF foi aprovada em maio de 1991, antes que diretrizes adequadas tivessem

pela Constituinte de 1988, que estava então na fase de debates.

Um ano depois: discurso e prática

Para constrangimento do Banco Mundial, além do seu financiamento para o tal Plano Nacional para o Meio Ambiente ter sido pulverizado, logo após foi congelado pelo Banco Central do Brasil, no primeiro drástico plano econômico do governo Collor, com o qual pretendia acabar com a inflação de um só golpe. Cerca de 80% de poupança privada foram confiscados temporariamente, e cortados os fundos de financiamentos para todas as agências governamentais, inclusive para o Ibama e Funai. Em protesto contra os baixos salários, funcionários do Ibama entraram em greve. Aumentaram os relatórios de que o corte ilegal de madeira continuava, bem como as denúncias de que funcionários do Ibama pouco faziam para aplicar a lei e reduzir o corte ilegal. A Funai alegou que a falta de fundos suficientes impossibilitou o atendimento médico dos Yanomamis sitiados pelos garimpeiros. O então presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães, que fora nomeado pelo presidente Collor, inspirava pouca confiança nacionalmente.

Apesar do governo reconhecer que os incentivos fiscais causavam danos ao meio ambiente e distorciam a economia, o poderoso *lobby* dos proprietários de terra conseguiu que o Congresso restabelecesse um número de subsídios e créditos para impostos sobre investimentos na Amazônia, incluindo a criação de gado.

Embora em fevereiro de 1991 tenha-se iniciado uma operação para remover os garimpeiros de Roraima, seu principal feito - a explosão das pistas de pouso clandestinas - era considerado por muitos sem efeito. Em abril de 1991, a administração Collor sucumbiu à pressão dos militares e companhias mineradoras e suspendeu a decisão de demarcação das terras Yanomami, alegando serem necessários mais estudos sobre o assunto. Um dos principais males que se abateu sobre os Yanomami foi o aumento da incidência de malária. Um levantamento médico feito no início de 1990 mostrou que, em algumas comunidades, 91% dos habitantes estavam infectados. De acordo com relatórios, as atividades de prospecção de ouro haviam poluído os rios com óleo e mercúrio, e o barulho das máquinas havia afugentado a caça, aumentando assim a dependência dos Yanomamis nos garimpos para obter comida e materiais.

Em outubro, a Funai relatou que nos primeiros seis meses de 1991, 98 Yanomamis haviam morrido, sendo 73

A troca de dívida externa por meio ambiente não resolve o problema e pode legitimar o débito feito pelos militares

deles de malária. Além disso, o Ibama também não conseguiu manter os baixos índices de desmatamento. Estimativas do INPE davam a entender que 1991 provavelmente seria considerado o pior ano de todos para queimadas das florestas tropicais da Amazônia.

Programa Piloto do G-7 para a Amazônia

Durante o ano de 1991, o apoio internacional para o programa ambiental de Collor começou a vacilar. O sinal mais claro desta hesitação foi a crescente relutância da parte de alguns dos países do G-7 (Grupo dos 7, formado por EUA, Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Canadá) de se comprometerem com financiamentos para uma iniciativa de proteção da floresta Amazônica, con-

sido criadas e sem que o secretariado técnico-científico tivesse realizado a sua primeira reunião. Mesmo até hoje, este secretariado não tem poderes legais para considerar as implicações sociais dos projetos.

Biomassa no Brasil

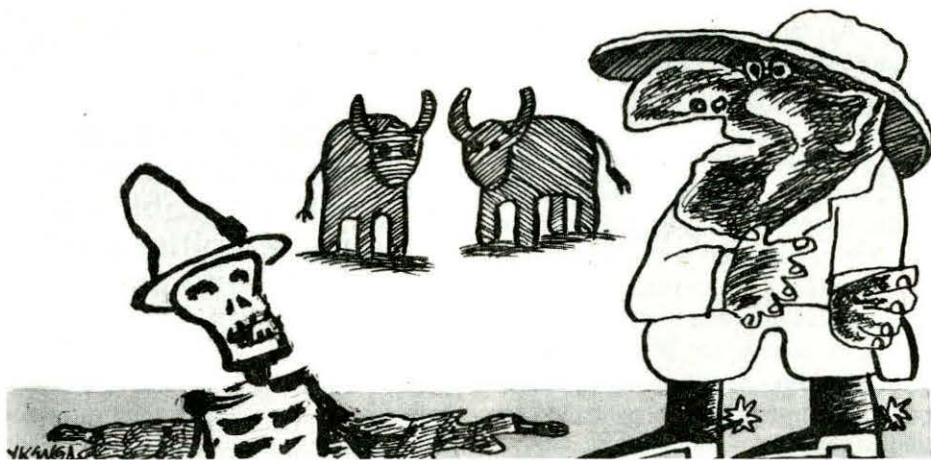
Um exemplo pode ajudar-nos a refletir. Embora haja muito pouca informação sobre os projetos, alguns, aparentemente, têm muito a seu favor. O Projeto de Gaseificação da Biomassa para o Brasil é um deles. Ele visa desenvolver mecanismos para a gaseificação do bagaço de cana-de-açúcar e de lascas de madeira, como fonte alternativa de combustível, e assim proteger a floresta natural. Porém, as possíveis implicações sociais correm o risco de serem ignoradas.

Os elaboradores do projeto parecem não ter levado em conta nem as condições dos trabalhadores da cana-de-açúcar, que estão entre os mais explorados do Brasil, nem o possível impacto da grande extensão de plantações de florestas artificiais. Enquanto grandes proprietários de terra particulares do Nordeste, e empresas agroindustriais do Sul do Brasil têm-se beneficiado enormemente dos subsídios governamentais para o programa de álcool combustível, os trabalha-

dores da cana-de-açúcar estão entre as categorias mais mal pagas, e suas negociações salariais são invariavelmente difíceis e, geralmente, violentas. Há lideranças sindicais perseguidas e mesmo assassinadas. Há mulheres e crianças trabalhando nas lavouras em péssimas condições. Na Paraíba, trabalhadores tiveram seus dedos corroídos devido à sua exposição a pesticidas e em Mato Grosso trabalhadores nordestinos foram transformados em escravos.

O Projeto Biomassa pode estar ligado a um projeto original de reflorestamento da Amazônia Oriental, que está atualmente sendo avaliado pelo Banco Mundial, e que seria implementado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Todavia, os sindicatos de trabalhadores rurais daquela região temem que as famílias de posseiros, que atualmente sobrevivem da agricultura nas terras ao longo do corredor de 900 km da Ferrovia Carajás, possam ser expulsas para que as plantações de florestas ocupem esta área.

Embora ao GEF não caiba resolver todos esses problemas, seus projetos, se tomados isoladamente, terão pouca chance de sucesso, caso a questão da pobreza e acesso às reservas naturais não seja considerada (Tricia Feeny).



forme proposto pelo Chanceler alemão Helmut Kohl, na Reunião do G-7 em Houston, julho de 1990.

O governo brasileiro havia sido responsável pela formulação da proposta em consulta com os conselheiros do Banco Mundial. O programa, que implica em gasto de 1,5 bilhão de dólares por um período de cinco anos, está dividido em duas partes: uma relativa às estruturas e instituições; e a outra aos projetos demonstrativos. O programa busca, entre outras coisas, financiar as áreas de conservação, a demarcação das reservas indígenas e o fortalecimento do Ibama e das agências estatais ao meio ambiente. Os projetos demonstrativos, entretanto, de acordo com fontes do Banco Mundial, devem dar apoio para os pequenos produtores por meio de valorização de produtos de subsistência, por exemplo em áreas de reserva extrativa. O governo brasileiro tinha expectativas de que os líderes do G-7, em sua reunião em Londres, em julho, fossem aprovar a proposta e providenciar os 250 milhões de dólares necessários para o início do programa.

Em junho, após sua visita aos EUA, em que perguntas embaraçosas lhe foram feitas, o presidente Collor baixou um decreto removendo muitos dos incentivos fiscais, e demitiu o presidente da Funai por não ter se movido mais rapidamente na questão Yanomami. Não houve, porém, uma discussão mais substantiva sobre o Programa Piloto do G-7, e uma decisão foi adiada até dezembro. Embora a principal razão para o adiamento tenha sido atribuída aos acontecimentos na União Soviética, alguns dos financiadores estavam preocupados com a qualidade técnica da proposta, e com o fracas-

so do governo brasileiro em envolver os representantes da comunidade científica e das ONGs. Embora algumas conversações tenham sido iniciadas, muitas das ONGs acham que elas foram insuficientes e inadequadas. E mais, crêem que certas questões, como a da reforma agrária, devem ser urgentemente tratadas.

Necessidade de uma reforma agrária

A maioria dos conservacionistas acham que qualquer tentativa para proteger a floresta Amazônica brasileira da destruição só poderá ser bem-sucedida se acabar o fluxo de migrantes para a região, e se regularizar a ocupação da terra. Porém, a única solução proposta pelo governo Collor para resolver a questão das famílias de trabalhadores rurais sem-terra foi a de assentá-las em terras que já pertençam ao Estado (há um total de 3 milhões de hectares disponíveis, e que seriam suficientes para 60 mil famílias).

O ministro da Agricultura, ele mesmo um proprietário de terras, fez questão, desde o início, de deixar clara a sua determinação de pôr um fim às expropriações das terras invadidas por cada vez mais desesperadas famílias de lavradores. Há 2 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terras. Uma delegação de entidades de direitos humanos dos EUA que visitou recentemente o Brasil para discutir a violência no campo escreveu em seu relatório que:

“A quantidade de terra que o governo tem disponível, no momento, para

os propósitos de reforma agrária, é claramente insuficiente, até mesmo para as estimativas mínimas do ministro da Agricultura”.

Entretanto, uma solução para este problema é crucial para o sucesso de qualquer política ambiental correta bem fundamentada no Brasil. Um estudo recente sobre o futuro da Amazônia observa que:

“Uma política parcial em favor dos interesses das grandes propriedades de terras, bem como uma inflação anual de quatro dígitos, têm encorajado a concentração de terras nas zonas de fronteira da Amazônia. Grandes proprietários de terras são os principais culpados pelo processo [de destruição ambiental], embora a crescente população de lavradores e migrantes aumente as pressões de engajamento em técnicas de cultivo e ocupação ainda mais destrutivas.”

De acordo com dados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), há 23 milhões de trabalhadores rurais vivendo na miséria nas áreas rurais do Brasil, e deste total 4 milhões de famílias não têm terra alguma própria, e devem pagar arrendamento pelo uso da terra aos senhores da terra. E mais: 1% dos proprietários de terra possui 44% da terra. O governo incentivou a produção para exportação em grande escala, em detrimento da produção de alimentos para consumo interno. A expansão do cultivo de soja (de 1 milhão de toneladas para 23 milhões, no período 1970-88) contribuiu para uma queda de produção de milho e feijão preto, o que conseqüentemente gerou uma forte alta no preço destes alimentos básicos. Até 1985, de acordo com a FAO, 85 milhões de brasileiros consumiam menos de 2.240 calorias por dia (que é considerado o mínimo necessário por dia) e eram classificados como subnutridos. Desde então a situação piorou.

Trocar dívida por meio ambiente?

Em janeiro de 1991, o governo brasileiro sinalizou publicamente seu interesse em converter parte de sua dívida

A Rio-92 pode ser um incentivo a mais para o governo demarcar as terras indígenas e conter o desmatamento. Mas, e a reforma agrária?

externa em projetos voltados para o meio ambiente. Segundo o governo, as reservas seriam destinadas, após a sua conversão em moeda corrente brasileira - ou seja, em cruzeiros -, para projetos específicos a serem desenvolvidos por agências oficiais ou organizações não-governamentais, em programas de amplo alcance coordenados pelo governo.

A cláusula sobre conversão da dívida em projetos ambientais, que foi finalmente anunciada pelo governo em julho de 1991, estipula um limite de apenas 100 milhões de dólares por ano destinado a tais projetos, o que representa apenas 0,08% da dívida externa do Brasil.

Conforme os termos do dispositivo do governo, uma vez que uma parte da dívida brasileira tivesse sido amortizada no mercado secundário, por exemplo, por uma organização conservacionista internacional, o título seria "doado" ao Banco Central brasileiro, que então faria o depósito do valor total em cruzeiros em um fundo ambiental especial. Porém, diferentemente de outros planos de dívida por natureza, o comprador da dívida não executaria ele mesmo um projeto específico. As decisões sobre quais projetos a serem realizados ficariam sobre a responsabilidade exclusiva do governo brasileiro ou de uma ONG local. Todos os projetos também deveriam ter a aprovação prévia da recém-criada Comissão Técnica de Avaliação de Projetos Ambientais, que é presidida pelo ministro da Economia, além do ministro das Relações Exteriores, dos secretários do Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia, e de Assuntos Estratégicos.

O governo determinou que as partes da dívida brasileira amortizadas por organizações internacionais seriam transferidas através de títulos não-negociáveis,

não-transferíveis e que apenas os juros de 6% ao ano seriam canalizados para projetos de proteção ambiental.

Muitas das ONGs brasileiras não confiam nestas permutas da dívida, e acham que elas apenas beneficiam substancialmente os bancos comerciais. Quando o governo brasileiro anunciou sua aprovação para as permutas da dívida, o valor da dívida brasileira nos mercados secundários de Nova Iorque e Londres subiu de 18% para 30%. Embora reconheçam as boas intenções de muitas das organizações ambientalistas do Norte que apóiam estas permutas da dívida para a natureza, as ONGs brasileiras criticam o fracasso daquelas organizações do Norte de não perceber que tais acordos nem reduzem a dívida do país, nem garantem uma maior proteção ambiental. Porém, a maior objeção a tais acordos deve-se à opinião de muitos brasileiros de que estes acordos parecem legitimar a dívida externa, que foi efetuada durante os 21 anos do período da ditadura militar. Eles apontam, ainda, o fato de que, durante os anos 80 o número de brasileiros vivendo em absoluta miséria aumentou de 29,4 milhões para 44,8 milhões.

Evidentemente, nota-se que os benefícios da dívida não foram equitativamente distribuídos. E mais: argumentam que muito da dívida se deve ao financiamento de projetos sociais e ambientais desastrosos, como por exemplo, o Polonoeste (Projeto do Banco Mundial para o Desenvolvimento Rural Integrado do Norte e Centro-Oeste), que a um custo de 400 milhões de dólares contribuiu significativamente para aumentar as taxas de desmatamento: a cobertura florestal no Estado de Roraima, oeste da Amazônia (Amazônia Ocidental), foi reduzido em 17-20% em menos de uma década.

Perspectivas de mudanças?

Em 15 de novembro do ano passado, o presidente Collor anunciou a demarcação de 9,9 milhões de hectares para a Reserva dos Yanomamis, apesar da forte oposição militar. Os militares argumentavam que deveria ser excluída de tal

demarcação uma área de 12 milhas ao longo da fronteira com a Venezuela e Colômbia, por razões de segurança nacional. O governador do estado do Amazonas, Gilberto Mestrinho, também havia advertido à Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso brasileiro, responsável pela investigação da "internacionalização da Amazônia", de que isto seria o primeiro passo para tal processo e que isto só beneficiaria os países desenvolvidos. Duas semanas antes, o presidente havia aprovado a demarcação de outras 71 reservas indígenas. O novo presidente da Funai, Sidney Possuelo, parece disposto a cumprir o prazo de outubro de 1993, estabelecido pela Constituição de 1989, para término da demarcação de todas as reservas indígenas.

A demarcação das reservas indígenas parece ter conseguido superar aquela hesitação que alguns dos membros do G-7 ainda tinham com relação às perspectivas para uma bem-sucedida implementação do Programa Piloto. Na reunião de Genebra, em dezembro último, os representantes do G-7 concordaram em contribuir com 250 milhões de dólares para o Brasil iniciar um Fundo para Floresta Tropical.

A combinação de vários fatores pode significar que a pressão para mudanças vai continuar forte. Sem dúvida, a bem próxima conferência da Terra (Rio-92) significa um incentivo adicional para que o governo ataque de maneira mais eficaz a demarcação das terras indígenas e as causas do desmatamento. Mas acima de tudo, isto significa que toda esta disponibilidade de ajuda internacional e de fundos de concessão para projetos, numa época de reservas escassas, dá ao Brasil a possibilidade de obter recursos externos. ■

O G-7 está preocupado com o fracasso do governo brasileiro em envolver cientistas e ONGs na política ambiental

Meio ambiente e direitos humanos numa sociedade global

Pedro Dalcerro*

"Um direito humano é a reivindicação de ser capaz e ter a permissão de praticar uma ação pelo fato de ser um ser humano." (L. Swidler)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, é apontada como passo inicial e definitivo no processo de internacionalização dos Direitos Humanos. Embora alguns vejam indícios de internacionalização anteriores a 1948, é com a Declaração que se dá o ingresso inequívoco dos Direitos Humanos na esfera internacional. Na realidade, ela apresenta uma revolução sobre a maneira como os Estados vêm a si próprios. Pela primeira vez na história, Estados se comprometeram perante outros Estados, e a comunidade internacional como um todo, a adotar determinadas regras de conduta perante seus próprios cidadãos. Apesar do baixo grau de eficácia a Declaração - que é apenas um compromisso, sem os efeitos dos tratados internacionais -, faz com que o indivíduo (independente de sua cidadania) comece a se tornar sujeito de direito internacional.

Segundo a designação de R.J. Vincent (*Human Rights and International Relations*, Cambridge University Press, 1986), temos três gerações de direitos humanos: a primeira geração de "direitos negativos", relativa a não interferên-

cia com as liberdades individuais; a segunda geração de "direitos positivos", que lida com os direitos sociais, econômicos e culturais; e a terceira geração de "direitos de solidariedade".

A principal crítica que se faz à Declaração é sua ênfase nos direitos individuais, dizendo pouco a respeito dos direitos de "segunda geração", os direitos sócio-econômicos. Esta debilidade foi em parte sanada pelo Convênio Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; e pelo Convênio Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, com seu Protocolo Opcional, adotados por resolução da ONU em 16 de dezembro de 1966.

O exame cuidadoso dos trinta artigos da Declaração nos permite ver ali direitos potenciais que extrapolam a esfera dos direitos individuais. O autor indiano V. Ramaswamy ("A new human rights consciousness", IFDA Dossier, janeiro/março, 1992, p. 3-16) aponta, entre outros, vários artigos da Declaração que estão prenhes de novos direitos. O Artigo 23 fala sobre o direito ao trabalho e à justa remuneração para assegurar uma existência dignamente humana (direitos sociais). O Artigo 25 se refere ao direito a um padrão de vida adequado à saúde e ao bem-estar (direitos sociais). O Artigo 26 fala sobre a educação como promotora da paz e entendimento (direitos sociais e de solidariedade). O Artigo 27 se refere à livre participação na vida cultural da comunidade (direitos sociais e de solidariedade). E, especialmente, o Artigo 28 diz: "Todo homem tem direito a uma

ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente declaração possam ser plenamente realizados" (direitos de solidariedade).

Enfim, há toda uma série de direitos que, submetidos a uma leitura radical, podem levar à sua expansão e à criação de novos direitos. Ivo Lesbaupin (*As classes populares e os Direitos Humanos*, Petrópolis, Vozes, 1984, p. 17), observa que existe um "jogo dialético entre particularismo e universalismo", pois a cada formalização legal dos direitos humanos encontram-se "as reivindicações de uma classe particular", formuladas como se fossem universais. A partir desta pretensão universalista, abrem-se as possibilidades de lutas pela expansão do universo de direitos. A grande questão para os militantes de direitos humanos, porém, é: como acionar esta dinâmica no plano internacional? O ambiente internacional tem freqüentemente se mostrado muito mais fluido e violento que o estabelecido nos limites domésticos do Estado.

A internacionalização dos direitos humanos, entretanto, não se deu apenas por meio da adoção de declarações ou tratados internacionais. Ela se desenvolveu também por duas outras vias bas-



* Advogado, mestrando em Relações Internacionais no IRI, PUC-RJ.

tante distintas: os direitos de solidariedade - direitos de "terceira geração" -, e a complexa questão do relativismo cultural. Este, envolve temas apaixonantes, que podem suscitar debates mais apaixonados ainda. Qualquer abordagem séria do assunto extrapolaria os limites deste artigo. Resumidamente, pode-se dizer que o relativismo cultural trabalha com as diferentes regras de moralidade em cada cultura e apresenta desafios ao conceito de direitos humanos ocidental, vistos como uma nova forma de "imperialismo". Na América Latina sentimos menos o impacto deste debate, por sermos de matriz ocidental, embora na periferia do ocidente. Porém, é inegável que a disseminação das idéias de direitos humanos está associada ao processo de ocidentalização do mundo.

A outra via de internacionalização dos direitos humanos foram os "direitos de solidariedade", que incluem os direitos à paz, ao desenvolvimento, etc. Os direitos de solidariedade são anseios e reivindicações que se expressam nas relações internacionais, mas onde o indivíduo ou grupos não-governamentais podem intervir. Estes direitos foram conquistas da diplomacia do Terceiro Mundo nos fóruns internacionais. Apesar de os



países ricos nunca terem se restringidos por esses limites, a sua existência dificultava a legitimação internacional de ações frontalmente contrárias a seus princípios. Desenvolveu-se o costume de que determinadas ações - embora muitas delas continuassem sendo cometidas - eram moralmente reprováveis na arena internacional.

Hoje, contudo, o quadro é radicalmente diverso, devido à desintegração da URSS e ao fim da Guerra Fria. Este novo cenário revela em cores mais fortes um outro processo, um outro "caminho", por onde também se afirmam os direitos de solidariedade. Trata-se das ONGs internacionais e de solidariedade Norte-Sul, que se mostram um canal muito eficiente de colocação de direitos de primeira, segunda e terceira geração na esfera internacional.

Valores como a Paz e um Meio Ambiente saudável encontram defensores em qualquer região do Norte ou do Sul do planeta. E mesmo a internacionalização do conceito "ocidental" de direitos humanos oferece possibilidades para uma luta política mais radical, como apontou V. Ramaswamy no artigo citado anteriormente.

Deve-se explorar os universos de valores comuns que permitem a construção de alianças entre indivíduos e organizações do Norte e do Sul. Por meio da compreensão desta unidade ética, se pode responder de forma integrada às duas perguntas que ficaram pendentes. Primeiro, os militantes de direitos humanos que queiram acionar a dinâmica "particularismo universalismo" no âmbito internacional devem empreender uma luta de três níveis. Ao nível doméstico, pela efetiva implementação de declarações ou tratados internacionais de direitos humanos assinados pelos seus próprios países. No plano internacional, denunciando e, se possível, processando judicialmente

Pobreza urbana: desafio ao ecologismo



J.R. Ripper / Imagens da Terra

Desmatamento: estimulando a idéia de "direitos da natureza"

seus países em fóruns oficiais e/ou não oficiais internacionais (há poucos anos, o governo de Honduras, por exemplo, foi condenado na Comissão de Direitos Humanos da OEA pelo desaparecimento de dois ativistas de direitos humanos). E, finalmente, através de uma luta transnacional pelos Direitos Humanos, que não respeite fronteiras de qualquer espécie. A Anistia Internacional é quem melhor incorpora este nível de luta política. Muitos a criticam por restringir-se apenas a alguns dos direitos da Declaração Universal. Mas é exatamente esta especialização e eficiência que lhe conferem prestígio e eficácia. A Anistia Internacional defende os direitos individuais, inclusive daqueles que têm seus direitos individuais violados por lutarem pelos direitos de segunda geração.

A outra pergunta que ora se responde é se os direitos de solidariedade seriam realmente direitos. Seriam de uma outra natureza, diferentes dos "direitos" consignados em documentos legais? Os direitos de solidariedade são direitos de uma legitimidade emergente ao nível global. Não possuem entidades políticas que os garantam e seus sujeitos são também os Estados, mas não se restringem a estes. De fato, os Estados são os atores internacionais mais suscetíveis a variações de conjuntura. Aprisionar os direitos de solidariedade aos Estados fragiliza muito sua eficácia normativa. Assim, como no âmbito doméstico fala-se de um "direito

que nasce das ruas”, representando as demandas por direitos das classes populares, ou até mesmo a construção de uma pluralidade jurídica divergente do direito positivo, o mesmo processo se dá ao nível global, com a expansão dos sujeitos dos direitos de solidariedade.

Direitos ambientais e cidadania

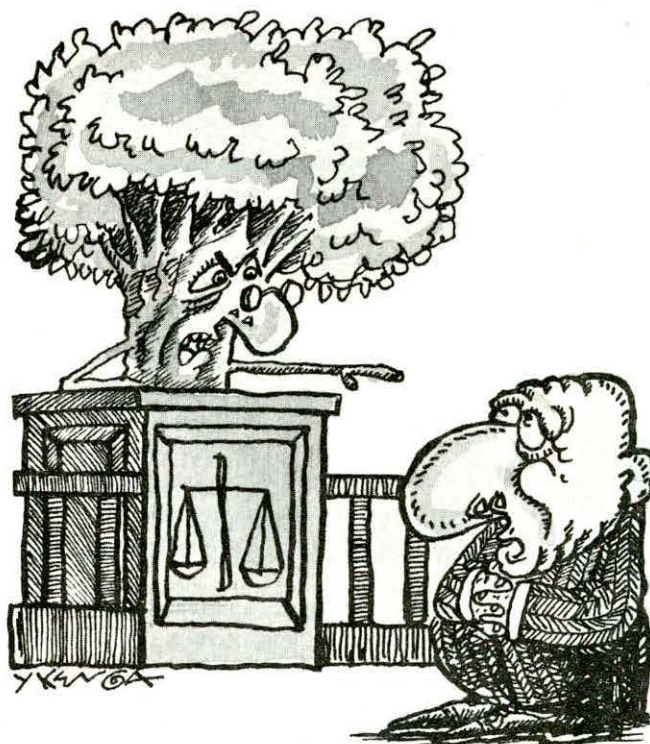
O direito ambiental é um campo relativamente novo, mas onde já se pode identificar duas tendências distintas: o direito ambiental como o direito a um ambiente saudável para o ser humano; e o direito ambiental como os direitos da natureza. A primeira perspectiva parte da afirmação de que o que se protege, quando se fala em direito ambiental, é o direito do homem a um ambiente são e habitável. O colombiano José Maria B. Navia (“Proceso ambiental o derecho a un ambiente vivible?” ,in IFDA Dossier 80, janeiro/março 1991, p. 37-50), representante desta corrente do direito ambiental, afirma que o direito do cidadão ao meio ambiente saudável é um “direito humano básico, pré-requisito e fundamento para o exercício dos demais direitos humanos, econômicos e políticos”.

O debate principal se inicia ao observar-se que o antropocentrismo, que é e foi o eixo da civilização ocidental, volta-se hoje contra o próprio homem. A construção de nossa cultura fundou-se, inclusive com bases religiosas, num direito exclusivo do homem sobre a natureza e todas as outras espécies. A espécie humana, como espécie dominante e superior, era a detentora inquestionável deste direito.

Ocorre no entanto que, especialmente durante o século XX, a “civilização” desenvolveu-se a ponto de criar um habitat artificial para o ser humano, desvinculando-o quase completamente da natureza. Este processo pôde ser mantido

enquanto a sociedade urbano-industrial não pressionava os limites da capacidade de carga do planeta. Hoje, todavia, são claros os indícios de que estes limites foram ultrapassados. A “razão” e a “técnica”, que até o presente século haviam se mostrado como instrumentos eficazes do homem ocidental, transformaram-se em instrumentos da barbárie, no momento em que a sobrevivência da espécie humana está ameaçada pela continuação do modo de vida ocidental.

A partir da constatação de que foram liberadas forças bestiais por meio da tecnociência, aqueles que advogam ser o direito ambiental o direito do homem a um meio ambiente são e habitável reco-



mendam a autocontenção do homem, através de um antropocentrismo moderado. Urgentemente necessária e vital, esta autocontenção tem por objetivo a preservação da própria espécie humana. E aqui reside o cerne da orientação filosófica desta corrente de pensamento, isto é, o homem continua como centro, porém de uma natureza e de um universo muito mais complexos, para os quais deve-se demonstrar respeito por suas integridades e processos.

O historiador da ética e filósofo norte-americano Roderick F. Nash se in-

clui entre os que advogam que a natureza deve tornar-se sujeito de direitos. Em seu livro **The Rights of Nature - History as Environmental Ethics** (Madison, University of Wisconsin Press, 1989) Nash afirma que conceder direitos à natureza pressionaria, por exemplo, o liberalismo norte-americano para além de seus limites.

Este autor fornece observações e comentários desconcertantes. Por exemplo, ao discutir a história da evolução da ética, Nash traça um vértice que se amplia gradualmente, passando a incluir novos sujeitos de direitos, determinando o que é certo e errado para as circunstâncias. Esta evolução se dá da seguinte

forma: passado pré-ético, incluindo apenas o ego; passado ético, que inclui família, tribo e região; presente, que abrange a nação, as raças, os seres humanos e parcialmente os animais; e um futuro ético, que incluirá animais, plantas, a vida, rochas, ecossistemas, o planeta e o universo. Para validar seu esquema, Nash apresenta dois comentários bastante agudos. Primeiro, faz menos de 150 anos que achava-se “normal” a escravidão, que um ser humano fosse considerado como “propriedade” e destituído de todos os direitos. Não há portanto razão histórica para se imaginar que a natureza não venha tornar-se sujeito de direitos no futuro. A outra observação, ligada à primeira, é de que aquilo que normalmente considerava-se como “inimaginável”, com o passar do tempo e a progressiva regulamentação sobre o assunto transforma-se em algo trivial.

“Cidadania mundial”: efeitos perversos

Apesar desta perspectiva histórica de longo prazo, o próprio autor reconhece que a extensão de direitos à natureza seria a maior revolução ética de todos os tempos. A realização deste objetivo romperia



Os índios são ecologicamente sustentáveis, encontram uma conjuntura favorável para as lutas por terra e justiça

com as bases de nossa cultura, e, no caso norte-americano, obrigaria a reestruturação completa de seu modo de vida e paradigmas sociais. Esta posição, normalmente, é associada a termos como "biocentrismo", "igualitarismo ecológico" e "ecologia profunda", todos designando um substrato comum ao ecologismo radical de Primeiro Mundo.

No tocante à aplicação destes direitos, é claro que os seres humanos continuariam a cumprir papel fundamental, atuando como "os agentes morais que detêm a responsabilidade de articular e defender os direitos dos outros ocupantes do planeta" (Nash, op.cit.). A extensão de direitos para a natureza, sob o ponto de vista desta corrente de pensamento, também implicaria necessariamente na autocontenção humana.

Numa observação superficial, supõe-se que as duas correntes do direito ambiental se equivalem na prática, pois ambas vão recomendar a mesma coisa: o ser humano precisa conter-se, para evitar seu próprio desaparecimento e de outras espécies. Porém, questões mais de fundo têm consequências diretas sobre o que entendemos por cidadania e indivíduo. Afinal, pode-se falar em direitos da natureza, mas não de direitos "humanos" da natureza.

A este respeito, o biólogo francês Guy Béney, no seu artigo "La citoyen-

neté au risque de l'ecologie globale" (IFDA Dossier, outubro/dezembro 1990, p. 71-84), discute de forma brilhante estes riscos. Guy Béney observa que um certo "biologismo planetário" está sobrepujando-se ao social, fazendo com que os direitos humanos possam desaparecer numa espécie de neo-darwinismo.

Os anos 80 assistiram ao nascimento da sociedade planetária que se desenvolverá no próximo século. Entre os temas suscitados pela emergência desta sociedade, está o da "cidadania mundial", entendida como o conjunto de "direitos universais" que passarão a ser garantidos. Esta nova sociedade global possui, todavia, uma série de efeitos perversos

quanto ao que hoje consideramos cidadania.

Algumas teorias muito populares contribuem de forma indireta para estas ameaças à cidadania. A hipótese Gaia, que vê o planeta inteiro como um só organismo vivo, ou o uso do termo "espaçonave Terra", são algumas delas. A princípio, estas teorias clamam pela unidade humana, face à interligação dos ecossistemas e à fragilidade da vida em nosso planeta, perante o universo. Baseados nestas teorias, determinados discursos, porém, advogam um "controle planetário", que responda às "ameaças globais" e ao "estado de emergência" em que se encontra o planeta. Os riscos advêm de que tal "controle planetário" será administrado por tecnocratas ocidentais, que irão impor não apenas seus métodos e práticas, mas também sua visão de mundo. Guy Béney alerta, por exemplo, que nos anos 80 o crescimento do desemprego foi encarado como uma fatalidade por esta visão tecnocrática. Não será então surpresa que se passe a justificar outras formas de exclusão, agora sob um pretexto ecológico.

Povos indígenas, "selvagens urbanos"

Ao invés de assistirmos ao surgimento de uma "cidadania mundial", o que teríamos na verdade é o que Béney chama de "geodinâmica humana". Nela, o "direito à vida" é entendido como o direito de toda a espécie humana e não de cada indivíduo. Esta nova condição seria a consequência de um processo em que a biologia potencialmente poderá "engolir" os espaços sociais tradicionais. O próprio ser humano seria visto a partir de sua funcionalidade para o organismo global.

A "geodinâmica humana" fará com que grupos étnicos até então excluídos sejam reinseridos na sociedade global. Mas apenas na medida da sua eficiência enquanto gestores de determinados ecossistemas, isto é, por suas "qualidades ecológicas" (nos parece que os índios brasileiros se incluem entre esses grupos). Por outro lado, grandes contingentes já excluídos poderiam ver decretada a sua "inutilidade planetária". Béney exemplifica este caso com as massas de "selvagens urbanos" das metrópoles do Terceiro Mundo.

O que logo se percebe é que este tipo de visão orgânica é bastante oportuno para aquela parte da espécie humana

Os pobres urbanos podem se tornar vítimas do neo-darwinismo social



que detém uma "vantagem seletiva", as populações dos países ricos (responsáveis históricos pela poluição e maior parte do desequilíbrio ambiental). O gerenciamento planetário pressupõe a participação no que vem sendo chamado de "cérebro planetário": as redes de telecomunicações informatizadas e os futuros desenvolvimentos da biotecnologia (biônica, biochips, etc.). E o que é pior, o autor sublinha que os defensores destas idéias são gente considerada "séria", que ocupam posições de prestígio em instituições e junto a governos do Primeiro Mundo. Ele ressalta ainda que visões que prevêem um "cérebro planetário" poderão vir também a admitir os "intestinos" da Terra.

Neste aspecto, a recente proposta de Lawrence Summers (economista graduado do Banco Mundial), para que sejam incentivadas indústrias de reciclagem de dejetos tóxicos no Terceiro Mundo, porque essas populações já vivem mesmo num estado de carência absoluta, demonstra que as afirmações de Guy Béney não são delírios de um intelectual paranóico. Segundo ele, este tipo de organicismo é uma transposição irresponsável para o universo humano de teorias específicas da biologia, podendo se tornar uma nova e eficaz máscara ideológica para justificar velhas e novas marginalizações.

A mais macabra destas transposições é o conceito de "co-evolução". Na ecologia - enquanto ramo da biologia -, ele significa as relações complexas e complementares entre presa e predador. Sua generalização poderá servir como uma potencial justificativa para a nossa guerra intra-espécie: a guerra travada dentro da própria espécie humana, na qual todos sabemos quem são as presas.

Béney termina seu artigo afirmando que é possível uma leitura de teorias da biologia que recomendem a cooperação intra-espécie. Além de se afirmar otimista quanto ao papel que o universo de ONGs pode cumprir em uma reconstrução ética planetária, o autor propõe também, como tarefa o desenvolvimento de uma

ecologia global, que incorpore o social, além do meramente biológico no homem. Criar a postura equilibrada que dê conta de nossa condição emergente, o que ele chama de "organocidadania planetária" (Béney, op. cit.).

Somos levados a algumas conclusões e dúvidas sobre a convergência entre os temas Direitos Humanos e Meio Ambiente. A primeira delas é de que o encontro dos dois temas ocorre num espaço novo, o da discussão de uma moralidade no relacionamento do homem com a natureza. A Carta da Ter-



assim, nada pelos chefes de Estado na Rio-92 poderá vir a ser um importante documento a balizar o futuro deste relacionamento.

Nota-se que a discussão sobre direito ambiental, nas suas duas perspectivas, omite a questão de "nível", isto é, se um direito deve ser exercido no âmbito doméstico ou internacional. Ao menos, não é colocado com a antiga conceituação de "direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado" dos direitos de solidariedade. Os direitos ambientais fundem aspectos dos direitos de

primeira, segunda e terceira geração, com um forte perfil de direito de solidariedade.

A temática ambiental é internacional por excelência e dissipa divisões anteriores. Mas percebe-se que oposições já surgem no relacionamento Norte-Sul, envolvendo a questão ambiental, que certamente vão desembocar numa formulação mais definida dos Direitos Ambientais no relacionamento internacional.

As visões de "biocentrismo" e "igualitarismo ecológico", defendidas por grupos do Norte que são efetivamente democráticos e importantes aliados do Sul, podem entretanto contribuir num "caldo de cultura" que favoreça perversões ecofascistas como a discutida por Guy Béney. Assim, o utilitarismo de José Maria B. Navia é uma garantia mínima para aquelas populações do Sul cansadas de máscaras ideológicas. Da mesma forma que hoje somos vítimas dos cardeais do fundamentalismo liberal, poderá surgir no futuro um totalitarismo ecológico de feições fascistas. Aliás, algo que não seria estranho à onda neofascista por que passa o primeiro mundo.

Um outro ponto importante é que a batalha democrática mudou de qualidade. A antiga oposição entre direitos individuais e direitos sócio-econômicos é perpassada integralmente pela questão ambiental, afetando-lhes em dois sentidos. Determinados direitos individuais estão ameaçados pelo ecofascismo, mas a luta sócio-econômica transforma-se em luta por uma melhor qualidade de vida (ver por exemplo, nesta edição, o artigo "Vale do Aç: consciência social contra poluição industrial", de Maria Tereza Azevedo). Ressalte-se ainda que o fato desta oposição ser "antiga" não significa que seja ultrapassada. Os conflitos e tentativas de integração dos dois tipos de direitos continuarão existindo, só que agora transformados pela temática ambiental. ■

Memórias do apocalipse

Nas últimas semanas de setembro de 1985, um advogado recém-formado e uma freira missionária francesa, ambos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), viajavam por uma estrada poeirenta e esfumaçada do Bico do Papagaio (extremo-norte de Goiás, hoje Tocantins). Numa parada, devido a um problema mecânico no carro, a freira olhou para uma elevação do terreno onde a mata estava toda calcinada, em razão das queimadas, e comentou: - Parece o apocalipse.

A mente do advogado registrou a frase e os dois continuaram a viagem, esquecendo-se completamente do assunto. Algumas semanas depois, o advogado se viu numa situação que o obrigou a recordar as palavras de sua companheira. Estava ele agora em uma reunião com dezenas de lavradores.



Tratava-se de uma ocupação composta de posseiros antigos, que pela terceira vez se via ameaçada por grileiros. A reunião fora convocada para coletar documentos e discutir a estratégia de ação. No meio da tarde, terminou o trabalho e se preparava para pegar os cavalos e seguir adiante, em direção a um outro aglomerado de posseiros (ameaçados pelo mesmo grileiro), onde passariam a noite. O Toyota fora deixado num povoado 25 km atrás, porque o acesso àquelas pessoas só era possível por uma trilha de burros.

Pouco antes de partirem, umas das lideranças locais chegou com a informação de que um pistoleiro da "fazenda" havia sido visto próximo ao caminho que iriam percorrer. O ambiente ficou tenso, era preciso decidir logo se prosseguiriam ou não, pois se estavam seguros no meio de vários lavradores, o mesmo não aconteceria em viagem, quando ficariam

sujeitos a um ataque. As lideranças locais se reuniram e decidiram que o advogado e a agente de pastoral deveriam voltar para o povoado acompanhados por cinco lavradores fazendo-lhes a segurança. Seria muito arriscado seguir em frente ou pernoitar ali, ela especialmente - uma agente de pastoral gaúcha -, que já havia sofrido muitas ameaças. As hienas da região estavam famintas pelo seu cadáver. Os dois assessores ainda tentaram argumentar, questionando a veracidade da informação, se não havia ocorrido algum engano. Mas a decisão já estava tomada e retornaram o caminho de volta, resignando-se a mais um

adiamento no seu trabalho.

Ao empreenderem o caminho de volta, notaram que as condições da trilha haviam-se alterado desde aquela manhã. Outubro é mês de queimadas e havia fogo por todos os lados. Viam-se rolos de fumaça vin-

do da área ocupada pelo grileiro e as posses dos lavradores ardiam bem junto ao caminho. Em determinados momentos, ficava difícil controlar os cavalos, tal a proximidade do fogo. Olhos e gargantas ardiam e começava a se formar uma espécie de névoa de fumaça que envolvia tudo. Com sua atenção despertada por um membro do grupo, o advogado observou o belo pôr-do-sol que se formava, uma bolha de sangue no horizonte, ao mesmo tempo que a lua já estava alta no céu. Era uma modesta lua crescente, quase invisível devido a fumaça.

Contemplando aquele cenário, de uma beleza trágica, entre troncos carbonizados e seres humanos massacrados, e refletindo sobre sua situação de fuga, o advogado lembrou-se do comentário da missionária francesa. Mas como um raio chegou-lhe outra percepção: aquilo não "parecia" o apocalipse; aquilo "era" o apocalipse. (Pedro Dalcero)

Desenvolvimento de Base



Onde adquirir:
TESE

Comércio Exterior e Serviços Ltda.
Rua Debret, 79 Gr. 501
20030 - Rio de Janeiro - RJ

Desenvolvimento e Cidadania



Onde Adquirir:

Instituto do Homem
Av. Jerônimo de Albuquerque,
s/nº sala 102 - Calhau
5070 - São Luis - MA

Mulher e Meio Ambiente



Onde adquirir:
CEDI

Rua Santo Amaro, 129 - Glória
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 224-6713 e (011) 825-5544
CIM
Cx. Postal, 11399 - Pinheiros
05499 - São Paulo - SP

Ameaças à biodiversidade

Angela Cordeiro*

As últimas décadas deste final de século estão marcadas pela crescente preocupação mundial em torno das questões ambientais. Diversos segmentos da sociedade vêm percebendo que os avanços tecnológicos do século XX, propiciados pelo acelerado desenvolvimento da ciência neste período, têm se dado à custa da degradação ambiental, mostrando uma incompatibilidade entre o atual padrão tecnológico e a conservação dos recursos naturais. O aumento da miséria e do fosso que separa os países ricos dos países pobres é outro fato importante e que não pode deixar de ser considerado, na medida em que os problemas ambientais estão intimamente ligados com a matriz de desenvolvimento em vigor.

A conservação da biodiversidade é um dos principais desafios que a sociedade moderna tem para enfrentar. Ela é um pré-requisito para que os ecossistemas naturais possam responder às alterações climáticas presentes e futuras. A sustentação ou melhoramento dos rendimentos da produção animal e cultivos agrícolas dependem dos recursos genéticos existentes. Enfim, a conservação da biodiversidade é um fator de segurança biológica e dela, como dependeu o passado, dependem o presente e o futuro da humanidade.

A biodiversidade está ameaçada por vários fatores. As florestas tropicais são um enorme reservatório de recursos genéticos pouco conhecidos e utilizados. Aí é o lugar mais provável para encontrar as espécies que atenderão a novas demandas na área industrial, médica e alimen-

tar. Isto faz com que sejam incalculáveis as perdas resultantes dos desmatamentos que atingem as florestas tropicais. Diversas espécies e populações podem estar sendo perdidas de forma irreversível.

O processo de erosão genética é ainda mais grave para os cultivos agrícolas. Muitas espécies silvestres parentes dos cultivos agrícolas estão em franco processo de extinção, devido ao desmatamento ou degradação do seu habitat. As espécies agrícolas propriamente ditas, domesticadas e desenvolvidas durante milhares de anos, são verdadeiras vítimas do processo de "modernização" da agricultura, onde a diversidade milenar foi substituída pela homogeneidade das variedades de alto rendimento.

Ainda que muitos insistam em afirmar o contrário, a erosão genética deve-se acelerar com o advento da biotecnologia moderna. A intensificação do uso de técnicas como a cultura de tecidos para a obtenção de clones e indução de superovulação em animais para a transferência de embriões, leva inevitavelmente a uma maior uniformidade e fragilidade das espécies animais e vegetais utilizadas na agricultura.

Um outro fato grave é a tendência de transferência do controle sobre os recursos genéticos dos agricultores para o setor privado. Alguns poucos estão se autodelegando donos de animais, plantas, microorganismos, células e gens. Isto faz com que a conser-

vação da diversidade genética seja uma das grandes batalhas desta virada de século, não só no campo tecnológico, mas essencialmente no campo jurídico e político. A extensão dos direitos de patentes para seres vivos (microorganismos, espécies vegetais e animais), imposta pelos países ricos aos países do Terceiro Mundo, é a mais nova ameaça à conservação da biodiversidade.

Agricultura e biodiversidade

Há mais de 10 mil anos, quando o homem presumivelmente deixou de ser um coletor para praticar a agricultura,



Fotos Lourdes M. Grybowski

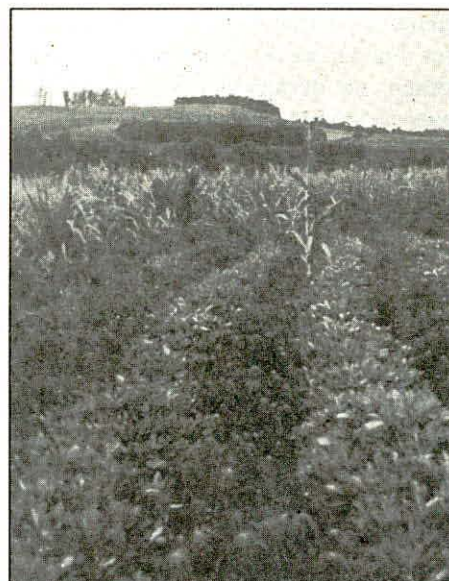
* Engenheira-agrônoma da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA).

deu-se início a um processo de domesticação e seleção das espécies vegetais e animais para atender às necessidades humanas de alimentação, vestuário e saúde. Durante muito tempo, estas necessidades foram atendidas por uma grande diversidade de espécies. Um outro aspecto importante é que historicamente as sementes se colocaram como um meio de produção básico da agricultura, sendo, durante muito tempo, um recurso próprio do agricultor.

No século XX, a agricultura passou por transformações marcantes em vários aspectos, com uma mudança radical no padrão tecnológico utilizado. Com a justificativa de resolver o problema da fome no mundo, foram desenvolvidas, para os principais cultivos, variedades melhoradas geneticamente de alto potencial produtivo. Este processo, conhecido como Revolução Verde, patrocinado por setores governamentais e privados dos países ricos, trouxe junto com as sementes milagrosas de milho, arroz e trigo, toda uma nova forma de fazer agricultura, baseada no uso intensivo de adubos químicos, agrotóxicos e mecanização. Com o suporte de um sistema internacional de pesquisa agrícola e com uma farta oferta de crédito subsidiado, as variedades de alto rendimento e demais insumos foram amplamente difundidas nos países do Terceiro Mundo.



monocultura



cultura diversificada

Um dos aspectos mais marcantes deste processo é que os agricultores perderam grande parte da sua autonomia no processo de produção agrícola. A semente escapou do domínio do agricultor, passando a ser um mero bem de mercado. Do outro lado da moeda, se consolidou uma verdadeira indústria da Revolução Verde, para produzir e comercializar as sementes, os adubos, as máquinas e os agrotóxicos impostos pelo novo modelo.

As avaliações sobre este processo de "modernização" da agricultura variam de acordo com o enfoque. Relatórios do Banco Mundial enaltecem os ganhos de produção de trigo e arroz no Terceiro Mundo propiciados pelas variedades melhoradas. No entanto, o Banco de Desenvolvimento da Ásia diz que a taxa de crescimento na produção de arroz nos países asiáticos ficou muito aquém do prometido. Deixando de lado as divergências sobre as cifras de ganhos de produção, é consenso que o principal problema que a Revolução Verde se propôs a resolver persiste: a fome no Terceiro Mundo continua e o nível de dependência destes países é muito maior.

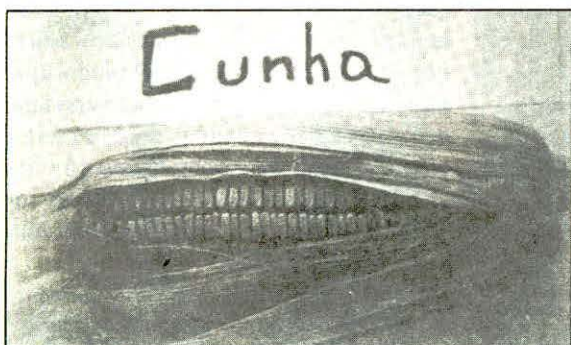
Variedades locais de milho

No que diz respeito à biodiversidade, o resultado foi um violento processo de erosão genética. Os cultivos tradicionais do Terceiro Mundo deram lugar às monoculturas de exportação. As variedades locais, fruto de séculos de trabalho de domesticação e seleção, foram substituídas pelas variedades de alto rendimento, de menor variabilidade genética.

A diversidade milenar foi trocada pela homogeneidade das variedades da Revolução Verde.

Salvando os lucros

A fragilidade deste modelo não tardou a aparecer. Os próprios promotores da "modernização" se viram ameaçados quando perceberam que a sua matéria-prima básica - a diversidade genética presente nas variedades locais - estava sendo perdida e as variedades melhoradas mostravam a sua baixa capacidade de resistir às adversidades climáticas, ataques de pragas e doenças, tendo que ser substituídas em períodos de tempo muito curtos. Conscientes das consequências, concentraram esforços na coleta de amostras de sementes dos principais cultivos de interesse econômico, para preservação em bancos de germoplasma - câmaras frias com controle de



temperatura e umidade. Com o patrocínio das Fundações Ford e Rockefeller, foi criado, na década de 70, o Conselho Internacional de Recursos Fitogenéticos (IBPGR), ligado à FAO, com o papel de coordenar as atividades de coleta e introdução de recursos fitogenéticos.

Fica claro que a motivação que levou os agentes da "modernização" a financiarem programas de preservação dos recursos genéticos foi mais de ordem econômica do que simplesmente o reconhecimento da importância da conservação da biodiversidade.

Com o desenvolvimento das modernas técnicas da biotecnologia, a biodiversidade passa a ter um valor econômico ainda maior. Técnicas como a engenharia genética permitem modificar a estrutura dos seres vivos, incorporando características de uma espécie em uma outra, mesmo que estas não sejam espécies afins. No caso da agricultura, a expectativa é produzir variedades melhoradas num espaço de tempo muito mais curto do que o conseguido pelo melhoramento vegetal clássico. Enquanto que a Revolução Verde trabalhou mais com os principais cereais, a biotecnologia, potencialmente, pode intervir em todas as espécies vegetais e animais.

Esta tecnologia é concentrada hoje nas mãos do setor privado dos países do Primeiro Mundo. As mesmas corporações que dominam os setores petroquímico, sementes e alimentos são as que dominam a biotecnologia. Por isso, é ingenuidade acreditar que os resultados sejam em sentido oposto aos da Revolução Verde.

As promessas são as mesmas, mas com um toque de modernidade. A biotecnologia promete uma agricultura mais

A conservação da diversidade genética é uma das grandes batalhas desta virada de século, nos campos tecnológico, jurídico e político

limpa e menos poluente, para se adequar ao espírito ambientalista que toma conta do planeta. Todavia, a maior parte dos investimentos feitos no setor, até então, tem sido para desenvolver variedades mais resistentes ao uso de herbicidas, o que permite que o agricultor possa aumentar as doses de aplicação sem causar dano à cultura principal.

Patrimônio comum, benefício de poucos

A biotecnologia moderna dá uma nova dimensão ao tema "biodiversidade". Aí estão envolvidos interesses que mexem com cifras de milhões de dólares. Isto explica todos os esforços que vêm sendo feitos no sentido de se chegar a um acordo sobre o uso e conservação destes recursos.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente vem facilitando um processo de negociação entre os países ricos e pobres, no sentido de definir os termos de uma Convenção Internacional sobre Uso e Conservação da Biodiversidade, que deverá ser apresentada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que o Brasil sediará em junho deste ano. Pelo que demonstram os encontros realizados até agora, chegar a este acordo não é uma tarefa das mais fáceis.

Via de regra, todos concordam que os recursos biológicos do planeta estão ameaçados, e portanto é necessário que os países adotem medidas para a conservação destes recursos. A polêmica está em como contemplar o interesse dos países ricos que querem livre acesso à biodiversidade do Terceiro Mundo e o interesse destes por acesso às biotecnologias.

A distribuição dos recursos fitogenéticos no mundo não é uniforme. Estes recursos têm sua abundância e diversidade na faixa tropical e subtropical, ou seja, nos países do Terceiro Mundo. Os países ricos argumentam que a biodiversidade é um patrimônio da humanidade e, portanto, deve vigorar o livre acesso a estes recursos. Todavia exigem que os países do Terceiro Mundo, que abrigam

Os países do Terceiro Mundo não devem aceitar o controle de biodiversidade pelas empresas dos países ricos

esta diversidade, implantem legislações de patentes para os produtos biotecnológicos, incluindo microorganismos, espécies vegetais e animais. Ao mesmo tempo, negam-se a facilitar um processo de transferência de tecnologia para que, a médio prazo, os países pobres possam se beneficiar do melhor uso da sua biodiversidade em prol das necessidades do seu povo. Em síntese, o que os países ricos estão propondo é uma relação de mão única: matéria-prima grátis, dominação tecnológica e monopólio sobre os produtos desenvolvidos a partir da biodiversidade "alheia".

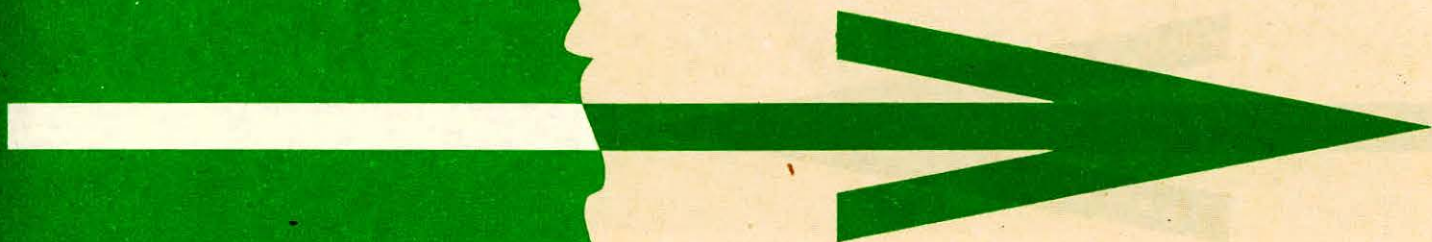
Para reverter as ameaças que pairam sobre a biodiversidade, é necessário tomar medidas globais. Neste sentido a adoção de uma convenção internacional sobre conservação e uso da biodiversidade é muito importante. Ainda que pareça difícil reagir aos interesses de monopólio dos países ricos, é necessário que os países do Terceiro Mundo, que abrigam a maior parte da biodiversidade do planeta, não cedam às pressões feitas para a adoção de patentes. Isto só viria reforçar as conseqüências negativas sobre a biodiversidade que começaram com a Revolução Verde.

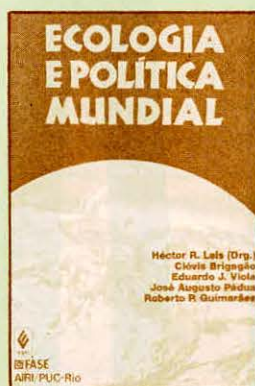
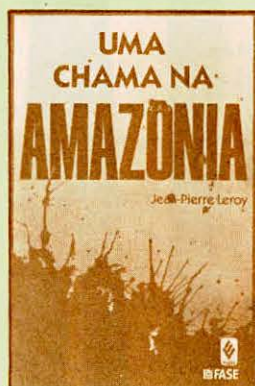
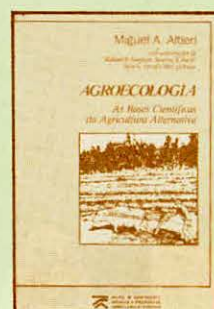
Mais do que isto, é importante reverter este modelo de agricultura, que pretende se consolidar com a implantação de leis de patentes, onde o que prevalece é a perda de autonomia dos agricultores e dos países pobres sobre a sua agricultura. Além das graves conseqüências políticas, econômicas e sociais deste tipo de modelo, corre-se o perigo de reduzir a biodiversidade às câmaras refrigeradas dos bancos de germoplasma, controlados pelos países ricos e que se encontram em condições de segurança e preservação duvidosa.

O QUE É



ECOLOGIA?





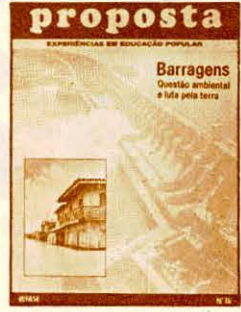
A palavra ecologia é derivada do grego "casa" ou "lugar de habitação", e do "logos" que significa "estudo". É a ciência que estuda as relações entre os seres vivos e o meio em que vivem, bem como as suas interações. Ao lugar onde ocorrem estas relações



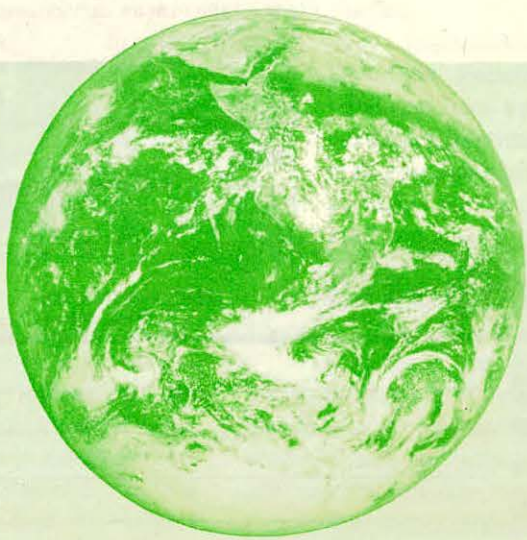


construindo

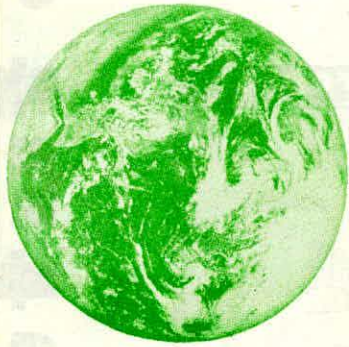
O FUTURO COMUM



os,
o logia,
ruda as relações
m,
e o nome de Meio Ambiente.



Números disponíveis da revista proposta



assinatura
anual
Cr\$ 20.000,

número
avulso
Cr\$ 5.500,

- Nº53**
Qual desenvolvimento?
- Nº52**
Educação básica: essa crise tem solução
- Nº51**
A questão étnica e os movimentos sociais
- Nº50**
Organização sindical nos locais de trabalho
- Nº49**
Violência e direitos humanos: uma guerra do Brasil
- Nº48**
Amazônia oriental: trabalhadores rurais e meio ambiente
- Nº46**
Barragens: movimento ecológico e luta pela vida
- Nº45**
Administrações populares
- Nº44**
Trabalhadores rurais: fazer nossa a política agrícola
- Nº43**
Vídeo popular: as outras cores da imagem
- Nº42**
Assalariados rurais: para onde vai a organização?
- Nº41**
Mulheres: a política no cotidiano
- Nº40**
Comissões de fábrica: uma década do novo sindicalismo
- Nº39**
Lutas urbanas: o desafio da articulação
- Nº38**
Pescadores artesanais: entre o passado e o futuro
- Nº36**
Agricultura alternativa: viabilizando a pequena produção
- Nº34**
Luta e organização camponesa: balanço de um trabalho alternativo
- Nº33**
Operário em construção
- Nº32**
Norte sul: a cooperação internacional e as iniciativas privadas
- Nº27**
Tecnologias alternativas na agricultura.

REVISTA
proposta

CHEQUE NOMINAL À FASE
Cheque número: _____

Vale Postal:
Ag. Largo do Machado



Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____
Cidade _____ UF _____
Profissão _____ Telefone/ramal _____ data _____

Áreas de interesse: Sindicalismo Questões rurais Questões Urbanas Comunicação Ecologia Outras _____

FASE - Rua Bento Lisboa, 58 - Catete - 22221 - Rio de Janeiro - RJ - Tel.:(021)285-2998

Os pescadores artesanais e a questão ambiental

Antonio Carlos Diegues*

Os pescadores artesanais, espalhados pelos inúmeros rios, lagos, lagoas e pelo litoral brasileiro são diretamente afetados pela crescente degradação ambiental dos ecossistemas de cujos recursos retiram sua subsistência. A poluição desses ambientes aquáticos apresenta uma intensidade cada vez maior, particularmente a partir da década de 60, com a urbanização e industrialização do litoral. Efetivamente, até aquela década, a produção dos pequenos produtores litorâneos e fluviais representava cerca de 50% do total de pescado capturado no Brasil. Aquele setor era portanto responsável por uma parte considerável da proteína consumida nos meios urbanos e rurais costeiros, e era uma fonte importante de emprego e renda para as populações locais.

Inúmeros fatores foram responsáveis pela crescente desorganização das comunidades litorâneas e fluviais, em várias regiões do Brasil, bem como pelo decréscimo da produção gerada pelas unidades familiares dos pescadores artesanais. A ênfase dada à pesca industrial, através de maciços incentivos fiscais, levou à criação de inúmeras empresas de pesca, responsáveis pela so-

brepesca de espécies também capturadas pelos pescadores artesanais, como a lagosta, o camarão, a piramutaba (A. C. Diegues, *Pescadores, camponeses, trabalhadores do mar*, S. Paulo, Ática, 1983).



Carla Rio / A/B

Apesar de sua importante contribuição ao setor pesqueiro, os pescadores artesanais foram quase inteiramente aliçados desse processo de modernização, cujos efeitos perversos já foram analisados por vários pesquisadores (ver Diegues, op. cit., 1983; A. F. B. Melo, *A pesca sob o capital*, Belém, Editora UFPA,

1985; V. R. Loureiro, *Os parceiros do mar: natureza e conflito na pesca da Amazônia*, Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi/UFPA, 1985). A competição desigual dos grandes arrastões e parelhas não só acarretou um empobrecimento biológico das águas, como também das comunidades humanas que viviam de sua captura.

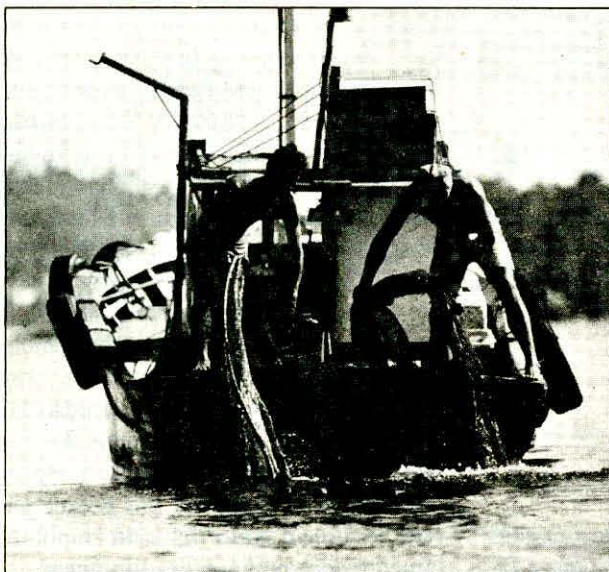
No entanto, apesar do desastre que continua sendo provocado pelos grandes barcos da pesca empresarial, que freqüentemente resulta na destruição das pequenas redes e equipamentos dos pequenos pescadores artesanais, a rápida degradação dos habitats dos peixes parece ser hoje o maior fator do empobrecimento das comunidades litorâneas.

A especulação imobiliária tem sido a maior causa da destruição da importante vegetação de mangue em importantes áreas de reprodução de espécies de pescado, como a Baía de Guanabara, a Baía de Todos os Santos, na Baía de São José e São Marcos, e em inúmeros estuários do Nordeste e Sudeste do país. Mangues têm sido cortados para a implantação de complexos urbanos que privilegiam a classe média e a burguesia, como ocorreu na Coroa do Meio, em Aracaju, Sergipe. Inicialmente as comunidades de catadores de caranguejos ali residentes foram deslocados e o mangue totalmente cortado, o que provocou a invasão das águas do mar destruindo ruas e ameaçando as próprias construções.

Importantes restingas e praias foram loteadas à exaustão, pondo em risco a própria existência desses importantes ecossistemas, como ocorreu na Ilha Comprida, em São Paulo. Além disso, inúmeras ilhas foram e estão sendo privatizadas como áreas de lazer e marinas, das quais foram afastados os pescadores artesanais.

Além disso, portos e grandes complexos químicos e petroquímicos foram instalados em ecossistemas de grande produtividade biológica e de grande valor cênico e turístico, como ocorreu na Lagoa Mundau e Manguaba, em Alagoas, na zona estuária de Suape, em Per-

* Coordenador do Programa de Áreas Úmidas no Brasil e professor da Esalq-USP.



nambuco e na Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul.

Com a implantação do Proálcool, a expansão da cana-de-açúcar subsidiada invadiu os tabuleiros [regiões pouco elevadas, que não chegam a ser planaltos] do Nordeste, tomando de assalto até as áreas contíguas aos mangues, como ocorreu em Mamanguape, na Paraíba. Toneladas de vinhoto e biocidas são criminosamente despejadas em rios e estuários.

Inúmeros desses processos causam impactos cujas conseqüências são irreversíveis, causando a total destruição de ricos ecossistemas produtores de alimento para populações de baixa renda, como ocorreu com a destruição de centenas de hectares de mangue pelas salinas de Galinhos, no Rio Grande do Norte. O Lago da Batata, na Amazônia, por exemplo, foi totalmente poluído por detritos da mineração.

Um outro fator de destruição dos rios e lagos da Amazônia é o uso do

**A rápida
degradação
dos habitats dos
peixes é hoje o
maior fator de
empobrecimento
das comunidades
litorâneas**

mercúrio para o tratamento do ouro, particularmente em rios como o Madeira, o Guaporé e o Mamoré. Os níveis de poluição por mercúrio são tão elevados que se aproximam daqueles causadores do Mal de Minamata que matou centenas de pessoas no Japão, na década de 60 (Miguel Petre, "As comunidades humanas ribeirinhas da Amazônia nas transformações sociais", in A. C. Diegues, org., *Encontro das ciências sociais e o mar no Brasil*, São Paulo/Belém, PPCAUB/Museu Paraense

Emilio Goeldi/ UFPA, 1991).

Além desses processos de degradação ambiental, determinadas ações do Estado também têm contribuído para dificultar a sobrevivência já difícil das comunidades de pescadores artesanais. Entre essas, está a criação de parques e reservas em áreas tradicionalmente ocupadas por essas comunidades.

Vários parques e reservas ecológicas no litoral brasileiro foram criados sem consulta aos pescadores que vivem do uso de seus recursos naturais. Na verdade, se eles estavam preservados era precisamente pelo respeito que os pescadores artesanais têm pelos mesmos, dos quais dependem para viver. A criação dessas unidades de conservação tem levado sistematicamente à proibição das atividades pesqueiras e até à expulsão desses pequenos produtores de suas praias.

Por outro lado, a fiscalização rigorosa sempre incide sobre o pescador artesanal, autuando menos a pesca industrial, os barcos de arrasto, as serrarias e madeireiras, as empresas de palmito, etc. Esta atitude é profundamente injusta e coloca os pescadores artesanais e pequenos produtores litorâneos como vilões da história, causadores da destruição ecológica, etc. Guiados por uma visão urbana dos problemas de conservação, a ação de pseudo-ecologistas acaba penalizando quem necessita das águas limpas e não poluídas para alimentar a sua família, ou quem precisa de mangues, de estuários e praias livres dos especuladores imobili-

Carta de Juazeiro

O Movimento Nacional dos Pescadores, reunido de 1 a 4 de agosto de 1990 em Juazeiro, Bahia, com a participação de 17 estados do Brasil:

Considerando que

- o meio ambiente costeiro, de rios e lagos fornece os recursos alimentares, produtos e serviços para milhões de famílias brasileiras;

- o litoral, rios e lagos são espaços de habitação e trabalho de uma grande população de ribeirinhos e pescadores artesanais;

- é necessário se manter a produtividade natural, a qualidade das águas e solos desses ambientes;

Denuncia:

- que o litoral, rios e lagos estão sendo devastados e degradados pela poluição urbana industrial, pelo impacto dos grandes projetos, pela especulação imobiliária, pela pesca predatória praticada por grandes barcos, pelos desmatamentos e queimadas, pelo despejo de vinhoto, mercúrio e detritos industriais;

- que esses processos e atividades têm acarretado a diminuição das populações litorâneas e ribeirinhas;

- que essas agressões continuadas e cada vez mais violentas atingem não somente os pescadores, vítimas imediatas desta devastação, mas todos os setores da sociedade brasileira;

- que os pescadores artesanais em sua luta pela preser-

vação ambiental e defesa de seu modo de vida estão sendo vítimas de violência de milícias privadas patrocinadas pelos grupos econômicos e políticos responsáveis por esta degradação;

- que o resultado da degradação ambiental diminui consideravelmente a qualidade alimentar dos recursos naturais;

- que um dos valores mais atingidos é a riqueza e diversidade das culturas humanas litorâneas e ribeirinhas que vivem em harmonia com esses ambientes.

Exige:

1. Que medidas efetivas de proteção desses ambientes sejam tomadas pelo Ibama e outros órgãos responsáveis.

2. Que os pescadores artesanais e suas representações de classe participem da elaboração e da política de medidas de fiscalização e conservação dos recursos naturais.

3. Que os pescadores artesanais não continuem sendo as únicas vítimas da fiscalização governamental.

4. Que as autoridades garantam a integridade física dos pescadores e seus líderes quando se organizam e denunciam a devastação do meio ambiente, a expropriação de suas terras, de seus instrumentos de trabalho e de sua cultura.

5. Que as conquistas constitucionais e legais sobre o meio sejam efetivamente cumpridas.

Juazeiro, 4 de agosto de 1990

Movimento Nacional dos Pescadores

liários para o exercício da profissão.

Foi sem dúvida a rápida e intensa degradação litorânea uma das causas das mobilizações dos pescadores e comunidades litorâneas, a partir do final da década de 70.

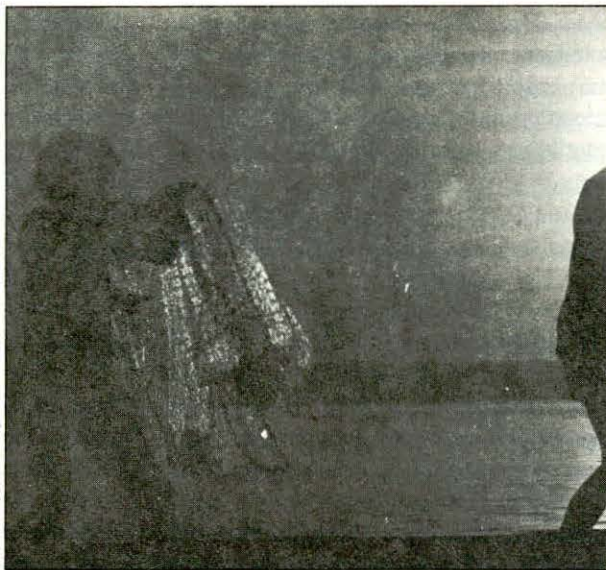
Os pescadores de Pernambuco em 1979 e 80 começaram a denunciar o estrago causado pelos dejetos da produção de álcool, a vinhaça, jogada pelas usinas do município de Goiana (PE). (Luiz Geraldo Silva, "Movimento social de pescadores no

Norte e Nordeste brasileiros: tradição e mudança - 1966-1988", in A.C. Diegues, org., op. cit., 1989). Essas denúncias foram apoiadas pela então recém-criada Pastoral dos Pescadores, organizada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Nessa luta, houve até ameaças de mortes aos novos líderes dos pescadores por parte das indústrias poluentes. Em 1983, os pescadores do mesmo estado se manifestaram em passeata contra o dejetos da vinhaça nos rios do estado, a partir do próprio rio Capibaribe, que banha quase toda a extensão da cidade do Recife.

Organização autônoma da pesca artesanal

Essas manifestações dos pescadores criaram um fato de grande importância numa categoria social até então totalmente dominada pela estrutura corporativista das Colônias de Pescadores, Federações e Confederações criadas pela Marinha na década de 1920. As colônias sempre foram, de uma forma ou outra, dominadas pelas oligarquias e lideranças locais, inúmeras delas totalmente alheias à categoria dos pescadores artesanais (vereadores, profissionais liberais, comerciantes, etc).

Essa luta pela melhoria do meio ambiente costeiro estava inserida num movimento emergente dos pescadores



J. R. Ripper / Imagens da Terra

artesanais, iniciado durante o período do governo autoritário militar e que ganhou força com o final da ditadura e o começo da democratização do país.

Nesse período, pescadores de algumas colônias começaram a se organizar para disputar as presidências dessas organizações. Depois de importantes mobilizações, apoiadas quase sempre pela Pastoral dos Pescadores e partidos políticos progressistas, algumas dessas presidências de Colônias e Federações Estaduais foram reconquistadas pelos pescadores nos estados de Pernambuco, Pará, Bahia e Alagoas. Nesses estados houve lutas de maior importância, que incluíram prisões, intimidações e até ameaças de morte aos novos líderes. Em 1984 foi conquistada a Federação dos Pescadores de Pernambuco e, em 1987, a de Alagoas, seguidas de algumas outras de estados do Sul (Luiz Geraldo Silva, op. cit., 1989).

O modo de vida dos pescadores artesanais pode ser uma garantia de preservação dos ambientes naturais aquáticos

Um ponto alto nessa organização emergente dos pescadores artesanais foi sua participação na elaboração da Constituição promulgada em 1989, nos tópicos relativos aos direitos dos pescadores, sobretudo à livre organização dessa categoria social. Os pescadores se reuniram várias vezes entre 1986 e 1988 para discutir e apresentar propostas para a Assembléia Constituinte no que se refere ao exercício de profissão. Este movimento ficou conhecido como a Constituinte da Pesca. E apesar do grande apoio e participação dos pescadores, sofreu resistência por parte de alguns presidentes de federações estaduais controladas por setores conservadores, que provinham de indicações efetuadas durante o regime militar, muitos deles de fora do setor pesqueiro.

Ao final da elaboração da Constituição, o saldo maior do movimento foi, em primeiro lugar, o impulso dado à organização dos pescadores e à consciência de que eles constituíam uma classe de produtores de alimentos e não um sim-

ples objeto de programas de assistência social. Além disso, algumas conquistas importantes foram conseguidas no texto constitucional, como a possibilidade de se organizar em sindicatos livres e independentes da tutela do Estado. Os pescadores também contribuíram para que importantes ecossistemas, como o litoral brasileiro e o Pantanal Mato-Grossense, fossem declarados regiões prioritárias para a conservação ambiental.

Um outro resultado importante deste movimento foi a constituição do Movimento Nacional dos Pescadores (Monape). Na qualidade de movimento, ele reúne os líderes de pescadores, representantes ou não de colônias e sindicatos, com a finalidade de democratizar as colônias de pescadores, fazer valer as conquistas realizadas na Constituição, lutar pela melhoria das condições de vida e trabalho dos pescadores artesanais.

Um dos temas prioritários do Monape é a conservação dos habitats marinhos e fluviais como condição básica para que a pesca artesanal possa se





realizar de forma sustentável. Em dois de seus encontros nacionais, o de Juazeiro (Bahia) em agosto de 1990, e o de Olinda (Pernambuco), em outubro de 1991, a defesa do meio ambiente em benefício das populações locais se constituiu em um dos temas centrais. Nesses encontros, os representantes do Monape estiveram preocupados não somente com a sobrepesca nos mares, rios, lagos e represas, mas com a progressiva e constante destruição de habitats naturais usados na pesca artesanal, como mangues, lagunas, estuários, recifes, etc... Ficou decidido que as comunidades de pescadores representadas no Monape se mobilizariam em vários tipos de campanhas de esclarecimentos e denúncias contra a degradação do litoral brasileiro, dos cursos de água, lagos e represas.

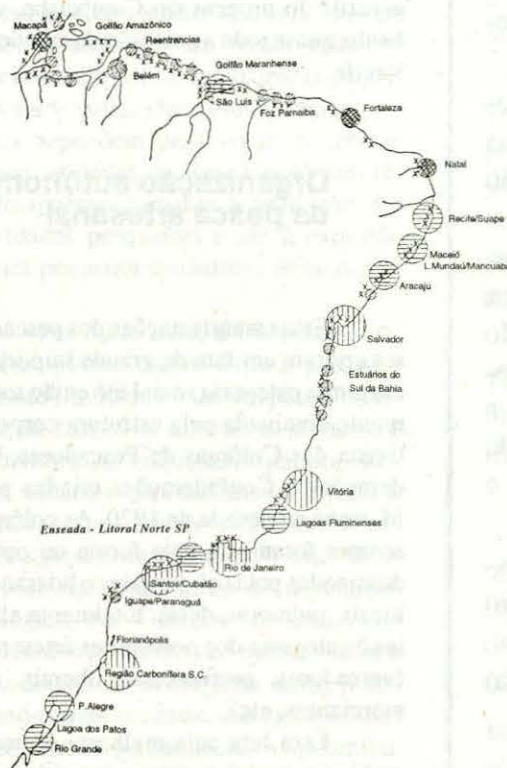
O Monape considera que os movimentos ambientalistas são seus principais aliados na defesa do meio ambiente, como fica demonstrado pela tradição de lutas conjuntas e pelo que foi definido em agosto de 1990 no encontro de Juazeiro (BA), do qual resultou a Carta de Juazeiro, que serviu como base de documentos enviados ao Fórum das Organizações Não-Governamentais presentes na Rio-92 (ver box). No entanto, o Monape não aceita a idéia de que se possa proteger o meio ambiente sem a efetiva participação dos pescadores artesanais organizados. Estes, na verdade, sempre estiveram à frente das denúncias contra a degradação do nosso litoral, como atestam as diversas manifestações públicas anteriormente citadas.

Em suma, o Monape acredita que o modo de vida das comunidades de pescadores pode ser uma garantia da preservação dos ambientes naturais e, portanto, não pode haver defesa de diversidade biológica sem a defesa da diversidade de culturas humanas espalhadas pela costa e rios brasileiros.

Níveis de Degradação dos Ecossistemas Estuarinos Litorâneos do Brasil

Legenda

-  **Áreas Críticas de Degradação**
-  **Áreas Fortemente Degradadas**
-  **Áreas Moderadamente Degradadas**
-  **Áreas Levemente Degradadas**
- xxx Importantes Áreas de Mangue**



Complexos florestais de celulose: o mito da modernidade

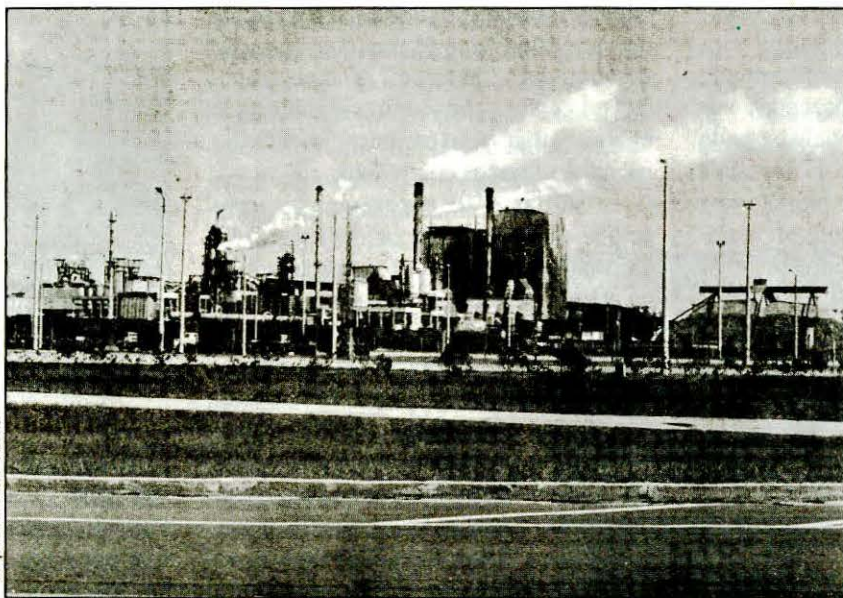
Leandro Lamas Valarelli*

Várias empresas e grupos econômicos, vinculados ao ramo da exploração florestal voltado para a produção de papel e celulose, têm sido apontados por fóruns nacionais e internacionais de empresários, pelo governo brasileiro e pelos meios de comunicação de massa como paradigmáticos do chamado "novo modelo de desenvolvimento sustentável". Entre eles, são destacadas empresas como a Aracruz Celulose e a Companhia Vale do Rio Doce. Estas e outras empresas vêm, desde o início da década de 1970, investindo na implantação e ampliação dos chamados Complexos Florestais Celulósicos, cuja produção está orientada basicamente para a exportação.

Surpreendentemente, este, que até pouco tempo atrás era considerado um dos ramos da atividade econômica mais poluidores e impactantes do mundo, transformou-se, subitamente, em modelo para os demais setores da economia. A julgar pelo discurso dos arautos da nova "modernidade" do século XXI, estaríamos diante de um setor privado digno de fazer inveja aos padrões de desenvolvimento do chamado "Primeiro Mundo"

O modelo e seus críticos

Os principais argumentos que embasam o discurso desta modernidade e da responsabilidade social e ambiental destes complexos podem ser resumidos em três pontos:



Arquivo FASE / Vitória

1. Os complexos florestais celulósicos seriam um dos poucos empreendimentos privados nacionais que mantêm um elevado nível de competitividade no mercado mundial, atualização tecnológica e altos patamares de investimento em novas fábricas, ampliação e modernização da produção para os próximos anos, num contexto nacional ad-

verso de recessão, crise de investimentos, desatualização tecnológica e perda de competitividade em escala mundial.

2. Tais complexos pautariam-se por elevado índice de automação de suas unidades fabris, com investimentos em biotecnologia, na produção de plantas de rápido crescimento, obtendo altos rendimentos através da utilização das mais modernas tecnologias de proteção ambiental, seja na planta industrial - a propósito do tratamento dos dejetos e resíduos -, seja no manejo florestal.

3. Com base nos "equívocos" dos grandes projetos implementados no Brasil nas duas últimas décadas, as empresas do setor teriam desenvolvido consciência da sua responsabilidade na promoção de um desenvolvimento sustentável, que se expressaria na exploração responsável e na recuperação e renovação dos recursos naturais. Os atuais projetos teriam incorporado ainda a preocupação com o desenvolvimento econômico e social das regiões que estão sob sua área de influência. Ao localizarem-se em regiões "estagnadas", ou em "crise de desenvolvimento", tais empre-

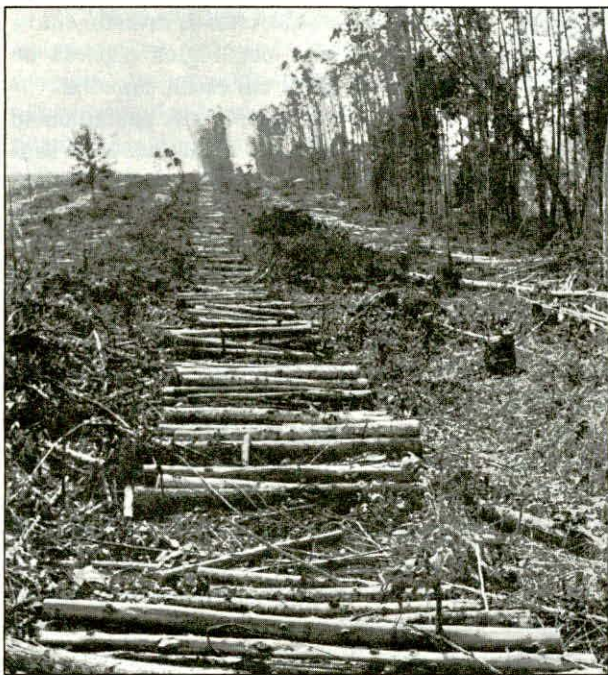
endimentos estariam criando empregos dignos e permanentes, elevando a renda local, promovendo a multiplicação e diversificação de atividades econômicas, apoiando investimentos para a construção de escolas, hospitais, centros de lazer, promovendo a urbanização racional, etc.

Aos que são críticos destes complexos, empresários e governo respondem atribuindo-lhes ignorância quanto aos procedimentos e técnicas

adotados. Haveria ausência de parâmetros científicos nas críticas que apontam danos ao meio ambiente (tais críticas representariam uma ideologia "retrograda").

Entre as fontes dessas críticas estão movimentos sociais, organizações populares, entidades de educação, de defesa da cidadania e pesquisadores

* Assessor nacional da FASE.



próprias empresas denominam como “modelo anterior de implantação dos grandes projetos”, ocorrido no Brasil nas décadas anteriores, cujo saldo foi a geração de inúmeros conflitos sócio-políticos, a concentração fundiária, expulsão e extermínio de posseiros, comunidades negras e povos indígenas, degradação ambiental e destruição de referências culturais e padrões econômicos das regiões onde se inseriram.

Esta avaliação (ou experiência) teria sido a referência a partir do qual foram construídos um novo ideário e novos modelos de ação empresarial, adaptati-

acadêmicos. Por um lado, estes setores resistem com dificuldade à desqualificação dos seus discursos e ao isolamento no qual se tenta colocá-los, na medida em que, no conjunto, carecem de maior densidade e padecem da fragmentação e de-articulação em suas falas e ações.

Não obstante, oferecem também elementos contundentes, capazes de compor uma crítica global ao modelo baseado na expansão destes complexos florestais celulósicos, como sendo a expressão particular de um modelo de desenvolvimento novo, nem “sustentável”, nem promotor da preservação dos recursos ambientais e da melhoria das condições de vida da população presente nestas regiões. É a partir da organização destes elementos críticos presentes na ação destes sujeitos que esboçaremos a seguir uma tentativa de interpretação do sentido deste modelo e dos processos que o sustentam.

As artes do ocultamento

A possibilidade da construção da imagem de modernidade destes complexos só pode construir-se mediante um hábil distanciamento daquilo que as

vos em relação às condições sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais das regiões onde se instalam. Este distanciamento, no entanto, só é possível firmar-se através do ocultamento das vinculações, responsabilidades e benefícios destas mesmas empresas na configuração deste modelo “anterior”, e, mais ainda, dos processos ocorridos nas regiões onde agora ampliam seus empreendimentos ou implantam novos complexos.

A Bahia Sul, por exemplo, empresa que está concluindo a construção de uma fábrica em Mucuri, no extremo sul da Bahia, isenta-se da responsabilidade pelo desmatamento, devastação e concentração fundiária ocorrida na região, arguindo que estes processos foram anteriores à sua constituição como empresa. No entanto, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), associada à Companhia Suzano de Papel e Celulose, foi quem constituiu a Bahia Sul Celulose S/A. A CVRD já atuava na região adquirindo áreas para florestas desde 1974, através da Flonibrá.

A Aracruz Celulose, por sua vez, formou suas reservas florestais no norte do Espírito Santo através da ocupação de terras devolutas dadas pelo estado. Tais áreas, porém, eram ocupadas por posseiros, comunidades negras e povos indígenas, que foram expulsos ou exterminados. Para isso, esta empresa contou com

a omissão governamental e o apoio de prepostos, vários dos quais madeireiros. O mesmo se poderia dizer em relação aos projetos da CVRD na região de Carajás e de muitas outras empresas do setor.

Este ocultamento deliberado possibilita que se construa, por um lado, a idéia de “vocações regionais” para a exploração florestal e, por outro, a imagem de “empresas adaptadas” a esta pretensa vocação. Esta idéia de “vocação regional” se apóia numa descrição das regiões onde serão implantados os complexos como sendo marcadas pela devastação



(“fruto de ações de exploração predatória, irracional”), pela degradação de suas terras (que seriam impróprias para o cultivo agrícola) e carentes de alternativas de desenvolvimento econômico-social. No entanto, são regiões repletas de plantações de eucalipto...

Naturalizando o que foram processos históricos permeados de conflitos e omitindo os atores que deles participaram, as empresas apresentam seus projetos como os únicos capazes de realizar esta vocação e desenvolver de forma equilibrada, racional e produtiva todo o potencial nela contido.

Poder privado, vícios públicos

Um dos aspectos mais importantes contido no discurso justificador destes grandes complexos refere-se à sua capacidade de promoção de um desenvolvimento positivo sobre o conjunto das regiões sob sua influência. Os processos que atestariam a positividade das transformações ao nível regional seriam: a horizontalização e descentralização da



atividade econômica e o fortalecimento de uma demanda por serviços, bens de consumo e alimentos, via aumento da renda proporcionada pelos empregos gerados; a preservação ambiental; e a melhoria das condições de vida da população mediante a elevação da capacidade de ação do setor público, propiciada pelo aumento da arrecadação de impostos pagos por essas empresas.

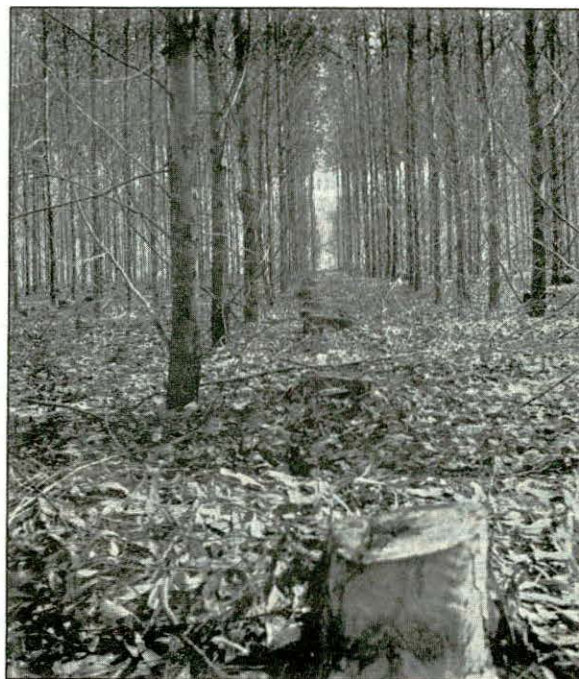
No entanto, esta avaliação padece de uma unilateralidade e da superestimação destes efeitos positivos. Dado o tipo particular de associação entre exploração florestal e grandes plantas in-

dustriais, voltadas para a exportação de seus produtos finais, este modelo não promove a atração ou a criação de empresas ou outras indústrias ao seu redor, que horizontalizassem o mercado de produtos agroindustriais e promovessem a autonomização e diversificação econômica da região. Ele se baseia na existência de fornecedores e consumidores, num mercado consolidado, especializado e oligopolizado. Geram, portanto, verdadeiros enclaves que determinam uma dinâmica regional verticalizada.

No Brasil e no mundo, a experiência destes complexos já demonstrou seus resultados. Há profundos impactos desorganizadores da vida da população destas regiões. Na fase da implantação das florestas de eucalipto, quando são ocupados centenas de milhares de hectares, dá-se a concentração fundiária e o conseqüente inchamento dos núcleos urbanos, a redução da área cultivável destinada à produção agroalimentar, o encarecimento do preço das terras, diminuindo a oferta de alimentos e gerando conseqüentemente problemas de abastecimento alimentar e elevação do custo de vida da população. Na fase da implantação das fábricas, há a atração de mão-de-obra, que altera profundamente o mercado de trabalho, gerando empregos seletivos, cujo padrão de adaptabilidade utilizado pelas empresas exclui aqueles que antes possuíam a capacidade de trabalhar nas atividades agrícolas. O fenômeno que se observa é a profunda mudança na qualidade e nas condições de vida urbana, com a desestruturação dos já precários serviços urbanos, agravamento das condições de saúde e educação. Municípios passam a contar com elevados índices de crescimento populacional, povoados se transformam do dia para a noite com a chegada de trabalhadores para a construção das fábricas.

O caso de Itabatã, no sul da Bahia, próximo onde se localiza a nova fábrica da Bahia Sul Celulose, é um exemplo disso. Um recente levantamento, feito por agentes da própria empresa, consta-

to que dos cerca de 8 mil e 500 habitantes, contam-se 930 prostitutas e um alto índice de doenças venéreas. Quanto à qualidade das relações de trabalho criadas, estão longe de serem consideradas modernas. Trabalho infantil e das mulheres, em viveiros e em fase de plantio e aplicação de inseticidas e formicidas, ainda são comuns nas áreas de florestas. Não atingiu-se os índices de proteção aos trabalhadores no corte das florestas do "Primeiro Mundo". Os riscos do trabalho são ainda muito altos comparativamente aos padrões internacionais. É comum operadores de motosserra terem sua vida útil para o trabalho comprometida após cinco ou seis anos realizando o corte das árvores, quando então encontram-se com problemas de coluna, neurológicos ou mentais. A terceirização em curso em várias empresas, através da contratação de empreiteiras, além de consistir numa estratégia de redução de custos, indica um movimento de desresponsabilização sobre estas relações de trabalho, além de implicarem para os trabalhadores na redução dos seus patamares salariais e das condições de trabalho e assistência. Todos estes processos recaem como ônus sobre a população local e sobre o Estado, na medida em que se exige deste último que arque com as políticas e recursos necessários para minimizar estes impactos.



Paradoxalmente, é ao Estado que as empresas atribuem a tarefa da implementação paralela de programas de desenvolvimento regional que, entre outras coisas, atinjam as áreas de saúde, educação, ordenem a ocupação urbana, ou mesmo implementem ações de reforma agrária, etc. A responsabilidade das empresas nestas ações é atenuada pelo que seria a elevação da capacidade de ação dos poderes locais através dos impostos que o empreendimento gera. Do ponto de vista político, não apenas há o comprometimento da autonomia do Estado, mas também o comprometimento da capacidade de desenvolvimento de uma esfera pública não estatal, da cidadania capaz de gerar mecanismos de controle societário sobre esta esfera estatal superdimensionada, orientado-a para o interesse público.

Ciência e manipulação

A imagem construída pelas empresas em torno dos complexos florestais celulósicos resulta de processos de manipulação da informação em duas vertentes. A primeira delas consiste numa bem-sucedida operação de transferência de imagem das empresas para os empreendimentos, associando-os como se fossem um só. A segunda, baseia-se no alardeamento da utilização de critérios científicos e de modernas tecnologias de pesquisa, controle, manejo e proteção dos riscos ambientais. As referências às cifras de investimento na proteção ambiental estão sempre na ordem das dezenas e centenas de milhões de dólares, e a literatura e a pesquisa científica são utilizadas para contestar aqueles que anunciam e denunciam riscos e impactos dos empreendimentos.

Quanto à transferência de imagem, é nítido o esforço de companhias

É preciso rever integralmente as políticas que sustentam e promovem a expansão da produção de papel e celulose no Brasil

como a Vale do Rio Doce, a Aracruz Celulose, o Grupo Votorantin e a Cenibra, de apresentarem-se como empresas e grupos com ação responsável e desinteressada na preservação e recuperação das condições ambientais, desenvolvendo e financiando projetos de reflorestamento de parques e florestas, adquirindo e mantendo reservas florestais e desenvolvendo pesquisas de proteção à fauna e flora. Ao estimularem a associação entre a imagem da empresa e desses empreendimen-



tos, distorcem a capacidade de julgamento da sociedade civil sobre os riscos e impactos em si dos complexos florestais-celulósicos.

Quanto à cientificidade e às tecnologias que confeririam o status de ati-

vidade segura, cabe ressaltar que se nos países do Norte do planeta os gastos relativos à proteção ambiental correspondem a cerca de 20% do custo total de instalação de complexos como estes enquanto no Brasil eles não têm alcançado 10%. A destruição do ambiente e das pessoas torna-se "vantagem comparativa".

Se os padrões tecnológicos são os mesmos, onde reside a diferença? Embora esta seja uma questão ainda não respondida, tem motivado a que empresas e grupos econômicos do Norte desloquem-se e se associem com empresas para a implantação de complexos florestais-celulósicos nos países do Sul, entre eles o Brasil, Chile, Tailândia e outros. Os EIA (Estudos de Impacto Ambiental) e RIMAs (Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente), exigidos por lei e na maioria das vezes realizados por empresas de consultoria privadas, são em muitos casos comprovadamente falhos e insuficientes quanto à apresentação de dados consistentes e precisos sobre o tipo e a intensidade dos efeitos das atividades de

exploração das florestas e sua transformação industrial em celulose e papel. Embora muitas das lacunas sejam reconhecidas até mesmo pelos técnicos que os elaboraram, não há hesitação em, ao final, minimizar os efeitos perversos, sob a justificativa de um insuficiente acúmulo histórico de dados científicos sobre vários aspectos.

Vence, portanto, a mesma lógica análoga à do sistema judiciário quanto aos acusados de um crime: inocentes até prova em contrário. O bom senso talvez indicasse a necessidade de uma inversão, em se tratando de riscos ao meio ambiente e à população: desde que houvesse riscos potenciais não eliminados ou desconhe-

cidos, um projeto não deveria ser aprovado.

São recentes e ainda escassos no Brasil os estudos de impacto sócio-ambiental das florestas homogêneas de eucalipto e da atividade industrial de

produção de papel e celulose sobre a fauna, a flora, o ar e recursos hídricos. Na sua grande maioria, foram realizados por instituições de pesquisa ou universidades que têm como horizonte exatamente apoiar e fornecer conhecimentos científicos e tecnológicos que promovam um maior desempenho deste ramo, à custa da atrofia de uma capacidade criadora, crítica e científica, calcada em estudos de longo prazo, voltados para o interesse público. No entanto, apoiando-se nestes limites e vícios de algumas produções pretensamente científicas, é que se faz a desqualificação daqueles que são críticos dos efeitos e do modelo baseado de implantação destes complexos.

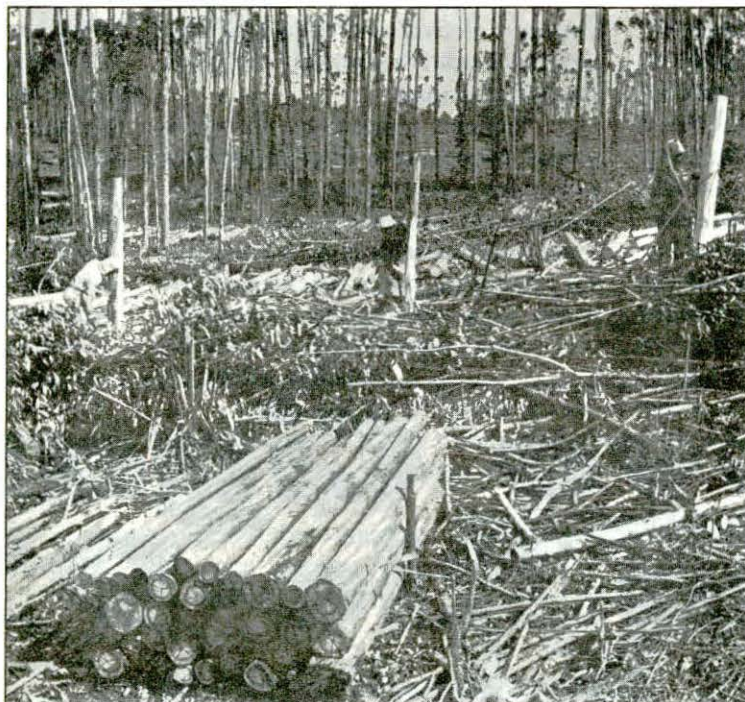
A literatura científica internacional atesta o comprometimento dos solos, recursos hídricos, da flora, da fauna e das atividades agrícolas nas regiões com cultivos de ciclo curto com eucaliptos de rápido crescimento. No entanto, na voz de empresários, cientistas de plantão e organismos financiadores governamentais e internacionais (como o Banco Mundial), este conhecimento científico vira falseamento ou ideologia - e seus próprios argumentos são alçados à posição de "ciência".

Fragilizando a sociedade civil

Embora se mostre como um pujante setor privado, a origem dos grandes complexos florestais-celulósicos e dos grandes grupos do setor não pode ser explicada longe da ação do Estado como alavanca e fonte de sustentação, apesar do discurso privatizante e de livre mercado em voga. A partir do modelo de desenvolvimento instaurado pelo golpe militar de 1964, foram criados regulamentos jurídicos, incentivos fiscais, financiamentos com recursos públicos e outros expedientes que alavancaram a indústria de

papel e celulose e permitiram que novos grupos econômicos investissem no setor.

Até o final da década de 1980, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) era ao mes-



mo tempo o principal organismo planejador e regulador, parceiro e provedor de recursos para os grandes projetos de criação e modernização dos complexos florestais-celulósicos. Mesmo com as atuais limitações constitucionais em torno dos incentivos fiscais e das dificuldades políticas e sociais para a aquisição de novas áreas, o Estado continua atuando como parceiro e provedor em vários níveis. O BNDES continua atuando no sentido de sanear empresas, adquirindo suas ações e revendendo-as aos vendedores originais; mantém a participação e estimula novos

A "vantagem comparativa" dos complexos florestais do Brasil é a livre destruição do meio ambiente e das populações regionais

projetos na área, fornecendo os recursos necessários aos investimentos projetados até o ano 2000, da ordem de 9,8 bilhões de dólares. Em vários casos, o BNDES responde por até 50% do volume de investimentos necessários.

Não bastando, o setor de papel e celulose foi em 1991 o maior beneficiado com recursos para financiamento com origem nos "fundões", a juros de 12% ao ano, num quadro onde o mercado cobrava 60%. Outra característica presente nestes complexos é que incluem-se ainda num modelo internacionalizante avesso à consolidação de um projeto nacional soberano. Orienta-se pelas demandas do mercado internacional, atento aos seus movimentos, mas justamente por isso está extremamente vulnerável às políticas de produção de outros países e empresas e às rápidas e incertas transformações pelas

quais esse mercado está passando.

A lógica da implantação destes complexos em certas regiões obedece não só à disponibilidade de terras, infraestrutura e sistemas de transporte (rodovias e portos). Percebe-se ainda uma lógica levemente modificada em relação ao movimento de ocupação das chamadas "fronteiras agrícolas" nas décadas de 1960 e 1970, que basearam-se na concepção de "espaços vazios", subaproveitados e apartados do mercado e da sua utilização produtiva. No caso dos complexos florestais-celulósicos, não se trata do mesmo discurso de vazio populacional, mas de um "vazio de projeto", de desenvolvimento, de oportunidades em aberto, que apenas estes complexos seriam capazes de preencher e aproveitar.

O vazio ainda adquire um outro sentido. São regiões "rarefeitas" politicamente, ou seja, marcadas por uma esfera pública (estatal e não estatal) frágil, onde predominam geralmente relações societárias e políticas ainda marcadas por sistemas de tipo clientelista. A implantação destes complexos nestas regiões torna-se possível justamente porque nu-

trem-se desta fragilidade, ao mesmo tempo em que alteram o conjunto destas relações, buscando adequá-las aos seus interesses privados.

Rapidamente, os representantes dos interesses do empreendimento transformam-se nos novos mandatários da política local e regional, orientando a formulação das políticas e a destinação dos recursos públicos, cerceando as possibilidades de desenvolvimento de uma esfera pública não articulada aos seus interesses. Os investimentos realizados pelas empresas nas áreas da cultura, lazer, saúde e educação constituem, na verdade, formas de domínio e subordi-

nação da esfera pública, na medida em que são espaços sustentados e gerenciados pelas próprias empresas ou por pessoas a elas vinculadas. Tal controle do exercício político e da cidadania não fica restrito às regiões onde se localiza, mas tende a se efetivar através da sociedade civil e dos aparelhos estatais em níveis estadual e nacional.

Portanto, o Estado e a sociedade passam a mover-se a reboque dos interesses e das iniciativas empresariais, conjugadamente aos tradicionais e velhos conhecidos mecanismos de privatização dos recursos e das políticas públicas. Porém, o que mais preocupa na configura-

ção destes complexos é esta grande capacidade demonstrada de - via monetarização do seu retorno à sociedade -, barganhar as condições de vida e a cidadania da população.

Por quanto tempo as chamadas vantagens comparativas da produção de celulose no Brasil continuarão existindo? A questão central aqui é a existência de um impressionante e vastíssimo comprometimento de recursos naturais. Os fortes impactos promovidos por este modelo, aliado aos enormes riscos e à vulnerabilidade em relação ao mercado mundial, exigiriam que se revissem integralmente as políticas que o sustentam e promovem.

Povo Cigano na Rio-92

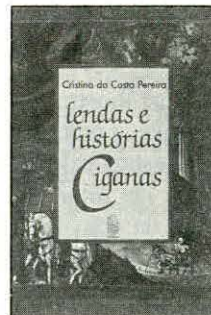
"A terra é minha pátria
o céu é meu teto
a liberdade é minha religião"

Uma Tenda Cigana - *Tchêra*, no romani, língua cigana - será armada na Praça Mahatma Ghandi de 1 a 12 de junho, como espaço para abrigar vários povos que lá terão a possibilidade de expressar seus valores culturais e religiosos e resgatar a mística, a política e a prática da não-violência ativa do líder hindu que dá nome à praça, como parte da Conferência Rio-92.



"*Os Ciganos continuam na estrada*" é um livro de introdução à cultura e à vida dos ciganos. Conta a história desse povo no mundo e no Brasil, traz poesias e fotos sobre grupos ciganos. Um instrumento fundamental para quem quer conhecer a cultura cigana.

"*Lendas e Histórias Ciganas*" é um livro mágico, que transporta uma cultura basicamente oral para a palavra escrita, dando acesso aos leitores a um manancial de grande riqueza simbólica, construído ao longo de muitos séculos por este povo nômade.



Onde adquirir:
Centro de Estudos Ciganos do Brasil
Cx. Postal 2117
Cep 20001 - Rio de Janeiro - RJ

Ecologismo e questão agrária na Amazônia

Francisco de Assis Costa*

Nos últimos quinze anos desenvolveu-se uma nova consciência ecológica mundial que, expressa em novos conceitos, gradativamente penetra discursos e programas políticos. Enquanto fenômeno dos países centrais do capitalismo, contudo, tais evoluções processaram-se como resultado de dupla e contraditória manifestação do industrialismo: 1) a crise ecológica geral por ele provocada e as proporções assumidas pelos riscos das suas diversas componentes (perigo atômico, envenenamento do ciclo alimentar, etc); e 2) as vinculações da diversidade biológica com componentes fundamentais do desenvolvimento das forças produtivas, assumidas na última década.

Vertentes do verde

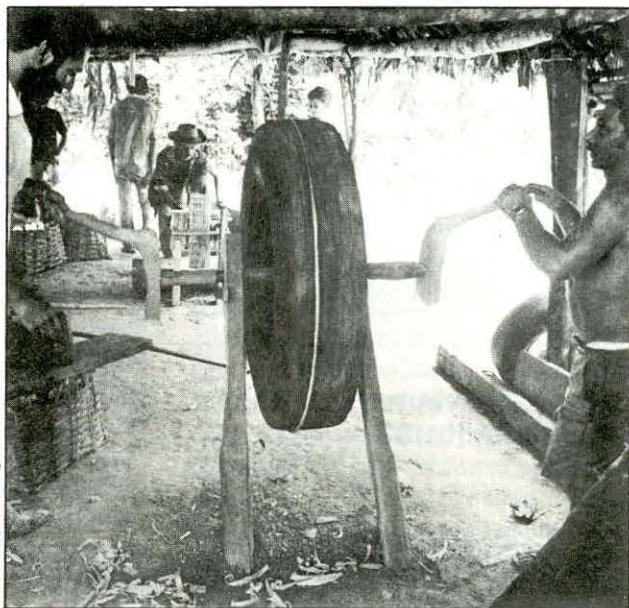
Associadas à primeira, encontramos duas vertentes do pensamento e da prática ecológica nos países industrializados: uma perspectiva humanista parece extrair seu ecologismo da crítica ao capitalismo e ao industrialismo como potências destruidoras do homem e da natureza. A proposição mais geral é de que o homem terá que encontrar formas sociais novas que permitam o convívio

harmônico com a natureza - sem o que não haveria salvação.

A importância dos ecossistemas tropicais, nesse contexto, resulta da percepção de que não é legítimo destruir as florestas que sustentam os últimos povos que nos poderiam ensinar a ética necessária para tal convívio; preserve-se a floresta para que possam manter os povos a ela associados, na esperança de que eles nos ajudem a mudar nossas próprias sociedades - eis, parece, seu leitmotiv. A militância política dessa vertente de ecologismo pode ser encontrada, já na primeira metade dos anos 70, em torno de questões como o uso de energia nuclear. É possível, também, que ela tenha-se feito sempre fora do status quo por movimentos e organizações alternativas críticas. Também encontramos a mesma motivação em iniciativas que têm levado ao estudo dos métodos de manejo do ecossistema pelos povos da floresta (dos índios e das formas camponesas caboclas - desde as mais antigas até as mais recentes), tornando-os conhecidos e levando-os a alcançar reconhecimento e respeito cada vez mais definitivos da comunidade científica internacional e a encontrar caminhos de divulgação. Uma segunda perspectiva associada aos riscos da crise ecológica mostra-se imediatista, um tanto paranóica, parecendo referendar a pos-

tura de pessoas cuja preocupação é com a sua preservação física e a conservação de suas sociedades. Aqui, a colocação do problema é mesquinha (a preocupação é com a qualidade da vida privada no seu bairro ou quarteirão), a visão quanto às determinações dos problemas é maniqueísta (nós resolvemos os problemas, os outros os provocam), levando a uma postura política em relação aos outros que é geralmente ignara, desengajada e autoritária.

É uma visão típica de classe média conservadora, não raro inculta, cuja aproximação com o problema ecológico, incluindo-o em sua pauta política, parece ter-se feito a reboque de Chernobyl e outras catástrofes. É possível que a grande massa dos que pensam por essa ótica chegou por último na discussão ambientalista, só bem recentemente se transfor-



J.R. Ripper / Imagens da Terra

mando em "voto verde", isto é, em contingente de eleitores que também consideram a postura do seu candidato em relação ao que é entendido como questão ecológica. E, considerada a forma parcial e localizada com que trata a questão, será certamente a primeira a minimizar a importância do problema ambiental, sempre que lhes parecer que neste campo tudo está bem - ou se lhes apresente perigo mais iminente.

Associada ao desenvolvimento das forças produtivas, encontramos a terceira vertente do discurso ambientalista, racional-utilitarista: parte da noção de que a

* Professor e pesquisador do NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) e do Departamento de História da Universidade Federal do Pará (UFPA). Este artigo resume as idéias centrais do Autor, expressas em um artigo mais amplo: "Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia", Sepeq/NAEA/UFPA (Documentos Sepeq 1), Belém, 1992, 80p.

floresta deve ser preservada por conter um valor em si, seja enquanto banco genético, seja enquanto reserva de mercadorias extrativas de tipo mais tradicional.

Neste caso, tem-se um olho nos desenvolvimentos, tanto no plano mundial como local, de tecnologias que valorizam - no sentido de dar um sentido econômico - a diversidade primária das florestas tropicais, como, por exemplo, os assombrosos avanços recentes da biotecnologia, da farmacêutica e, mesmo, da biogenética, colocando possibilidades novas de exploração do ecossistema amazônico. Curiosamente, grandes avanços das forças produtivas no plano mundial podem vir a redimensionar o extrativismo na Amazônia, o papel dos ecossistemas tropicais originários, lhes dando um novo valor de uso.

Há que se diferenciar duas variantes de difícil separação real mas que, enquanto mentalidades, podem ser atribuídas a grupos sociais distintos: uma mais acadêmica voltada para o significado da diversidade originária da floresta enquanto valor de uso e outra, usurária, preocupada muito mais com a condição de valor de troca que esse "novo bem" da humanidade terá que assumir.

Extrativismo x agricultura?

A inserção da Amazônia na nova "consciência" ecológica internacional obedeceu também a ditames das influên-

cias acima indicadas. Fez-se, pois, de um lado a partir das relações que em diversos momentos e de formas variadas (desde a hipótese da "Amazônia-pulmão-do-mundo", até a teoria do "efeito estufa") se estabeleceram entre as formas de ocupação recente na região e as condições do meio ambiente dos países industrializados; de outro lado, a partir da revalorização que a diversidade biogenética dos ecossistemas tropicais - com relevo para a floresta amazônica - sofre no quadro das necessidades atuais e futuras de diversos setores de ponta de produção capitalista.

A Amazônia é, assim, recolocada como fato internacional, e seus desenvolvimentos particulares são agora percebidos a partir das diferentes perspectivas acima apresentadas, correspondentes, por seu turno, a posições relativas de grupos políticos e sociais distintos.

Não obstante suas diferenças, as vertentes do ecologismo no plano mundial aproximam-se da Amazônia e sua problemática com o mesmo objetivo: o da preservação da floresta, seja como recurso à conservação das culturas a ela associadas; seja como forma de preservação do seu valor futuro; seja, ainda, como forma de evitar agravamento nas condições ambientais do planeta. A unidade quanto aos objetivos homogeneizou os discursos, limitando-os a um conjunto simplificado de valores positivados a priori.

Aquilo que é uma discussão e constitui objeto de fortes divergências políticas e filosóficas no capitalismo central, chega-nos, destarte, na forma de uma ideologia, e como tal aparentemente despida das contradições subjacentes, uma



J.F. Ripper / imagens da Terra

vez que uníssona em torno da conservação da natureza originária da região.

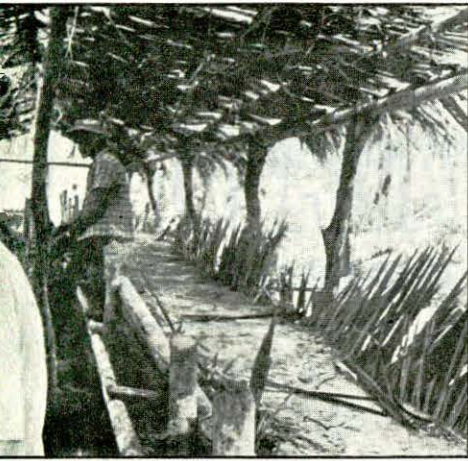
Consoante com tal comportamento geral, privilegiou-se, no estabelecimento de critérios para a eleição de interlocutores locais, as formas de produção cujas relações técnicas pareçam "natural" e "evidentemente" preservacionistas. Estabeleceu-se, assim, como favoráveis à questão ecológica, as formas de produção que, por definição, supõem no seu processo produtivo e reprodutivo a manutenção da natureza originária; as que supõem a sua transformação são consideradas, pelo mesmo raciocínio, adversas.

A aproximação se faz, pois, guiada pela oposição extrativismo versus agricultura, propondo, em nome da causa ecológica, o privilegiamento absoluto do primeiro contra o segundo pólo.

São várias as implicações desta atitude, algumas que consideraríamos favorecedoras do avanço de movimentos populares na região e outras que tenderam a atuar precisamente na direção contrária. Positiva foi, sem dúvida, a rápida identidade e convergência dos anseios dos movimentos ecológicos internacionais e as necessidades táticas dos movimentos dos povos da floresta, o qual se constituiu nos anos 80, em momento de particular importância, na unidade política dos interesses dos caboclos (extrativistas) e das comunidades indígenas que se colocavam contra a expansão da privatização das terras na Amazônia e sua utilização destrutiva pela pecuária e pela plantação extensiva. Na prática, tal convergência significou a internacionalização, pela primeira vez na história deste



Eneraldo Carneiro / imagens da Terra



país, de bandeiras associadas a lutas internas de parcela dos trabalhadores do campo e de minorias étnicas.

“Agrarismo”, latifúndio e pequena agricultura

A perspectiva simplificadora desta oposição orientadora do ecologismo na Amazônia apresenta contudo limites graves na medida em que desconsidera que a “novidade” produzida pelo ecologismo, de um ideal ou de uma ideologia preservacionista emerge após quase quatro séculos de vigência de um seu contrário na Amazônia, o agrarismo: conjunto de valores que identifica civilização, cristianização e processo com a agricultura (transformação da natureza “bruta”) e nega o extrativismo por identificá-lo com a barbárie, o atraso, o subdesenvolvimento.

Pode-se afirmar que uma das invariáveis da história da Amazônia desde o período colonial até a estratégia de modernização da mais recente ditadura tem sido uma certa tensão entre um ideal agrário, materializado nas práticas políticas desde a Companhia de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, de Pombal, até a política de incentivos fiscais à pecuária, da Operação Amazônia das últimas décadas, e a dominância da prática extrativa - sempre condenável, pois pecaminosa em um momento e anacrônica em outro. As políticas pautadas no agrarismo produziram, para muito além da homogeneidade da paisagem, enfatizada pelos mo-

vimentos ecológicos, a homogeneidade das relações de propriedade sob a égide de suas forças indutoras, em particular da propriedade latifundiária do solo.

A consideração das condições e do estágio de privatização das terras da Amazônia apresenta-se como dado fundamental para a questão ecológica por duas razões principais. Primeiro, porque as formas camponesas extrativas, premiadas em espaço cada vez mais restrito, tenderão a se transformar em formas agrícolas ou silviagrícolas. Segundo, porque as formas de propriedade ou apropriação do solo não são de nenhum modo banais no estabelecimento das formas de uso dos recursos da natureza na agropecuária.

Quanto a este último aspecto, nossas pesquisas indicam com clareza que a agricultura familiar, se fundada a partir de processos de apropriação das terras pela efetividade ou pelo potencial do próprio trabalho, vem conformando, a partir mesmo de sua lógica produtiva, onde a reprodução da família se coloca como parâmetro inicial decisivo, uma agricultura cada vez mais intensiva em relação à terra - com elevada densidade de trabalho por unidade de área - , com forte heterogeneidade botânica, e baseada cada vez mais em espécies permanentes e essências da floresta nativa.

Os fazendeiros e grandes empresas, por seu turno, apresentam a característica comum de ter na monocultura a principal fonte de valor. E tal atitude ecologicamente problemática é, também, estruturalmente determinada, uma vez que são os critérios de maximização da lucratividade financeira que impõem a necessidade de escolher atividades e téc-

nicas - como a pecuária de baixo suporte, que contribui com 74% das suas rendas, por exemplo - que usem extensivamente a terra e intensivamente o trabalho.

Ecologismo humanista

Daí duas coisas:

1) As práticas camponesas, essencialmente caboclas ou agrícolas, parecem querer demonstrar que - partindo das suas lógicas produtivas e reprodutivas e consideradas as condicionantes irrecorríveis de suas relações com o mercado - não há conservacionismo absoluto nem depredação irredutível como condição natural de suas existências. Há, sim, um adaptacionismo no sentido de técnicas novas e velhas que permitam, por bases técnicas fundadas na heterogeneidade ecológica, as respectivas continuidades como classe social e como cultura.

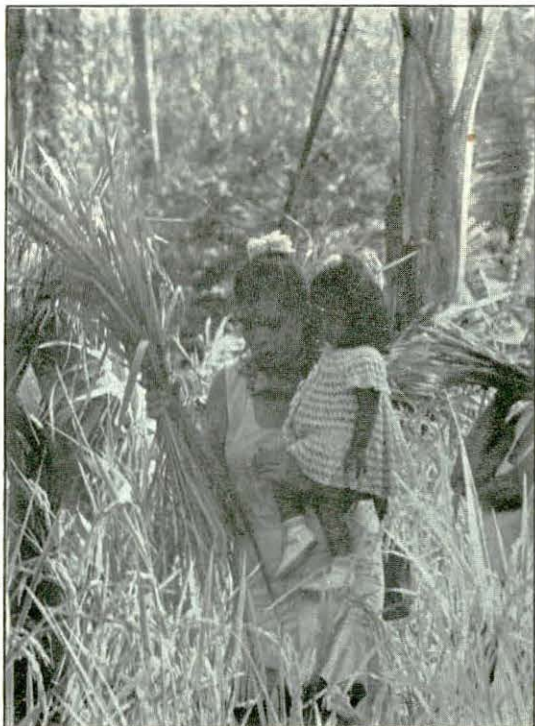
A oposição-guia do ecologismo (extrativismo versus agricultura) tenderá, desse modo, a mostrar-se problemática, na medida em que não for acompanhada de uma definição quanto a se, para o equilíbrio ecológico, é menor a importância de uma agricultura que se complexifica por dinâmicas de heterogeneização secundária (cobertura vegetal secundária com elevado grau de diversidade botânica e biogenética) do ecossistema, do que de um extrativismo que se simplifica por homogeneização primária (adensamento de espécies economicamente mais rentáveis e ampliação da área efetivamente agrícola) da natureza originária.



J.R. Ripper / Imagens da Terra

2) Expor-se-ão os limites das alianças políticas construídas que, por se fundamentarem na oposição agricultura versus extrativismo, coloquem em campos opostos as formas de produção evidentemente preservacionistas - as práticas dos camponeses caboclos e dos índios - e as estruturas agropecuárias, sem estabelecer as distinções necessárias entre os "camponeses agrícolas" e as grandes empresas. Pois tudo corrobora no sentido de concluir que, também na Amazônia, as relações sociais não são neutras no estabelecimento das técnicas. Urge recolocar, portanto, para a Amazônia, uma das mais poderosas críticas do movimento ecológico europeu na sua vertente humanista crítica - precisamente a que parte do reconhecimento da força compulsivamente destrutiva das relações capitalistas de produção sobre a natureza física e humana.

Na medida em que o uso capitalista da terra supõe a generalização da propriedade capitalista da terra, tal reconhecimento impõe, por outra parte, a consideração de que o problema ecológico na Amazônia é indissociável do processo de privatização das suas terras. Nesse sentido, a perspectiva do monopólio da propriedade latifundiária da terra seria o seu mais grave problema.



Os pequenos agricultores da Amazônia têm capacidade de adaptação à preservação da floresta

O monopólio capitalista da propriedade da terra na Amazônia ainda não se estabeleceu. Vários dos problemas levantados pela consciência ecológica internacional associam-se, portanto, a um processo em andamento de dramática importância que opõe, de um lado, fazendeiros e grandes empresas; e, de outro, camponeses (agrícolas e extrativos - no Pará, em 1985, existiam 5,5 "camponeses agrícolas" para cada "camponês extrativo") e os índios.

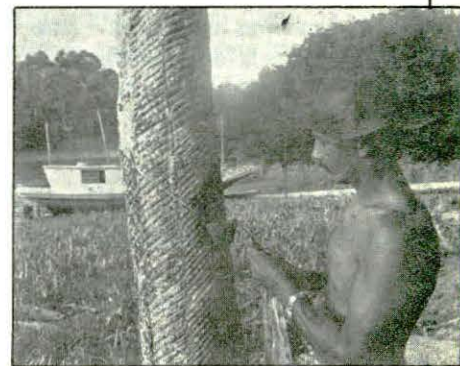
Condenando os "camponeses agrícolas" como depredadores, o ecologismo tem aberto o espaço para a funcionalização do discurso e da prática ecológica (destaquemos a prática do Ibama, a regulamentação do FNO e a política agrícola), contra esse segmento social - e em favor dos seus oponentes. Assim, a nova consciência ecológica internacional poderá materializar-se na Amazônia negando seus fundamentos. A não ser que rompa com os limites estabelecidos e penetre fundo na compreensão de problemas graves de nossa formação econômico-social - senão para resolvê-los, pois isto nos compete - pelo menos para não aprofundá-los.

Nesta trilha dificilmente caminhará o ecologismo de classe média conservadora do Primeiro Mundo. Competirá, pois, ao ecologismo humanista a responsabilidade da recolocação crítica em plano mundial da questão amazônica. Pois somente de uma perspectiva eco-antropológica, em sentido amplo, poder-se-á encarar os desafios que a salvarão do homem dentro e fora da Amazônia. ■

AMAZÔNIA

somos nós

VÍDEO



Os agricultores e pescadores de Afuá, na região das Ilhas da foz do rio Amazonas, estado do Pará, ribeirinhos, levantam a sua voz como "povo da floresta", denunciando o modelo de desenvolvimento predador que destrói o meio ambiente e os seus meios de vida.

É um documentário impressionante, tanto pelo conteúdo dos depoimentos quanto pelas imagens da região, reproduzindo o belo ecossistema da Amazônia.

VHS-NTSC-30'
Versões em português e Inglês

Realização:
FASE/CEPEPO

Pedidos:

FASE Nacional - Rua Bento Lisboa, 58
Catete - Rio de Janeiro - Cep 22221
FASE/Belém - Rua Bernal do Couto, 1329
Umarizal - Cep 66055 - Belém - PA

Modelo industrial e ecologia humana

Cunca Bocayuva*

A atual crise do crescimento econômico é expressão do colapso de um modelo de desenvolvimento cujo centro foi a estratégia de industrialização através da substituição de importações por produção autóctone, movido como esforço de modernização conservadora. Este modelo está esgotado.

A crise da qualidade da vida social, com seus cenários de desagregação e selvageria, não impede, porém, as ilhas e jardins da opulência. Todavia, a reestruturação produtiva é tão pouco inclusiva quanto seu resultado ambientalista: a apartação social (nossa versão própria do *apartheid* sul-africano, também com componentes raciais) acompanha a redução do ecológico ao espaço protegido, expediente de proteção privada. Estamos diante de ilhas de modernização social exclusivistas, consumistas e informatizadas - hedonismo e individualismo que podem ser secundados por alguns "jardins naturais", e mesmo por parques que se assemelhem na sua repulsa ao convívio com o humano.

O regime de acumulação implantado nos países industrializados da Améri-

ca Latina apresenta características fordistas nos processos de produção, embora permanecesse periférico em matéria de engenharia, ciência e tecnologia. Seu caráter periférico também pode ser notado pelas tentativas de mudança dos conteúdos das exportações, por conta da sua subordinação ao sistema financeiro inter-

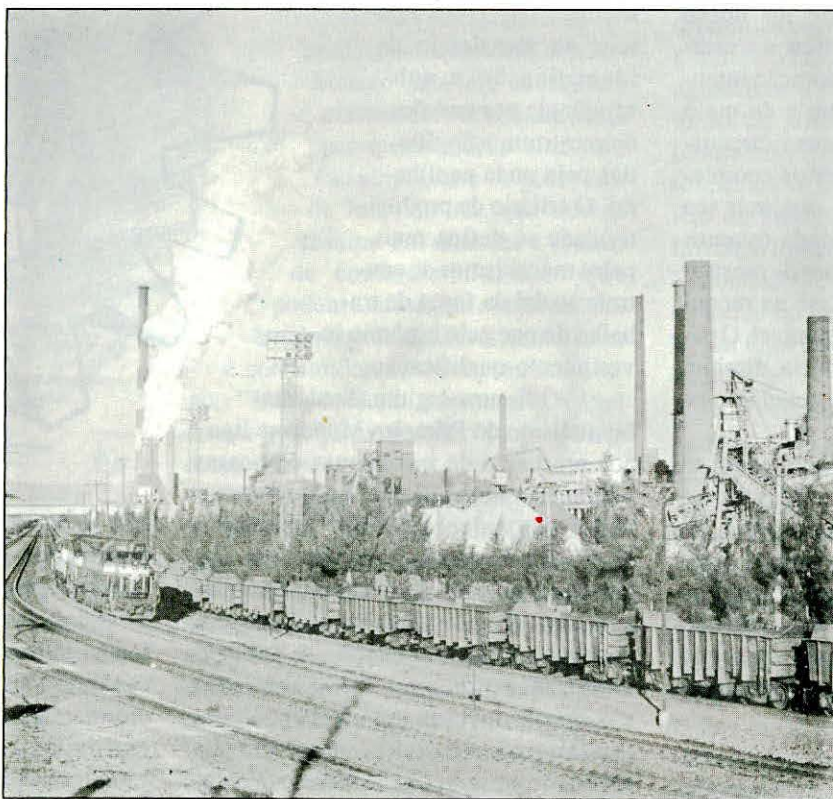
de modernização, alavancada por um fordismo periférico secundado por formas de exploração extensivas quanto aos recursos humanos e naturais.

Movimento operário e questões ambientais

Mas acaso recursos humanos não devem aparecer como naturais? Uma tomada de consciência crítica dos padrões de industrialização acelerada e tardia da periferia capitalista brasileira significaria estabelecer um elo entre a crítica ao industrialismo e consumismo predatórios e as suas relações de uso da força de trabalho.

O regime de acumulação que combina as formas de produção e consumo de tipo fordista e taylorista com os padrões oligárquicos e pré-capitalistas parece ser questionado por um

padrão de capitalismo flexível. Novas tecnologias parecem se somar ao cenário confuso do colapso do modelo de crescimento acelerado. Mais ainda: a reestruturação incrementa o fordismo (com lotes de produtos menores, reduzindo custos, e uso mais intensivo do trabalho). O chão da fábrica se modifica. Mas as bases da



Waldemar Sabino / A.J.B

nacional, sem contar que a pauta de consumo das massas é restrita até às classes médias, com um mercado de consumo de bens duráveis muito pequeno.

Os anos 90 devem ser interpretados à luz da crítica ao padrão de modernização dos anos 70. Os anos 90 aparecem com ziguezagues da velha máquina

* Assessor nacional da FASE.

redução de custos e da luta contra o desperdício estão longe da construção de um novo tipo de trabalho mais humano.

Nos serviços, muito se modifica o processo e o produto. Os microcomputadores operam transformações decisivas. O ritmo e o tempo são os motivadores da reestruturação.

O crescimento acelerado se transforma em uma parada forçada. Ali onde as coisas param, fica estabelecido o silêncio dos cemitérios. A revolução industrial às avessas combina fechamento de fábricas no ABC com incremento da produção na siderurgia, na minerometalurgia, na celulose, na química, na petroquímica, e assim vai se desenhando o novo modelo industrial da periferia. O centro dinâmico de uma reincorporação do parque industrial brasileiro, ao contrário do que se afirma, se dirige para uma redução da diversidade. Uma maior especialização, a partir dos elementos que conferem competitividade ao nosso parque, pode também significar a preservação da amálgama de exploração intensiva e extensiva do trabalho e do meio ambiente. Talvez até se possa circunscrever o crescimento de certos complexos industriais, quem sabe diminuir seu impacto predatório. Mas ainda estamos longe de colocar nas hipóteses de reestruturação industrial uma ênfase na reconversão ecologicamente sustentável. O paradigma neoliberal, na periferia, diminui o poder ético-político da sociedade, os valores sociais declinam.

Se ficamos com o novo modelo da globalização competitiva enfocando os novos nichos do mercado mundial, ficaremos nas indústrias intermediárias baseadas em recursos naturais abundantes (é isso aí), e com as produções do tipo agroindustrial - incremento dos ritmos do trabalho, desverticalização ou terciariza-

Mais do que por distribuição de renda, devemos lutar pela distribuição da qualidade de vida

ção, flexibilização, desregulamentação prática de direitos, diminuição do controle público democrático, etc.

Os ritmos de papéis e ações e a velocidade do conflito inflacionário não diminuem o ritmo da ganância, a busca da extensão das margens de lucro. A característica mais aparente do processo político e econômico brasileiro é a da sua longa duração, mas ela é relativizada pelo fato de se manifestar por uma intensidade e velocidade crescentes. O poder de dissolução acelerada da qualidade de vida parece ser o inverso simétrico dos padrões de crescimento acelerado do passado.

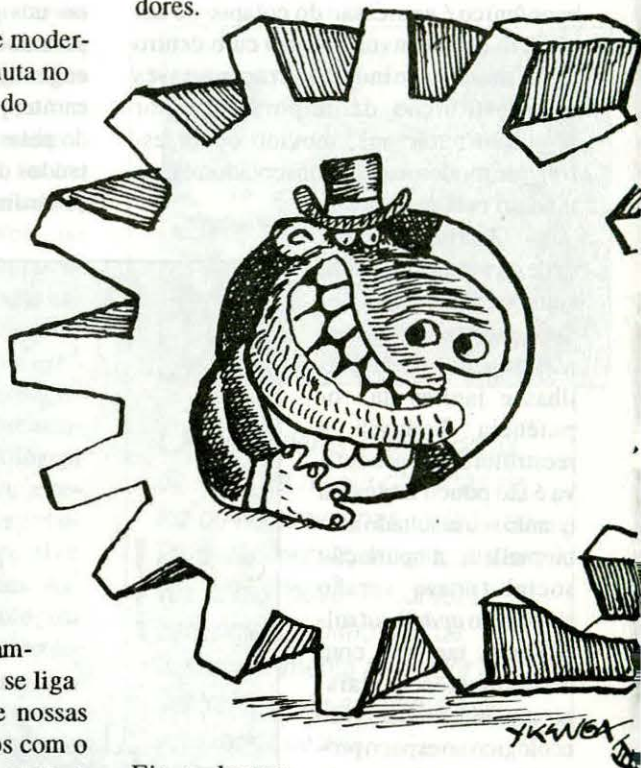
O êxito veloz dos anos de modernização conservadora se transmuta no processo de crise prolongada do modelo de desenvolvimento. Mas a ganância dos atores dominantes parece ser a mesma, a cultura política extremista das elites aparece no seu desejo de identificação e subserviência aos padrões de reestruturação ditados pela onda neoliberal. O critério de produtividade se define mais pelos mecanismos de controle social da força de trabalho do que pelo binômio investimento-qualificação.

O discurso legitimador do ambientalismo do Primeiro Mundo se liga aos processos de incremento de nossas vocações industriais. Se ficarmos com o velho automóvel da Ford ou com o fusquinha da Volks, estaremos no cenário enfumaçado do velho modelo consumista do autoritarismo. Existem conexões entre a transição de modelo industrial, os processos de reestruturação e o tipo de investimento realizado pelo capital, para a definição dos eventuais efeitos de preservação de recursos humanos-naturais.

Mas como colocar os custos ecológicos da reconversão do modelo econômico e da sua face industrial sem uma mudança de orientação nos conceitos de cálculo econômico? A natureza mercantil-monetária do cálculo coloca uma visão de curto prazo no horizonte das políticas quanto ao meio ambiente.

"Tempos Modernos": respostas sindicais

O comportamento do governo Collor em relação à indústria e ao mundo do trabalho resulta em uma política onde há pouca renovação e nada renovável, apesar do discurso ambientalista oficial. Talvez por isso o presidente Collor tenha sonhado com cenas de "Tempos Modernos", filme de Charles Chaplin criticando o massacre da sociedade industrial sobre os trabalhadores.



Eis a doença presidencial, eis o pesadelo nacional. Como escapar dos cenários enfumaçados e das engrenagens maquinais da industrialização substitutiva? Como escapar ao automatismo dos ritmos que atormentam a alma do trabalho? Como escapar dos riscos dos ritmos da desagregação sócio-criminal de um país que combina a ética perversa do patrimonialismo privatista, com a vontade desregulamentadora, a sonegação fiscal e a evasão de divisas? É possível?

Os direitos sociais e as políticas públicas devem estar alicerçados numa nova ética humana do desenvolvimento social com equidade. A abordagem holística supõe um novo antropocentrismo

diante da linha rígida taylorista-fordista de Carlitos, ou diante dos cenários urbanos catastrofistas de nossa grande depressão.

Partir de um diagnóstico qualificado do mundo do trabalho e da produção pode ser um bom princípio de resposta. Dar substância às demandas do trabalho em relação ao quadro das condições de trabalho pode ser um método positivo de ampliar a pesquisa sobre as condições ambientais, sócio-ecologicamente. A tentativa de construção de uma cultura sindical, e dos trabalhadores de maneira geral, pode partir de experimentos parciais.



Pequenas experiências de diagnóstico das condições ambientais e processos de trabalho podem contribuir para o estabelecimento de parâmetros de política ecológica presentes, desde agora, em atividades sindicais voltadas para a organização sindical de base. E podem se tornar, breve, capazes de generalização.

A formação de uma cultura sindical de novo tipo depende do estabelecimento de um novo elo com o cotidiano. O quadro interno das empresas, com os seus efeitos sobre o meio ambiente externo, assim como em relação aos trabalhadores dentro das fábricas, exige um novo elo de luta. O trabalho de base deve procurar qualificar questões em defesa da qualidade de vida, dentro e fora da empresa. E

para fazê-lo pode usar desses mecanismos de identificação de problemas, particularmente a partir do quadro de doenças ocupacionais e dos problemas conexos de salubridade.

Esses métodos de atuação qualificada devem seguir orientações em conexão com quadros profissionais das áreas de saúde, ecologia, ciências sociais e engenharia da produção. A interdisciplinaridade só pisará o chão da fábrica com um alargamento da atividade dos trabalhadores em direção à abordagem qualificada de uma variada gama de questões. Isto, porém, não significa perder de vista os problemas gerais de gestão e projeto da empresa, cuja base de legitimidade é algo mais do que a geração de todo e qualquer tipo de emprego. Lutar por empregos deve estar conectado com as questões da qualidade e ambiente de trabalho. O mundo do trabalho se conecta com o não-trabalho nos elos político-sociais de reprodução da qualidade de vida. Mesmo sem elo mecânico, existem conexões entre a luta por qualidade de vida fora das empresas e os processos de luta interna, que devem resultar em alianças e formas de conhecimento-ação que podem unificar um conjunto bem amplo de trabalhadores, moradores e consumidores (ver o próximo artigo, "Vale do Aço: consciência social contra poluição industrial", a propósito dessa perspectiva).

O programa-curso do Departamento Nacional Metalúrgico da CUT é um bom exemplo. Como caminho para o desenvolvimento das técnicas educativas para uma práxis ecológica no movimento operário, propõe um instrumento de coleta e análise de informações, o SACI (Sistema de Análise e Coleta de Informações). O SACI coloca no centro da luta trabalhista os elos entre processo de trabalho e qualidade de vida do trabalhador, a partir de uma forma empírico-sistemática de trabalho.

O Departamento Nacional Metalúrgico da CUT, no seu curso sobre inovações tecnológicas, sugere, como procedimento de conhecimento-ação, o trabalho com um roteiro de questões acerca das empresas, onde podem ser identi-

Apesar do discurso, o modelo do governo Collor baseia-se em indústrias intermediárias que utilizam recursos naturais abundantes

ficadas as características e transformações em curso no ambiente de trabalho. Identificar as formas e orientações do trabalho e explorar as contradições entre o trabalho exigido e as tarefas e atividades efetivamente realizadas desvenda uma parte do enigma do processo de trabalho. Esse novo olhar sobre a fábrica e empresas em geral pode servir para algo mais.

Por que não fazer o SACI nas diferentes condições e ambientes de vida e trabalho? Que tal percebermos nos diagnósticos e lutas dos trabalhadores em torno da silicose na construção naval (como fazem o deputado-ecologista Carlos Minc e os trabalhadores de Niterói, no Rio de Janeiro), e na siderurgia (como fazem os trabalhadores da CSN, em Volta Redonda, RJ), um instrumento de análise da saúde do trabalho-qualidade-ambiente, um fator de potencial prático de sentido ecológico?

A consciência plural e múltipla do trabalho radica num sistema variado de formas de educação-consciência e sistematização, que fazem parte de uma nova cultura política do trabalho. Renda e qualidade de vida se casam no novo sindicalismo. Devemos lutar, mais do que por distribuição de renda, por uma melhor distribuição da qualidade de vida, visão preliminar de uma ecologia humana que parte do trabalho mas que ultrapassa a ética capitalista puritana identificada por Max Weber: uma ecologia humana assentada numa nova sociabilidade, onde desenvolvimento sustentável exige um novo bloco industrial, consciente das dimensões holísticas derivadas do mundo do trabalho, para a fundação de novas alternativas de desenvolvimento com equidade na propriedade, nas oportunidades, na renda e na qualidade de vida.

Vale do Aço(MG): consciência social contra poluição industrial

Maria Thereza Azevedo*

Na região siderúrgica do Vale do Aço, Minas Gerais, os efeitos da poluição industrial no meio ambiente e na saúde dos trabalhadores eram ignorados até bem pouco tempo atrás. Hoje, no entanto, sindicatos e prefeituras municipais da região, tais como de Ipatinga, Timóteo e João Monlevade procuram desvendar os dados que as indústrias pretendem esconder, realizando monitoramento das águas e do ar, programas de saúde do trabalhador e mapas de risco. A sensibilização dos moradores e dos trabalhadores das siderúrgicas da região joga um papel-chave na construção de uma consciência social contra a poluição industrial.

- A sra. me desculpe, mas eu não ouvi direito. É que eu sou um pouco surdo.

- O senhor já trabalhou na usina?

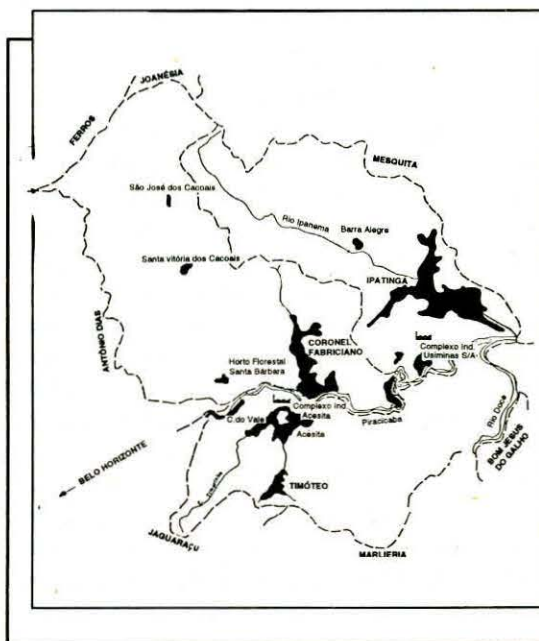
- Ah! Na usina, já trabalhei. Trabalhei 30 anos.

Os "trinta anos", ele enfatiza com orgulho, como se o fato de ter trabalhado na usina durante tantos anos fosse o maior feito de sua vida.

Seu Vicente não é o único que ficou surdo depois de trabalhar na usina. É muito comum encontrarmos na região do Vale do Aço pessoas surdas que trabalharam nas Siderúrgicas Belgo Mineira, Acesita ou Usiminas. É comum, também, as pessoas reclamarem de dores de

cabeça ou constantemente procurarem por nebulizadores nos postos de saúde, devido a dificuldades de respiração, seja trabalhadores da usina ou moradores das cidades do complexo siderúrgico. As famílias têm sempre um caso de parentes com bronquite ou problemas pulmonares.

Casos que a população conhece e comenta dão conta de histórias como a do operário que chegou em casa cansado do trabalho, queria dormir e a criança estava chorando. Irritado, matou o filho. Ou dos três que respiraram um gás que estava vazando. Um tombou, outro foi ver, também tombou junto e um terceiro, que foi consertar o vazamento, também foi afetado. Morreram os três. São casos, pe-



Um lento despertar

Moram no Vale do Aço, região siderúrgica localizada a 220 km de Belo Horizonte, cerca de 400 mil pessoas (ver boxe). Até o ano passado, ninguém tinha idéia da qualidade do ar que estava respirando. Ignorava-se coletivamente o conteúdo daquela fumaça contínua expelida pelas chaminés das indústrias. E não se sabia até que ponto as águas vinham sendo contaminadas.

Em 1990, a prefeitura de Ipatinga contratou os serviços do Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec) para monitorar o ar e as águas da região. Quando os resultados das medições foram divulgados, causaram muita polêmica entre a prefeitura de Ipatinga e a Usiminas. Grande parte das doenças desenvolvidas na região pode ter alguma ligação com a poluição industrial.

Na época, a Usiminas, que fazia monitoramento desde 1978 mas nunca tinha divulgado os dados, disse que tinha o controle de tudo e não era função da Prefeitura monitorar.

O Vale do Aço

O vale dos rios Doce e Piracicaba, em Minas Gerais, começou a se tornar um pólo siderúrgico a partir da segunda década deste século. As jazidas de minério de ferro (matéria-prima para a produção de aço), as reservas florestais (energia de carvão vegetal para colocar em ebulição os altos fornos) e os rios para escoar - literalmente - os detritos, possibilitaram que este vale passasse a se chamar Vale do Aço. As condições ambientais se mos-

* Jornalista e cineasta. Produtora de vídeos para educação popular e consultora em comunicação alternativa.

A prefeitura, entendendo que só com informação a população pode decidir sobre os destinos de suas vidas, num processo de participação popular inaugurado na atual administração, optou pela contratação de outro órgão, a Feema (Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente), do Rio de Janeiro, para fazer o monitoramento pelo período de um ano e garantir assim mais uma fonte de informação. Ainda não se completou um ano, mas até agora os dados da Feema estão confirmando as informações do Cetec.

O relatório do Cetec foi amplamente discutido com a população de Ipatinga, através de uma conferência, de onde saiu um conselho que irá traçar as diretrizes políticas para o meio ambiente da cidade.

Só então a população pôde saber, através do relatório do Cetec, que respira um ar poluído por 61 toneladas/dia de partículas lançadas pela Usiminas e 46 toneladas/dia lançadas pela Acesita. Essa poeira, que as donas-de-casa abominam e que penetra em todos os cantos por todos os lados da casa, pode causar falta de ar, tosse, carrear bactérias e provocar infecções.

A secretaria de Saúde de Ipatinga diz que o dióxido de enxofre pode causar doenças respiratórias, provocar irritação nos olhos, nariz e garganta e, em maiores concentrações, doenças cardiovasculares.

traram ideais para a implantação de usinas siderúrgicas.

A primeira siderúrgica foi implantada já em 1921, no município de João Monlevade. Em 1935, o então presidente Getúlio Vargas inaugurou pessoalmente a Belgo Mineira. As siderúrgicas continuaram a receber especial atenção durante o Estado Novo: no contexto da Segunda Guerra Mundial, foi inaugurada a Aços Especiais Itabira (Acesita), usina construída num lugarejo chamado Timóteo - em torno dela, crescerá toda uma cidade construída pela própria siderúrgica.

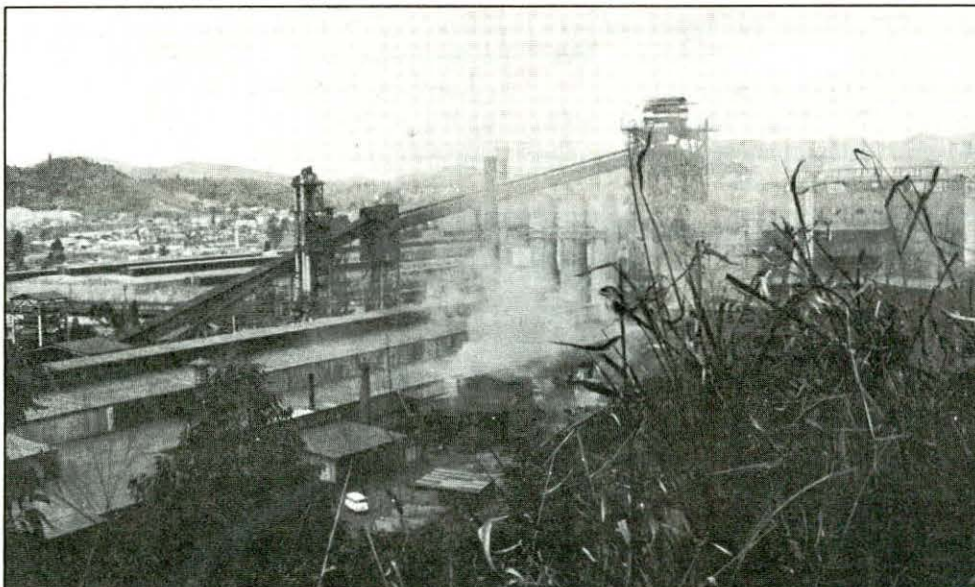
A Usiminas foi criada em 1956, em Ipatinga, e também construiu uma

O dióxido de enxofre se desprende no ar em 32 toneladas/dia pela Usiminas e 2,7 toneladas/dia pela Acesita.

E o monóxido de carbono despejado pelas chaminés em 58 toneladas/dia pela Acesita e 2,3 toneladas/dia pela Usiminas, em pequenas concentrações, pode causar indisposição, desânimo, dor de cabeça, vertigens, e em grandes concentrações pode acarretar desmaios e até a morte.

Conforme o relatório do Cetec, os índices de poluição atmosférica provocados pela Usiminas estão acima do padrão. E a coordenadoria de Meio Ambiente diz que a Usiminas ainda não cumpriu o

cidade planejada, influenciada do ponto de vista arquitetônico por Brasília, naquele momento também em planejamento e construção. Ipatinga cresceu dividida: de um lado, a cidade da usina, ordenadamente planejada; de outro, a cidade espontânea, inchada, desordenada, crescendo velozmente nas suas injustiças e segregações espaciais. Nesta "cidade espontânea", se fixavam as pessoas que chegavam de diversas partes do país em busca de trabalho. Na criação da usina, a cidade tinha 3 mil habitantes; em 1982, a população já havia atingido 200 mil habitantes, isso em apenas 26 anos.



Henrique Kuhne / Síntese

termo de compromisso com a Fundação do Meio Ambiente de Minas Gerais: o de dessulfurizar a coqueria, para eliminar o alto teor de enxofre, que exala na utilização do carvão mineral. Se for instalado um dessulfurizador, haverá uma redução de 80% nas emissões de dióxido de enxofre, o que levará ao atendimento dos padrões de qualidade do ar em toda área urbana.

Em Ipatinga, Timóteo, Fabriciano e Monlevade, não é só o ar que é degradado pela poluição industrial. O rio Piracicaba, quando chega em Acesita, já não é mais um rio. É a mistura de fenóis, cianetos, amônias, fluoretos, óleos e graxas, que são lançados pela Belgo Mineira, em João Monlevade, e se juntam a outros fenóis, cianetos, amônias e fluoretos que são despejados pela Acesita e pela Usiminas.

Segundo a coordenadoria de Meio Ambiente da Prefeitura de Monlevade, se a Belgo Mineira cumprir hoje o termo de compromisso de parar de poluir o rio Piracicaba, ele só terá vida em 1998.

A Usiminas diz que instalou no ano passado uma unidade de destilação de amônia e um equipamento para absorção de naftalina. O setor de engenharia da siderúrgica afirma que os parâmetros de amônia, fenol e cianeto já estão devidamente controlados.

No entanto, as águas do rio Piracicaba estão condenadas e desclassificadas, segundo a avaliação da prefeitura de Timóteo: não servem para recreação, nem

para irrigação e muito menos para criação de animais ou uso doméstico. Mesmo assim, as pessoas a utilizam.

A utilização destas águas pode provocar várias intoxicações, através dos alimentos. Se um animal bebe uma água contaminada, os alimentos derivados destes animais podem contaminar de forma indireta os seres humanos.

Ambientes de trabalho

Mas quem sofre o impacto mais direto da poluição industrial são os trabalhadores, ligados ao processo produtivo no interior das siderúrgicas. Para produzir 4 milhões e 230 mil toneladas de aço por ano, destinados à produção de navios e automóveis, a Usiminas emprega 13 mil e 200 trabalhadores. Na Acesita, que produz aços inoxidáveis, aços ao silício e aços ao chumbo, trabalham 8 mil empregados. E a Belgo Mineira, por sua vez, emprega 3 mil trabalhadores para produzir aço fio máquina.

Esses trabalhadores passam um terço de suas vidas dentro das usinas. A maior parte deles em exposição direta ao

Os dados sobre a poluição industrial devem ser controlados pelos sindicatos e pelas prefeituras municipais

calor dos altos fornos, dos lingotamentos e das laminações, convivendo com os ensurdecedores barulhos das aciarias, que muitas vezes chegam a 110 decibéis, ou respirando gases e pó que se desprendem



das coqueiras, das sinterizações, fundições ou recapagens.

O que determina a contaminação é a composição química, granulometria, grau de concentração e o tempo de exposição do trabalhador às poeiras e aos gases.

O Departamento Médico do Sindicato dos Metalúrgicos de Timóteo avalia que alguns tóxicos passam dos pulmões à corrente sanguínea e podem atingir outras partes do corpo, como rins, fígado, sistema nervoso central, sistema circulatório. Os médicos do sindicato criticam que doenças crônicas como surdez, que vêm da poluição sonora, câncer e problemas no sistema nervoso, não sejam relacionadas pelos médicos das empresas como doenças da poluição, causadas pelo

processo de produção. Pequenos distúrbios como tonteadas, dores de cabeça, esquecimento, irritabilidade, desânimo são frequentes entre os trabalhadores.

Até mesmo os sindicatos possuem diretores específicos para a área de saúde, dada a gravidade do problema. O secretário de saúde do sindicato dos Metalúrgicos de Timóteo, Carlos Afonso, comenta que é muito comum o trabalhador se sentir até culpado por estar doente. O sindicato está atuando no sentido de conscientizar o trabalhador sobre as relações entre o seu estado de saúde e as condições do ambiente de trabalho. É que muitas vezes o trabalhador prefere ficar na siderúrgica sem trabalhar do que ser afastado, o que lhe causa transtornos financeiros (afastado ele ganha menos pelo INPS).

Saúde dos cidadãos

Além do prejuízo à fotossíntese das plantas e a degeneração de materiais que com o tempo são corroídos pelos gases emitidos

pelas indústrias, há a degeneração do organismo que pode acontecer lentamente, sem que a comunidade e o trabalhador percebam. São riscos que vão se acumulando aos poucos.

Como o seu aumento é gradual, o conhecimento se torna difícil. A poluição sonora causa a surdez, diminuindo a sensibilidade e o reflexo. Ela pode ir se constituindo sem ser detectada pelo trabalhador. A surdez pode até causar acidentes. “No meio de tanto barulho o companheiro surdo não ouve o alerta do outro”, diz o secretário de saúde do sindicato.

As empresas oferecem equipamentos individuais para proteção contra ruídos. Mas eles também diminuem os reflexos. Além disso, tapar o ouvido não

elimina o som, que penetra também através dos ossos e pode atingir o sistema nervoso central, segundo alertam os médicos do sindicato.

O setor de Medicina do Trabalho da prefeitura de Monlevade detectou uma outra doença, muito comum nas siderúrgicas - a silicose, que normalmente é diagnosticada pelos médicos como outra doença. A silicose vem da sílica, que fica nas poeiras e pode atingir os alvéolos, causando inflamação. Essa inflamação cicatriza e os pulmões perdem a elasticidade, diminuindo a capacidade pulmonar.

Apropriar-se das informações que afetam o ambiente de trabalho, e os ambientes das cidades que circundam as indústrias, não é só papel dos dirigentes das empresas. É isto que os sindicatos e as administrações populares dos municípios do Vale do Aço estão começando a provar. Cada vez mais a população e os trabalhadores tomam conhecimento do que acontece à sua volta, por que acontece e o que fazer para evitar que aconteça.

Mapas de risco

O projeto Mapa de Risco, que o Instituto Nacional de Saúde do Trabalho da CUT (Central Única dos Trabalhadores), está desenvolvendo nas regiões do ABC paulista, Recôncavo Baiano e Vale do Aço, tem este objetivo.

É um projeto pedagógico que envolve o trabalhador na busca de informações, fazendo com que nesta ação ele se veja inserido no processo. Faz parte do trabalho um mapeamento interno e externo sobre os perigos e zonas de risco.

A população e os trabalhadores começam a se conscientizar dos problemas ambientais provocados pela industrialização

LANÇAMENTO

O CERCO ESTÁ SE FECHANDO

o impacto do grande capital na Amazônia



Onde adquirir:

FASE - Rua Bento Lisboa, 58 - Catete - Rio de Janeiro - RJ - Tel.:(021) 285-2998

Serão identificadas as ameaças sofridas pela população circundante, e todos os efeitos da ação das indústrias no meio ambiente. O projeto está apenas começando.

Os mapas de risco internos são baseados nos relatos dos trabalhadores diretamente envolvidos e nas observações de especialistas no ciclo produtivo a ser levantado. De posse do Mapa de Risco Interno da Empresa, o sindicato pode programar sua intervenção na defesa da saúde dos trabalhadores.

Os riscos externos serão baseados nos relatos da própria população: as alterações e contaminações que se manifestam na agropecuária, na pesca, no consumo das águas e alimentos e nas degenerações orgânicas e das doenças causadas pela poluição industrial.

Os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ), já concluíram um primei-

ro momento deste trabalho, o mapa de risco da coqueria, que é a primeira etapa para a produção do aço. De posse dos mapas de risco interno, o sindicato pode programar a sua intervenção na defesa da saúde da sua categoria.

Todas essas informações que vão envolver sindicatos, universidades, administrações, organizações ambientais e comunidades, podem possibilitar aos trabalhadores a discussão sobre o processo produtivo e os efeitos danosos sobre suas vidas. A partir daí, poderão compreender a necessidade de mudança de relações entre o capital e o trabalho quanto às questões ambientais.

O projeto dos mapas de risco é inspirado na experiência italiana da CGIL (Central Geral dos Trabalhadores Italianos). Na Itália, tem trazido bons resultados na redução do número de acidentes de trabalho, doenças profissionais e riscos para o meio ambiente. ■

Meio ambiente e o desafio urbano

Franklin Coelho*

A relação entre espaço urbano e meio ambiente está inserida no debate mais amplo sobre a ruptura do vínculo entre homem e natureza. A ruptura deste vínculo é consequência direta do despoamento do campo e da crescente concentração urbana. Dois processos territoriais que representam faces da mesma moeda: a acumulação capitalista urbano-industrial e sua gênese histórica, a acumulação primitiva, com a separação do homem de seus meios de produção e de reprodução.

Este processo, nos países latino-americanos e em particular no Brasil, ocorre de forma acelerada, num deslocamento da população com uma velocidade muito maior do que se deu na Europa. A população pobre espalha-se por todas as grandes cidades, morando em cortiços, favelas, casas de cômodo ou procurando bairros na periferia. Estas comunidades, desprovidas de qualquer serviço público, sem coleta de lixo adequada, em áreas sujeitas a enchentes e outros riscos, fazem parte de uma cadeia de degradação social e ambiental. Sem condições dignas de vida, moradores produzem dejetos que irão poluir rios e mares.

A luta pela sobrevivência, por um lugar para morar, pode desmatar florestas e gerar novas áreas de risco. O olhar contemplativo a esta realidade faz com

que algumas visões preservacionistas, e não são poucas, atribuam à pobreza urbana a responsabilidade pelo agravamento do quadro de degradação.

Como ocorre nestes casos, a realidade se revela algo mais complexo. Na verdade, a relação entre os processos de degradação ambiental e pobreza urbana

Urbanização e organização do território

A crítica ambientalista, emergente na década de 70, não trabalhou de forma suficientemente aprofundada o fenômeno urbano. Os diversos diagnósticos sócio-ambientais do planeta, desde a concepção expressa no relatório "Os Limites do Crescimento", elaborado para o Clube de Roma, em que se propunha parar o crescimento econômico e populacional, até o chamado "Modelo Mundial Latino-Americano", que indicava que em nosso continente as injustiças sociais e a escassez de capital eram problemas mais críticos, não incorporaram a metropolização como contrapartida da modernização agrária.

O último dos grandes diagnósticos internacionais, o informe da Comissão Mundial

sobre Meio Ambiente, denominada Comissão Brundtland (*Nosso futuro comum*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2ª. edição), no capítulo referente aos problemas ambientais na cidade, sob o título "O desafio urbano", introduz o debate sobre duas das principais tendências presentes ao nível mundial: a urbanização acelerada e o processo de interiorização do crescimento urbano.

O Brasil não se constitui exceção. Os dados de crescimento da população urbana expressam a expansão de uma



ocorrem de forma indireta, através de outras variáveis, que determinam a relação de causalidade entre ambos. Entre estas variáveis encontram-se o grau de desigualdade - expansão da segregação urbana nas grandes cidades, formação de regiões mais desenvolvidas e constituição de uma malha urbana centralizada e concentrada - que marcou o padrão de desenvolvimento do pós-guerra. Os problemas ecológicos nas cidades decorrem de distorções estruturais no funcionamento da sociedade.

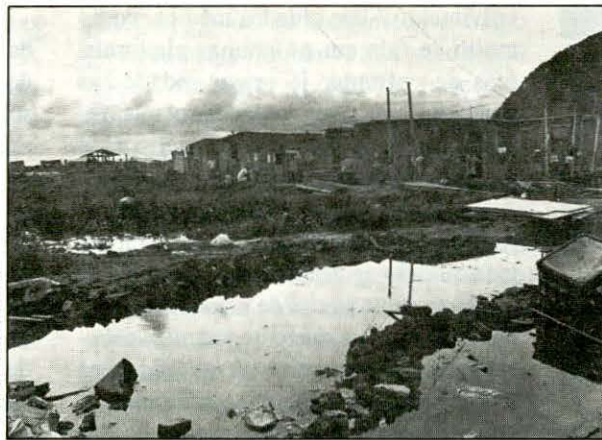
* Professor da UFF (Universidade Federal Fluminense).

malha urbana e uma reorganização do território, onde a metropolização aparece como a contrapartida da modernização agrária e do processo de urbanização em áreas rurais. De um lado, temos um processo de urbanização que atinge um patamar elevado, com tendência à perda de velocidade nas taxas de crescimento. De outro, registra-se que em termos de contingentes absolutos a pressão demográfica sobre o sistema urbano brasileiro continuará, ainda por algum tempo, a ser da mesma magnitude que no passado recente (ver Tabela 1).

O crescimento da população urbana não se concentrou apenas nas regiões metropolitanas, atingindo as cidades médias e pequenas. A Tabela 2 indica que as cidades com mais de 20 mil habitantes crescem a uma taxa de crescimento bem acima da taxa de crescimento demográfico do país, indicando um fluxo migratório que atinge toda a rede urbana.

A análise do crescimento da população urbana deve incorporar a dimensão histórica da formação de nossa malha urbana. Nos anos 50, fortaleceu-se o papel da urbanização como base da industrialização, favorecendo a concentração econômica no Sudeste. Reorganiza-se o padrão de urbanização, adaptando-se a um processo de intensificação de substituição de importações, cujo setor de ponta concentrava-se na produção automobilística.

A difusão do automóvel alterou radicalmente as formas de ocupação do território nacional, integrou mercados, alargou o espaço de valorização do capital e abriu novas fronteiras para o capitalismo. Esta concepção de adequar a estrutura territorial a uma proposta de industrialização já estava presente no Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek. Entretanto, foi no período do regime militar, com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974) - do general Médici - e, em especial, no II PND (1975/1979) - do general Geisel -, que se consolidam os instrumentos destinados a ordenar o território nacional segundo a lógica do projeto geopolítico, buscando a remoção dos obs-

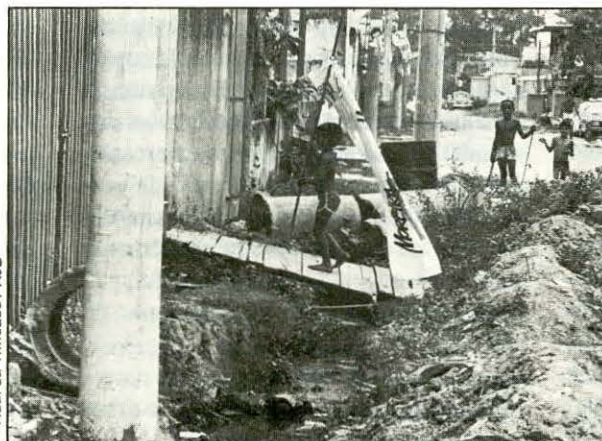


Paulo Nicoletti / AJB

táculos materiais, políticos e ideológicos à expansão capitalista moderna.

O cerne para compreensão da questão urbana está na relação que se estabelece entre o padrão de acumulação e o de organização do território, articulando-a deste modo à questão agrária. A estrutura urbana foi transfigurada pela modernização conservadora, reestruturando funções e hierarquias das cidades. A consolidação das metrópoles, a expansão de fronteiras agrícolas, o desenvolvimento de projetos de colonização no Norte com a migração para cidades sem condições mínimas para absorver a população migrante, o desenvolvimento de grandes projetos, a formação dos complexos agroindustriais, a interiorização do crescimento industrial são expressões desse processo de construção de uma nova territorialidade adaptada à modernização conservadora que se realizou naquele período.

A nova organização do território estabelece novas fronteiras e domínios. Através de São Paulo, lugar de gestão e de acumulação do capital em escala pla-



Vidal da Trindade / AJB

netária, se organiza uma vasta rede de cidades que integra o espaço econômico nacional. Contígua à cidade de São Paulo, consolidou-se um complexo territorial dinâmico, que absorveu grandes fatias de investimentos. Aí localiza-se a fronteira científico-tecnológica, o eixo de expressão metropolitana que conecta São Paulo ao Rio de Janeiro, e uma grande área industrial que ultrapassa os limites de São Paulo, incorporando Minas Gerais e que projeta um vetor em direção a Brasília, essencialmente

um centro de gestão. À sua volta, uma constelação de metrópoles, formada por Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre - destacou-se pelo dinamismo do crescimento da indústria, configurando uma hierarquia de funções e poder vinculado às atividades produtivas, de distribuição e de gestão. A dimensão da questão social e ambiental desta concentração e centralização urbana é proporcional ao seu papel na estruturação do território brasileiro.

Esta ênfase na organização territorial é determinante na análise da pressão demográfica sobre o espaço urbano. A constituição de desigualdades no interior de uma malha urbana concentrada e centralizada se reproduzirá no padrão de consumo de energia, sendo que em 1984 a energia consumida na região Sudeste foi superior a duas vezes a soma das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. No interior das grandes cidades, estas desigualdades se reproduzem nas diferenças de consumo por faixa de renda familiar, acompanhando de perto o grau de exclusão social de nosso modelo econômico. Os 50% mais pobres consomem apenas 13% da eletricidade de uso residencial e 26% do gás liquefeito de petróleo (Pnad, IBGE, 1979).

O padrão de urbanização estimulou a constituição de um modo de vida na cidade que resulta na perpetuação das desigualdades que se constroem no território, da qual a maior irracionalidade é a preponderância do transporte individual, altamente insuficiente em termos de energia por passageiro/quilômetro. A frota nacional de automóveis de passeio consome

Saneamento é a maior expressão de que para melhorar o ambiente temos que enfrentar a questão social

3.5 vezes mais energia do que todo o transporte coletivo e de massas.

Ao lado da potencialização da acumulação capitalista, as grandes cidades constituem suporte de um modo de vida baseado no produtivismo insustentável e degradador de recursos naturais. Este modo de vida possui uma dimensão de degradação ambiental que se articula diretamente com os processos de ocupação do espaço urbano. Constituído através do consumo intensivo de energia e materiais, tem como principais características o não aproveitamento de oportunidades de recuperação do lixo; a mancha de poluentes concentrada na atmosfera; os gases expelidos dos parques industriais e da combustão dos motores dos transportes coletivos e individuais; a significativa variação de temperatura entre a área rural circundante e a metrópole, chegando a uma diferença de 10°C e produzindo o fenômeno de "ilha de calor".

Além dos fenômenos de concentração e centralização da malha urbana, há que se considerar a própria lógica interna de crescimento das cidades. As formas de expansão horizontal das periferias, a verticalização desenfreada em áreas nobres, o esgotamento de potencial de construção de bairros em função da produtividade do mercado imobiliário, a não adequação das construções a um projeto urbanístico e ambiental, são fenômenos de uma lógica perversa de um padrão de ocupação baseado num selvagem processo de acumulação urbana.

Este processo de degradação ambiental e social não é apenas um fenômeno metropolitano. Os dados de degradação das condições de vida nos municípios entre 100 e 500 mil habitantes vêm reforçar a compreensão de que não se trata apenas de promover o "desen-

volvimento" das cidades médias, como muito se fala em programas eleitorais, mas de enfrentar já nestas cidades as carências e as desigualdades sociais. Na maioria destas cidades, o desafio já é recuperar o tempo perdido.

Esta dimensão da organização territorial significa uma relação estreita entre a questão agrária, urbana e ambiental. A dimensão material de crescimento urbano nos mostra que não podemos esperar uma reforma agrária ou modificações das relações sociais e econômicas no campo, para que se dê a regulação das formas de ocupação do espaço urbano. Precisamos pensar alternativas para uma organização do território que trabalhe o equilíbrio entre o meio ambiente natural e o ambiente construído, sustentando, desse modo, o direito à vida.

A base do problema continua a ser a escolha estratégica do "modelo" econômico, porque para realizar a reorganização do território, mais justa e equilibrada socialmente, a ruptura com este tipo de crescimento urbano-industrial é indispensável. Deste modo as propostas de mudança da relação urbano-rural devem representar, na sua essência, um novo modelo estratégico de desenvolvimento e de reconstrução das cidades que signifique a criação de novas relações sociais e de um novo modo de vida.

Impactos da acumulação urbana

Ao lado desta dimensão de organização da população no território, há a lógica de estruturação interna das áreas urbanas. Premido por um estilo de desenvolvimento que impôs um alto grau de centralização e concentração urbana, a dinâmica de estruturação no interior das cidades se fará através de uma mercantilização e rápida monopolização da propriedade da terra, gerando processos especulativos que colocam limites sérios às tentativas governamentais de regulação do uso do solo e de enfrentamento da questão da moradia.

Três aspectos são centrais e articulam os processos de acumulação urbana com a degradação ambiental:

a) a centralização e concentração da rede de cidades, gerando uma demanda de serviços e um acúmulo de resíduos sólidos e líquidos em escala cada vez mais crescente;

b) a produção do ambiente construído dissociado de uma relação com a natureza, produzindo uma ocupação do solo que degrada social e ambientalmente a cidade; e

c) concentração de atividades industriais, tornando cumulativo e crescente a poluição atmosférica e das águas.

Com efeito, estes processos se aceleram na década de 1950. Com os



automóveis, modifica-se o traçado urbano e suas formas de expansão, em particular nas grandes cidades. Os bairros com maior infra-estrutura têm seu potencial de construção esgotado rapidamente, numa prática de verticalização que inviabiliza econômica, social e ambientalmente estes bairros.

A ocupação do espaço urbano, baseado na intermitente valorização do solo a partir da transformação do uso dos bairros, determinará um parcelamento de terras ao longo dos sistemas viários. Esta forma de expansão urbana, direcionada pelas possibilidades de acumulação no interior do mercado imobiliário, produz desequilíbrios que se acumularão à medida que a cidade se expande de forma desordenada e sem integração da natureza com o ambiente construído.

A lógica imediatista da acumulação urbana dissocia a produção do am-

biente construído das características geográficas e naturais de cada cidade. A produção de moradias se dá de forma isolada, sem planos preestabelecidos, sem preocupação com os desmatamentos e com o aumento desmedido da pavimentação, reduzindo a cobertura natural do solo, descartando os impactos sobre o ciclo hidrológico ou sobre as possibilidades de concentração de poluentes em função das barreiras colocadas à circulação do ar.

Por outro lado, a grande maioria da população não integrada a esta cidade legal, configurada a partir do mercado



formal de produção de moradia, terá na ocupação de terras ou na compra de um lote de periferia a sua estratégia de sobrevivência. Todos os municípios que circundam as grandes metrópoles vêem então as suas terras - antes agrícolas ou ociosas - transformadas em áreas urbanas. Loteamentos se produzem em ritmo alucinante, sem qualquer regra ou limite. Nem previsão de áreas para equipamentos públicos, nem infra-estrutura instalada, nem restrição à ocupação de áreas de risco - inundáveis ou sujeitas a deslizamentos -, nem restrição à proximidade de fontes de poluição. Estas formas de ocupação irão desenvolver mecanismos próprios para lidar com problemas ambientais: fossas, água colhida em rios ou de chuvas e lixo queimado ou jogado em terrenos baldios.

O quadro de saneamento é hoje a expressão maior de que a questão ambi-

ental não pode ser enfrentada a longo prazo se não enfrentamos a questão social no país. As insuficiências dos serviços de saneamento acumuladas hoje constituem 70% das internações em hospitais públicos. Nunca tivemos no Brasil um quadro tão completo de doenças derivadas da degradação sócio-ambiental. A lógica perversa da intervenção pública na área de saneamento, com um sistema financeiro que privilegiou as áreas com capacidade de retorno na implantação de grandes redes, excluiu a grande maioria dos moradores das periferias metropolitanas.

Estudos indicam que ocorrem diferenças significativas, em termos de qualidade do abastecimento, quando inexistem canalizações internas. Os dados mostram as disparidades entre núcleo (município sede) e periferia das regiões metropolitanas, sendo que na periferia de Belém e Salvador o número de domicílios inadequados ultrapassava, em 1980, 70% do total.

No centro das cidades o quadro também é adverso. A prioridade para os transportes individuais privatizou o espaço público e fez com que o trânsito, no Rio de Janeiro, mate quinze vezes mais que a violência de assaltantes. O desenho urbano, marcado pela necessidade de viabilizar a circulação através de grandes avenidas, secciona os bairros, e rompe as relações sociais que os moradores constroem. A concentração das atividades terciárias nos centros urbanos expande-se gerando fluxos de deslocamentos intensos que o sistema viário é incapaz de suportar, apesar das contínuas obras de alargamento e reestruturação das vias.

O crescimento urbano, direcionado por suas vias expressas, tem na especulação do solo um fator de estímulo à expansão horizontal para a periferia, criando maiores distâncias entre trabalho e moradia. No Rio de Janeiro há 900 mil lotes vagos, em Belo Horizonte 500 mil e em São Paulo cerca de 50% da área urbana consistem de vazios à espera da valorização imobiliária.

A poluição do ar se acumula a níveis insuportáveis, agravados pelos fenômenos de inversão térmica. O ruído, como o mais traiçoeiro de todos os tipos de poluição, atinge 24 horas por dia, produzindo problemas cardiovasculares,

de ouvido, nariz e garganta. O som máximo emitido para que não provoque danos à saúde do homem é 70 decibéis. Dados da Feema ("Avaliação de níveis de ruídos nos principais corredores de tráfego de Copacabana", Feema, 1991) no Rio de Janeiro indicavam efeitos de ampliação de som, nas ruas de edificação contínua, a partir de determinado andar dos edifícios, elevando o nível de ruído que no solo já ultrapassa os níveis recomendados.

Estes problemas sociais e ambientais, resultado da combinação de uma modernização conservadora aliada à urbanização acelerada, são marcados por dois fatores fundamentais: um processo especulativo que norteia toda a produção do ambiente urbano, onde a deterioração das condições ambientais e das condições de vida é a contraface da valorização acentuada dos capitais que produzem o urbano; e a ausência do Estado, seja na regulação da atividade privada, seja na provisão de equipamentos coletivos.

A dimensão dos problemas urbanos torna insustentável o crescimento das megalópoles. A continuarem as tendências de crescimento demográfico, no ano 2000 cerca de 80% da população, totalizando mais de 120 milhões de habitantes, viverão em cidades no Brasil. Comparando com a situação atual, na qual 60% da população vivem em nove áreas metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Brasília), isso significará necessidade de provimento de habitação e infra-estrutura em escala nunca imaginada.

As cidades de porte médio, cerca de 400 em todo o país, encontram-se em um estágio em que ainda é possível manter uma qualidade de vida ambiental. Nos

**A difusão
do automóvel
alterou a vida das
cidades: os carros de
passeio consomem 3.5
vezes mais energia do
que o transporte de
massa**

municípios rurais, incluindo os de pequeno porte, os problemas mais frequentes são aqueles ligados à poluição dos rios e mananciais, contaminação do solo por agrotóxicos, perda de solo fértil por erosão. Mas certamente a lógica de produção do ambiente construído tende a reproduzir, nas pequenas e médias cidades, os vícios de crescimento das grandes cidades.

Uma ação reguladora dos governos municipais se faz necessária em toda a malha urbana. A visão de não introduzir formas de regulação em pequenas e médias cidades está presente na concepção liberal de planejamento urbano segundo a qual haveria uma "especulação saudável", que indicaria os vetores de crescimento urbano. Do mesmo modo, estão presentes também em visões neoliberais quando utilizam o argumento de que a cidade real ou clandestina cresceu pela ausência do Estado, para justificar a primazia do mercado nas formas de ocupação da periferia em grandes cidades.

O desafio urbano está em repensar as políticas públicas segundo uma nova concepção de desenvolvimento. Uma política de reversão de prioridades - descentralizando o poder e democratizando a gestão, integrando ambiente construído e natural, potencializando os recursos locais, utilizando técnicas adequadas para a região, desenvolvendo projetos que gerem renda para a população, ampliando a infra-estrutura básica e melhorando a qualidade de serviços nos bairros mais carentes - que signifique a materialização de uma nova cultura de gestão baseada na construção da cidadania, na garantia do direito à vida, e não na cultura do favorecimento e do clientelismo.

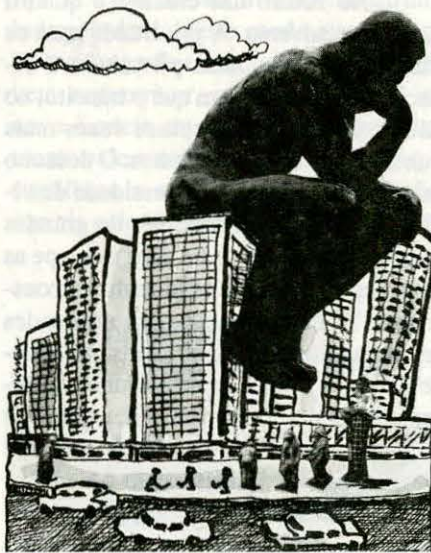
Reforma urbana e direito à vida

Este quadro de degradação do ambiente construído e seu impacto sobre o meio ambiente natural nos permite pensar uma dimensão mais global da cidade. A cidade é o lugar do encontro, espaço de ampliação de liberdades, por concentrar as diversidades de atores e de identidades sociais. Contudo, o mesmo fenômeno da

concentração põe em questão elementos básicos da vida urbana: água, ar respirável, mobilidade interurbana e acesso ao centro, habitação e cidadania. A crise destes elementos básicos, atingindo toda a população, exige o repensar da cidade, o seu cotidiano, numa nova concepção de desenvolvimento sem perder de vista esta dimensão de lugar onde se constroem sonhos e devaneios democráticos.

O debate mais geral sobre uma nova concepção de desenvolvimento tem dado ênfase à necessidade de romper com a noção mais economicista, baseada nos índices de crescimento da produção e da taxa de lucro, e recuperar uma dimensão social, cultural e ética da evolução humana. Um desenvolvimento baseado no respeito à diversidade cultural e ambiental, na participação política dos cidadãos, na gestão pública democrática, onde os grupos sociais definem suas necessidades e a constroem democraticamente.

Esta dimensão mais geral de uma concepção democrática de desenvolvi-



mento está presente nas lutas pela reforma urbana. Convém sublinhar que a degradação da vida na cidade e a gradativa agressão ao meio ambiente retoma uma relação presente nas primeiras mobilizações dos movimentos populares urbanos.

Nos gritos e vozes de protesto que surgem nas ruas, a concepção de direito à vida está presente tanto nos processos de ocupação de terra, tendo a moradia como referência vital, como nas lutas pela precariedade dos transportes; ou mesmo na luta contra a especulação imobiliária e a

A malha urbana está concentrada: o consumo de energia da região Sudeste é o dobro da soma do Nordeste, Norte e Centro-Oeste

degradação do ambiente construído.

As lutas urbanas, neste sentido, não se restringem a movimentos reivindicativos de serviços urbanos, mas expressam confrontos na lógica de organização do território. De forma dialética, pelo lado dos bairros trabalham identidades territoriais e pelo lado da cidade desterritorializam direitos ao pensar o direito à vida.

Os movimentos populares urbanos têm enfrentado o desafio de pensar a cidade de forma global. Este desafio está presente no debate dos planos diretores. Ao lado de algumas prefeituras progressistas, as iniciativas populares têm introduzido alguns instrumentos - como o solo criado, a urbanização consorciada, as operações interligadas, o imposto progressivo no espaço e no tempo, edificação compulsória entre outros -, que respondem à necessidade de revisão de nossa legislação urbanística.

Estes instrumentos se articulam com as definições de uma inversão de prioridades que contrarie a lógica de segregação e degradação do ambiente construído. Trabalhando com o potencial de infraestrutura básica de cada bairro, para determinar índices de aproveitamento e processos de ocupação, reduzindo as amarras da legislação e seu processo de especialização, através do zoneamento, explorando a capacidade de aproveitamento diversificado de cada área da cidade, deslocando os recursos públicos para as áreas mais carentes e, fundamentalmente, com participação da sociedade civil organizada - estamos produzindo uma ruptura político cultural no sentido da gestão democrática do território, da inversão de prioridades e da implantação de uma isonomia espacial em termos de serviços públicos.

Pensar a cidade como uma totalidade significa integrar os caminhos de produção do ambiente construído com o meio ambiente natural. Esta concepção se define por garantir a função social e ambiental da propriedade (José Maria Borrero Navia, "Derecho Ambiental o derecho a um ambiente vivible", IFDA Dossier, 80, Genebra, janeiro/março de 1991), entendida como a subordinação do direito de propriedade ao uso social da cidade e a uma relação integrada e harmônica entre ambiente construído e meio ambiente natural.

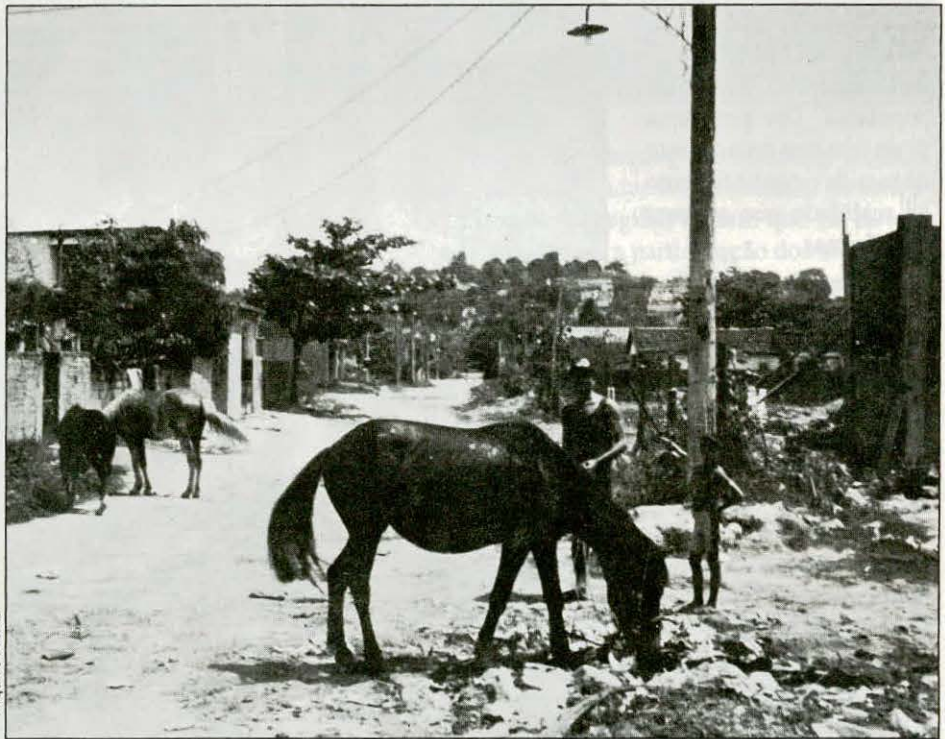
A luta pela reforma urbana recusa tanto a mistificação do Estado como a do mercado. Ela incorpora a concepção de um desenvolvimento urbano e ambientalmente sustentável, capaz de inverter a lógica de produção da cidade. A especificidade do conflito ambiental urbano está na constituição de um ecossistema predominantemente degradado por uma lógica de mercantilização do solo e de seus diversos usos.

A luta pela reforma urbana une desejo e ação na construção da cidade enquanto obra de seus moradores. Diante do quadro de degradação social e ambiental, novas estratégias e políticas públicas serão necessárias para inverter as prioridades de investimentos, romper com uma cultura tradicional de gestão que trabalha as obras de grande porte ou de favorecimento de elites locais, independente dos impactos ambientais e sociais.

A luta pela Reforma Urbana articula a gestão democrática da cidade com a recuperação do patrimônio cultural, ambiental e material do espaço urbano. Para tal temos que pensar políticas públicas que trabalhem as inter-relações potenciais e de complementariedade entre diferentes atividades humanas numa cidade. Circuitos como alimentação e energia, lixo e reciclagem, abastecimento e agricultura urbana, devem ser integrados, sempre que possível, e os resíduos de dada produção devem ser transformados em insumo de outra. Os ecossistemas urbanos surgem, assim, como um vasto potencial de recursos humanos e de técnicas adequadas a serem identificados e explorados numa tentativa de deter a deterioração e melhorar a qualidade de vida urbana. ■

Saneamento, meio ambiente e pobreza na Baixada Fluminense

Orlando Alves dos Santos Junior*



Arquivo FASE

Moradias em ruas com esgotos correndo em valas abertas e sem urbanização, bairros sem estrutura básica, serviços de educação e saúde ineficientes ou inexistentes, rios com grande parte das suas margens ocupadas, homens, mulheres e crianças se amontoando em casas com precárias condições de habitabilidade. O cenário da Baixada Fluminense não deixa dúvidas sobre o tipo de gestão das cidades brasileiras, que não consegue responder às necessidades básicas da po-

pulação urbana de morar e viver com sua cidadania respeitada.

É neste contexto que a população da Baixada Fluminense se organiza reivindicando melhores condições de vida e democracia. No bojo destas reivindicações, o saneamento básico tem-se tornado ao longo dos últimos anos uma das principais demandas da população.

As Federações das Associações de Moradores MAB (Nova Iguaçu), MUB (Duque de Caxias), ABM (São João de Meriti) e FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro) constituíram o Comitê Políti-

* Técnico da FASE. Sociólogo e mestrando em planejamento urbano e regional pelo IPPUR-UFRJ.

co de Saneamento e Meio Ambiente da Baixada Fluminense, que se legitimou como expressão do movimento popular na busca do reconhecimento social do direito da população da Baixada ao saneamento básico.

A FASE acompanha de perto o Comitê de Saneamento desde a sua formação, buscando contribuir no seu fortalecimento, trabalhando na assessoria e na análise de dados que possam permitir a elaboração de propostas alternativas.

Para a FASE, o saneamento básico deve ser o eixo articulador de um programa de educação ambiental, que tenha por objetivo discutir as condições concretas de vida da população, desenvolver a consciência crítica e formular propostas populares. Um programa deste tipo tem como ponto de partida o conhecimento da realidade que se quer transformar.

Retrato em branco e preto

A Baixada Fluminense, composta pelos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Nilópolis e Belford Roxo, é uma área que faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Esta região tem características sócio-econômicas e geográficas muito próprias, marcadas pela pauperização da população local e pela proximidade do município do Rio de Janeiro.

A história da Baixada Fluminense demonstra que a região teve grande importância na economia do estado. Os rios eram navegáveis e os portos fluviais de Pilar, Iguaçu e Estrela serviram para o escoamento de produtos de outros esta-

A partir da década de 50 uma nova fase da industrialização no Brasil redesenhou o espaço das periferias. A existência de eixos de transportes de massa constituídos pelas rodovias e pelas ferrovias, ligando a Baixada à cidade do Rio de Janeiro, criou as precondições para a expansão urbana da região.

Os rios sofreram um processo de assoreamento, os loteamentos que se desenvolveram na sua grande maioria não tiveram nenhum planejamento nem seguiram as condições mínimas de infra-

tência ou insuficiência dos equipamentos fundamentais urbanos e comunitários. A vida de milhões de trabalhadores é marcada pelo sofrimento e pela miséria.

Os sete municípios da Baixada Fluminense ocupam uma área de 1.262 km², correspondendo a 20% da região metropolitana do Rio de Janeiro. Sua população projetada para 1990 é de 2,9 milhões de pessoas ou 26% do total da região metropolitana.

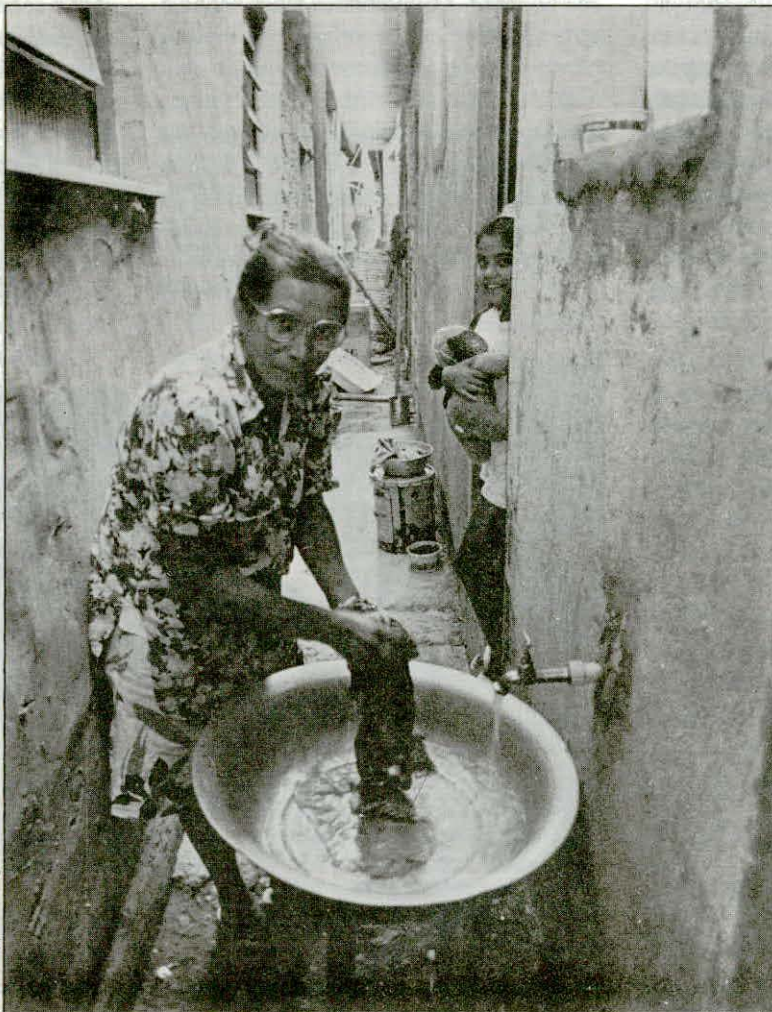
As projeções para o ano 2000 indicam que a Baixada terá uma população da ordem de 3,5 milhões de pessoas. Isto significa um aumento anual da ordem de 60 mil habitantes, indicando a necessidade da construção de 12 mil unidades residenciais por ano, apenas para manter as precárias condições atuais.

De acordo com o censo de 1980 do IBGE, cerca de 70% das famílias da Baixada recebem até 2 salários mínimos. Quanto à escolaridade, 15% das pessoas de 15 anos ou mais são analfabetas e a rede escolar total (pública e privada) de 1º Grau consegue atender a 85% das crianças entre 7 e 14 anos, sendo ainda bastante significativa a população infantil fora da escola.

A situação do saneamento básico e do meio ambiente na Baixada Fluminense é dramática. Apenas 21% das residências são atendidas por serviços de esgotamento sanitário, e mesmo assim por sistema unitário, isto é, um sistema único que realiza a coleta

de esgoto e das águas pluviais, o que provoca o lançamento *in natura* de todo o esgoto da Baixada nos rios e na Baía de Guanabara. Com relação ao abastecimento de água, a Baixada ainda apresenta índices bem abaixo das necessidades sociais, tendo apenas 52% das residências ligados à rede pública.

Dois terços das ruas não têm pavimentação nem microdrenagem. A coleta



J.R. Flipper / Imagens da Terra

estrutura. Cessado o ciclo da laranja que se desenvolvia na região, inicia-se um período de decadência econômica que fez com que o poder público paralisasse os investimentos, tornando-se conivente com a degradação dos níveis de qualidade de vida da Baixada.

A situação atual agravou-se com as condições de saneamento e moradia extremamente precárias, devido a inexistência

O saneamento básico deve ser o eixo articulador de um programa de educação ambiental para a Baixada Fluminense

de lixo é precária, sendo inexistente na maioria dos logradouros. A falta de uma política pública de limpeza urbana e a falta de conscientização da população acabam resultando no lançamento do lixo doméstico diretamente nas valas, canais ou terrenos abandonados, trazendo em consequência o assoreamento dos canais e dos rios da região e a proliferação de insetos e ratos, que provocam inúmeras doenças.

É indissociável nesse contexto o entendimento do saneamento como uma questão ambiental. A poluição dos rios, a contaminação das águas, a poluição do ar, as enchentes, são fatos que agridem a qualidade de vida dos moradores da Baixada e de toda a sociedade. Os rios da Baixada, por exemplo, são responsáveis por 34% dos problemas de poluição por esgotamento sanitário da Baía de Guanabara.

É desse quadro que resultam as precárias condições de saúde da população na Baixada. A Baixada apresenta o índice de 43,3 mortos menores de 1 ano por 1000 nascidos vivos, o que significa a morte de 1 bebê a cada 3 horas. Há ainda um "déficit" de 12 milhões de consultas médicas e 300 mil internações por ano, representando uma carência de 500 consultórios.

O padrão dos investimentos públicos em saneamento básico do Estado do Rio de Janeiro vinha durante as décadas de 60 e 70 obedecendo uma lógica excludente e segregadora, com a aplicação de grandes recursos em áreas privilegiadas do estado.

A partir de 1984 foi constituído o Comitê Político de Saneamento e Meio Ambiente da Baixada Fluminense, composto pelas federações de associações de moradores da região. A constituição do movimento popular organizado possibilitou a conquista, já em 1984, do Plano

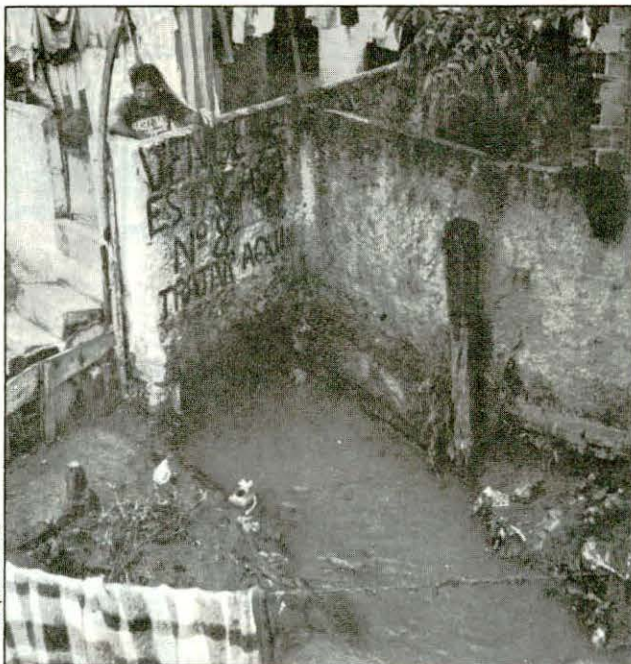
Global de Saneamento para a Baixada Fluminense e o início de uma histórica reversão do padrão de investimentos aplicados em saneamento. Isto porque até então os investimentos estavam concentrados nas áreas mais bem servidas do estado.

Em 1990 foi aprovado financiamento pelo Banco Mundial ao Projeto Reconstrução Rio. O governo estadual começou a desenvolver o plano de macro e mesodrenagem dos rios e canais da Baixada Fluminense, a partir das pressões da sociedade.

Saneamento e cidadania

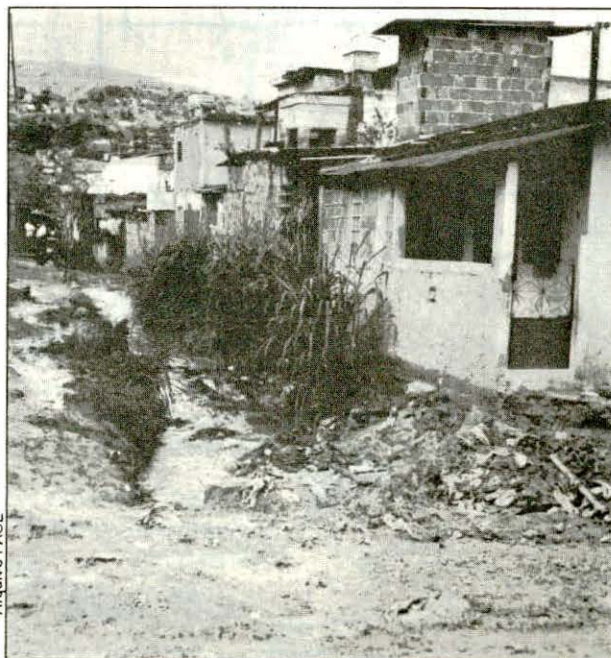
Desde 1984 mudanças importantes têm sido realizadas no tratamento da questão do saneamento na Baixada. No entanto, o resultado final depois de sete anos de iniciadas as obras de saneamento básico na região é ainda insatisfatório. Sob o ponto de vista das políticas públicas, os sucessivos governos estaduais e municipais ainda têm sido incapazes de articular a política de saneamento à política ambiental, de saúde, habitação, enfim, a uma política de cidadania.

O que se percebe é que tais investimentos estão provocando alterações significativas no uso do solo da região. Trazem elementos significativos para a discussão sobre políticas públicas, meio ambiente e pobreza urbana. Mas ainda são incertas as possibilidades e os limites dos investimentos aplicados e dos projetos existentes.



Arquivo FASE

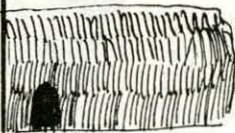
Quaisquer que sejam os projetos para responder aos problemas de saneamento da região, é certo que ela deverá contar com a participação dos movimentos organizados. O sentido da prática do movimento popular na Baixada é marcado pela idéia de cidadania, constituindo uma nova cultura política, que percebe o exercício da democracia como direito ao acesso de milhões de pessoas a melhores condições de vida e ao direito à participação popular na gestão pública da vida urbana. ■



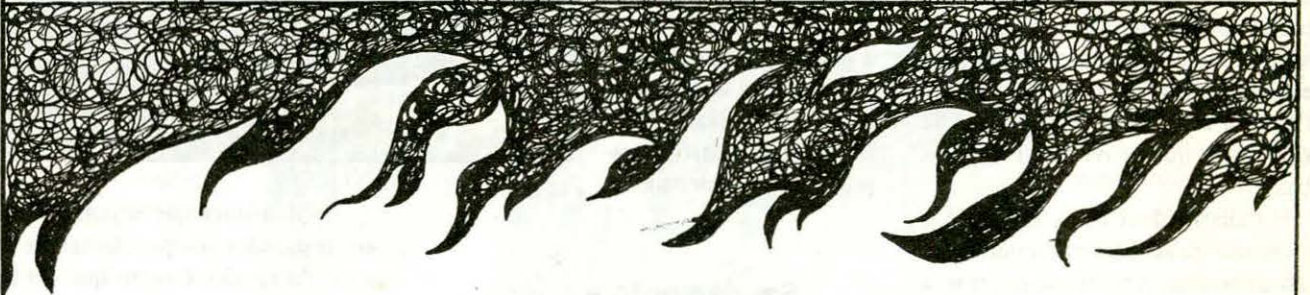
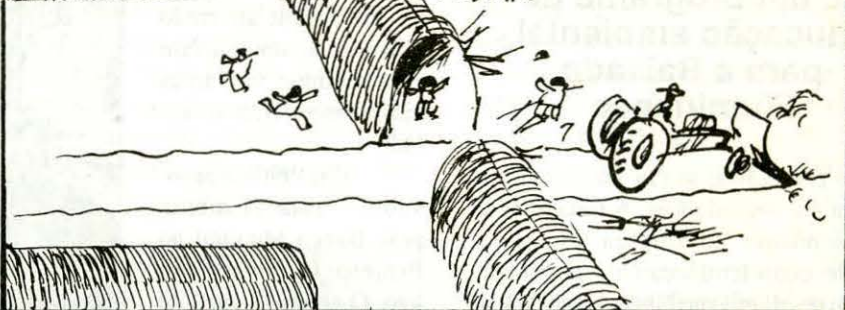
Arquivo FASE

Claudius

VIVÍAMOS AQUI
TRANQUÍLOS ...

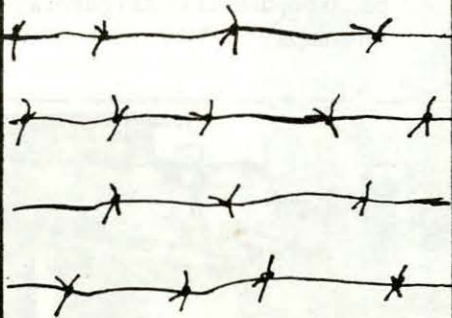


ATÉ QUE UM DIA
ABRIAM UMA TRANS-QUALQUER
BEM NO MEIO DA NOSSA
ALDEIA.

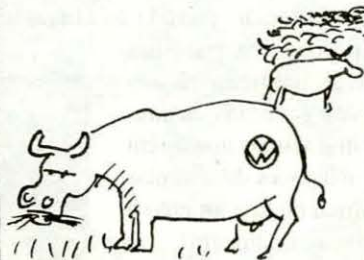


DEPOIS... ATEARAM FOGO NA MATA

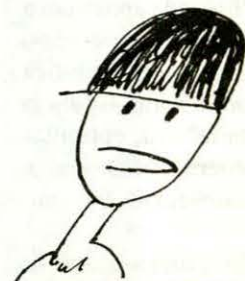
E NOS SEPARARAM DO
QUE RESTOU...



...FAZENDO DAS NOSSAS
MATAS UM PASTO PARA
OS REBANHOS DELES.



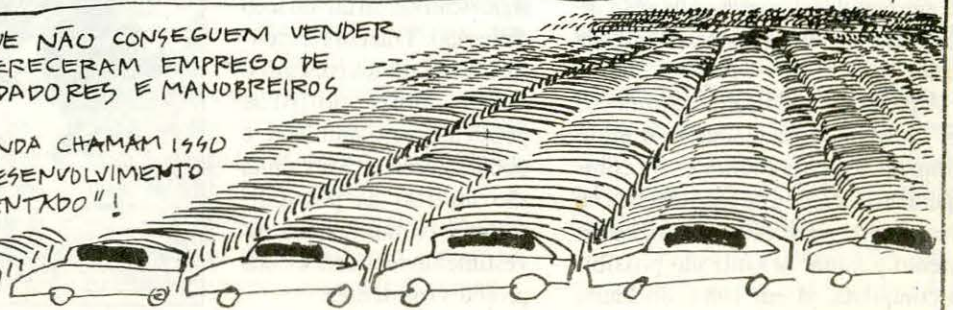
E AGORA QUEREM
MAIS...



...PRA ESTACIONAR O QUE NÃO CONSEGUEM VENDER
OU EXPORTAR. NOS OFERECERAM EMPREGO DE
GUARDADORES E MANDREIROS

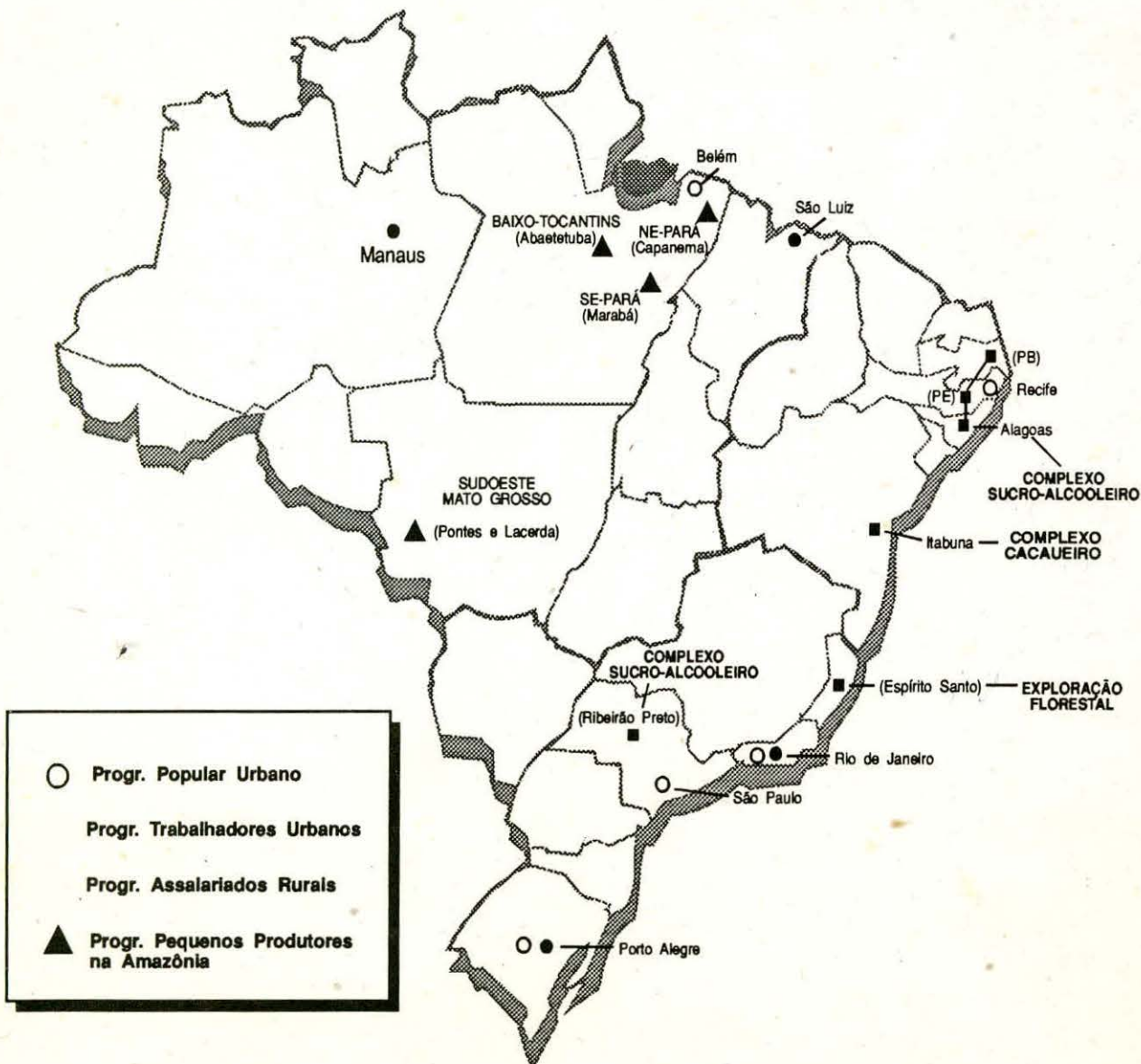


E AINDA CHAMAM ISSO
DE "DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL"!



CLAUDIUS

Áreas de atuação da FASE



Democratização da gestão municipal

Em várias partes do Brasil, a experiência de exercer o poder político através das prefeituras municipais tem sido vivenciada como um processo democratizante, legitimador da política e da participação popular. Essas experiências caminham na contramão do avanço conservador pela via do neoliberalismo, que tem levado ao descrédito da política e do paradigma democrático.

A FASE realizou pesquisa em quatro capitais brasileiras - Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Vitória -, investigando as formas de democratização e os canais de participação criados pelas administrações dessas cidades, valorizando e problematizando essas experiências de participação direta dos movimentos sociais e da cidadania em geral no controle das políticas públicas.

O próximo número da revista **Proposta** trabalha essas experiências enquanto processo e se preocupa também com os elementos que fornecem para pensar a democratização em seu sentido radical, não apenas em seu processo racional-legal, enquanto formas institucionais, mas, sobretudo, como democratização radical das condições de existência dos homens em seus espaços vitais (trabalho, moradia, lazer, relações familiares, sociais, etc).

"Democratização da gestão municipal" pretende ser também um instrumento útil aos movimentos sociais, ONGs e suas assessorias no debate sobre a intervenção política dos setores populares organizados no processo eleitoral tendo em vista as eleições municipais de outubro de 1992 para prefeituras e câmaras de vereadores.

